



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

***A Diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais***

***Romina Alexandra Sim-Sim Tomé***

Orientação: Professor Doutor Marco António  
Gonçalves Barbas Batista Martins

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2013



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

***A Diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais***

***Romina Alexandra Sim-Sim Tomé***

Orientação: Professor Doutor Marco António  
Gonçalves Barbas Batista Martins

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2013



**Resumo:** No quadro das Relações Internacionais a diplomacia da Santa Sé é um dos temas menos conhecido e estudado. A singularidade desta diplomacia e a sua invulgar eficiência tornam-se marcantes neste domínio. Com o presente trabalho pretende-se dar a conhecer a actividade desta diplomacia, assim como expor a função que esta desempenha ao nível da diplomacia internacional. Destacando alguns períodos em que a sua actividade teve mais impacto ao nível das Relações Internacionais e, aprofundando o sentido da sua actividade no mundo contemporâneo, pretende-se assim ilustrar aquela que é considerada a mais antiga diplomacia no âmbito internacional, e que apesar de ser frequentemente olhada pelo prisma religioso, encerra em si uma intensa actividade com os círculos do poder.

**Palavras-Chave:** Diplomacia; Igreja e Sociedade Civil; Relações Internacionais; Santa Sé.

**Abstract:**

**The diplomacy of the Holy See: evolution and current issues**

In international relations, diplomacy of the Holy See is one of the least known and studied topics. The uniqueness of this diplomacy and its unusual efficiency becomes remarkable in this field. The present work aims to make known the activity of this diplomacy, as well as exposing the role it plays to the level of international diplomacy. Highlighting some periods where its activity had more impact on international relations and deepening the sense of its activity in the contemporary world, we intend to illustrate what is considered the oldest diplomacy operating in the international arena, and despite being often looking through the religious prism, enclose an intense activity with the circles of power.

**Key-words:** Diplomacy, Church and Civil Society, International Relations; Holy See.

## ÍNDICE

Resumo/Abstract	3
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	9
1 – A Santa Sé e o Vaticano: contextualização e distinção	9
2 – A Diplomacia da Santa Sé: primórdios e seus representantes	18
CAPÍTULO II	45
1 – As relações externas da Santa Sé	45
2 – A função da diplomacia pontifícia na cena internacional	58
3 – A geopolítica do Vaticano	70
CAPÍTULO III	80
1 – A diplomacia da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial	80
Enquadramento e movimentações da Santa Sé	80
Pio XII e as questões rácicas	100
A diplomacia da Santa Sé e o final do conflito bélico	111
2 – A diplomacia da Santa Sé no período “Guerra Fria”: posições, estratégias e jogos de bastidores	118
CAPÍTULO IV	146
1 – Questões particulares da diplomacia da Santa Sé: China, Islão e Médio Oriente	146
2 – Novos desafios diplomáticos e nova reestruturação	181
CONCLUSÃO	186
BIBLIOGRAFIA	191

## INTRODUÇÃO

Ao longo da História podemos destacar inúmeros intervenientes que influenciaram o curso das Relações Internacionais e tiveram um peso importante no quadro internacional. De entre estes intervenientes, a Santa Sé continua a ser um elemento de importância maior na comunidade internacional. O papel que desempenhou ao longo dos séculos foi sofrendo muitas alterações. Todavia, ainda hoje detém um *carisma* bastante respeitado. Partindo deste pressuposto, este trabalho pretende analisar a função da Santa Sé no quadro internacional, tendo a sua história diplomática como orientadora para a compreensão das movimentações desta figura de relevo das Relações Internacionais.

Este trabalho dividir-se-á em quatro capítulos. Num primeiro capítulo far-se-á um enquadramento da Santa Sé e uma análise do seu percurso diplomático ao longo dos séculos. O segundo capítulo estudará o peso da Santa Sé no contexto internacional, destacando o seu posicionamento e a verdadeira motivação do seu corpo diplomático num mundo cada vez mais complexo e dinâmico. O terceiro capítulo traduzirá uma exposição aprofundada de dois períodos históricos diplomaticamente bastante movimentados para a Santa Sé: o período da Segunda Guerra Mundial e o período “Guerra Fria”. Neste ponto serão tidos em conta os posicionamentos políticos da Santa Sé, bem como as acções que a Igreja Católica incentivou perante aquelas duas realidades políticas que marcaram indiscutivelmente o cenário internacional.

Por fim, o quarto capítulo, dedicar-se-á a uma abordagem mais actual: tratará de examinar as relações da Santa Sé com o Islão e Médio Oriente e a China tentando analisar de que forma a conquista a longo prazo de relações convincentes e plenas da Santa Sé com a China e a tentativa de diálogo e moderação relativamente a questões do Médio Oriente e sobre o Islão, poderá

ser um dos principais objectivos actuais da Santa Sé. Para além disso, serão examinados os novos desafios internos e externos com que a Igreja Católica tem que se deparar, analisando nesse sentido o pontificado de Bento XVI, e tentando evidenciar os desafios que se impõem à posição da Igreja Católica no mundo contemporâneo e à importância da diplomacia da Santa Sé no presente.

A diplomacia da Santa Sé ocupa um lugar à parte no universo diplomático. Sendo o Papa o chefe de toda a Igreja Católica é indiscutivelmente uma voz que opera a favor da paz e como guia moral de um mundo cada vez mais susceptível a grandes ameaças. Contudo, a motivação principal que orienta este trabalho não é olhar para a diplomacia da Santa Sé como um pilar moral do mundo contemporâneo. Este trabalho pretende acima de tudo destilar o peso da Santa Sé no mundo, frisando que foi através da sua diplomacia que se criou uma Igreja mais estruturada e forte e que ainda hoje se deve muito ao trabalho que os primeiros legados pontifícios levaram a cabo em nome da Igreja de Roma. Para além disso, pretende-se aludir a momentos de destaque do cenário internacional em que a diplomacia da Santa Sé teve um papel mais dinâmico.

Ao longo dos tempos a Igreja reforçou a sua acção no mundo. Durante séculos ocupou mesmo um lugar de primazia. Hoje pretende afastar-se da imagem pujante que outrora deteve e reserva para si o papel de guardião da concórdia e do respeito entre os povos. Porém, será que a Santa Sé se afastou actualmente das grandes decisões políticas? A sua diplomacia não favorecerá os interesses dos grandes? O que sabemos ao certo sobre os meandros da sua diplomacia?

Perante o secretismo que envolve o interior da Santa Sé, não só pelo misticismo inerente mas também por toda a sua complexa estrutura e resoluções, é possível que nunca tenhamos uma resposta completamente verdadeira sobre a influência da sua diplomacia em determinados momentos históricos e, quiçá, no presente. Para além disso, a verdadeira essência de que

se reveste a Santa Sé continua longe de ser conhecida. Compreender uma Igreja duas vezes milenar nunca será uma tarefa completa.

Aos olhos das Relações Internacionais, não se poderá olhar a Santa Sé como um simples “instrumento” religioso. A Santa Sé é um dos intervenientes mais antigos do cenário internacional, um dos que mais interesse desperta. A sua teia de ligações e o seu legado à Europa e ao Mundo ultrapassam a esfera religiosa, abrangendo a política, a sociedade, a cultura e, sobretudo, limitando o Homem de acordo com os desígnios do Evangelho, desígnios esses que a “Santa Madre Igreja” delineou como a vontade divina que define a conduta moral dos Homens.

É perante este quadro amplo e complexo que se levará a cabo este estudo. Conseguir aprofundar a essência diplomática desta Instituição a que muito devemos, mas à qual indiscutivelmente se aponta também o dedo acusador por posições e acções menos apropriadas. Ao termos em conta essas posições e acções menos apropriadas, encontramos na célebre frase de Alfred Loisy um sentido revelador: “Jesus anunciava o Reino, mas foi a Igreja que apareceu”<sup>1</sup>. Tendo em conta esta frase, podemos referir que os ensinamentos de Cristo não nos deram uma direcção significativa no sentido da criação de uma Igreja tal como hoje a conhecemos.

Contudo, como todas as ideias originais são mutáveis e susceptíveis de adaptação a novas realidades, também a palavra de Cristo foi objecto de adaptações. Resta perceber até que ponto a Igreja teve sempre em conta o Reino proclamado por Cristo, pois é neste ponto que nasce toda uma ambiguidade de valores e princípios que a Igreja sustentou desde os seus primórdios.

A percepção dos acontecimentos que marcaram o mundo sempre foi indispensável para compreendermos não só a evolução dos tempos, mas também a evolução do pensamento humano. Esta compreensão oferece-nos

---

<sup>1</sup> Cf. BESSIÈRE, Gérard, *Jesus o deus surpreendente*, p. 164.



registos importantes a ter em conta na construção do presente e de um futuro mais promissor para todos.

A Igreja Católica foi e continua a ser indiscutivelmente um elemento importante da História. A herança que deixou na Europa e no Mundo é bem evidente, com os seus pontos positivos e negativos. Contudo, não podemos olhá-la como uma entidade ultrapassada.

Apesar de já não ser a matriz da sociedade em que vivemos, a verdade é que a Igreja sempre se adaptou à evolução dos tempos, mantendo-se porém, sempre firme nas suas convicções morais e teológicas num mundo cada vez mais hedonista. Colocando de lado os particularismos da sua conduta e dos valores que defende, a verdade é que após a queda do Império Romano do Ocidente, a Igreja surge talvez, como único pólo orientador possível numa época de fragmentação.

Assim, para ser possível um julgamento honesto sobre a actividade da Santa Sé não nos basta um conhecimento solto sobre a sua estrutura ou sobre os preceitos que defende. É necessária uma análise profunda sobre a mesma. Sabendo que é através do conhecimento que se poderá chegar à verdade, este trabalho pretende dar uma nova luz sobre uma matéria importante para a compreensão da expansão da Igreja no mundo e, sobretudo, para revelar para onde se dirige ela neste novo milénio.

## CAPÍTULO I

### 1 – A Santa Sé e o Vaticano: contextualização e distinção

Antes de iniciar o estudo sobre a evolução da diplomacia da Santa Sé, é indispensável um breve desvio para fazermos uma introdução ao Estado da Cidade do Vaticano e consequentemente uma distinção entre este e a Santa Sé. Ao falarmos da Igreja de Roma, o nosso pensamento associa imediatamente esta ao Vaticano. No entanto, somos também confrontados com a terminologia Santa Sé e, perante estas duas realidades, dificilmente conseguimos fazer uma distinção entre ambas. Torna-se assim importante debruçarmo-nos primeiramente sobre a criação do Estado da Cidade do Vaticano para ser mais fácil a compreensão e a distinção entre estas duas acepções.

O Estado da Cidade do Vaticano ou *Stato della Città del Vaticano* foi formalmente instituído pelo Tratado de Latrão, também chamado de *Patti Lateranensi*, assinado no dia 11 de Fevereiro de 1929. Este Tratado foi firmado entre a Santa Sé e o Reino de Itália, actualmente República Italiana, e teve como representantes Benito Mussolini, por parte do Reino de Itália, e o cardeal Pietro Gasparri, Secretário de Estado da Santa Sé. Apesar de este Tratado ter criado um Estado que pertencia aos domínios do Sumo Pontífice, a verdade é que ao longo da História o Bispo de Roma deteve alguns territórios, os chamados Estados Pontifícios, até esta situação sofrer um revés.

Por Estados Pontifícios entendem-se os territórios que pertenceram à soberania temporal do Sumo Pontífice. Estes Estados tinham como objectivo garantirem a independência e autonomia espiritual da sede romana<sup>2</sup>. Somente na viragem para o século VIII foi possível ao Bispo de Roma reforçar os seus

---

<sup>2</sup> Cf. “Nacen los Estados Pontificios” in <http://www.gecoas.com/religion/historia/medieval/EM-B.htm>, acedido a 02-01-2013.

domínios. Como defende J. Derek Holmes, após a queda do Império Romano do Ocidente “(...) o equilíbrio do poder no Ocidente resultava duma partilha a três”<sup>3</sup>. Esta partilha era feita entre o Imperador, o Papa e os vários grupos tribais que se tinham fixado no antigo império romano. O Papa controlava a cidade de Roma. Contudo, a área que o Papa detinha tinha vindo a crescer progressivamente porquanto as famílias que viviam perto de Roma tinham oferecido terras e rendimentos em troca de protecção papal. A comunidade cristã possuía ainda algumas terras na Península Itálica, na Dalmácia, na Gália Meridional e no Norte de África. A estes territórios deu-se o nome de *Patrimonium Petri*, ou Património de São Pedro. Como é referido na mesma obra de J. Derek Holmes, “Tais dádivas de terras e a própria cidade formavam o chamado «Património de S. Pedro» e este facto, por sua vez, encorajava a ideia de que o Papa era um poder temporal, responsável de direito próprio por um determinado território”<sup>4</sup>.

Como a situação de equilíbrio de poder a três era delicada, o Papado começou a ter necessidade de protecção face a uma ameaça expansionista. Esta ameaça viria a ser real quando os Lombardos decidiram atacar Ravena, pilar do poder do Imperador. Temendo um ataque, o Papa buscou auxílio no Império Carolíngio. Os laços de amizade entre o Sumo Pontífice e o Império Carolíngio, liderado nesta época por Pepino, afiguravam-se proveitosos para ambas as partes. No ano 756 Pepino derrota os Lombardos e entrega ao Papa os territórios que lhe pertenceram.

Estes primeiros territórios seriam o início dos chamados Estados Pontifícios, que foram aumentando progressivamente com o decorrer dos tempos. Seria uma área considerável que se tornaria num enclave no sentido este-oeste no meio de Itália<sup>5</sup>, área de grande interesse para muitos monarcas da História europeia. Todavia, no final do século XIX, em 1870, aquando da

---

<sup>3</sup> Cf. HOLMES, J., *História da Igreja Católica*, p. 69.

<sup>4</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>5</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

unificação de Itália, o Sumo Pontífice perderia grande parte das suas possessões, reduzindo-se estas ao Vaticano, território onde o Papa se tornaria prisioneiro voluntário como forma de protesto contra a usurpação dos seus territórios por parte do Reino de Itália. A esta querela entre a Santa Sé e o Reino de Itália dá-se o nome de “*questão romana*”.

O Papa foi então obrigado a renunciar ao domínio da Santa Sé sobre as regiões da Lazio, Umbria, Marche e Romagna e a refugiar-se, qual prisioneiro de guerra, nos palácios do Vaticano. Se esta posição da Santa Sé podia ser encarada como pouco corajosa, na realidade, durante os anos que se seguiram e através de sucessivos Papas, a Santa Sé manteve uma luta constante para fazer valer a sua posição perante o Estado italiano.

Numa posição de força a Santa Sé mostrou-se indignada perante a «lei das garantias» que o Estado italiano lhe ofereceu em 1871, considerando pouco seguras as vantagens asseguradas por tal lei, na medida em que provinham da decisão unilateral de um poder civil que a qualquer momento podia alterar os seus termos<sup>6</sup>, e a luta pela satisfatória legitimação do poder papal continuou. O Papa Pio IX “fechou” assim o papado durante sessenta anos<sup>7</sup>. A partir deste momento, a maior parte dos juristas anglófonos definiriam o Papa como “*illustre sujet du roi*”<sup>8</sup>.

Seria somente com o Tratado de Latrão que toda a situação da Santa Sé se regularia. Através deste Tratado o Vaticano nasce como entidade soberana de Direito Internacional, reconhecendo-se à Santa Sé “*(...) una condizione di fatto e di diritto la quale Le garantisca l’assoluta indipendenza per l’adempimento della Sua alta missione nel mondo (...)*”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *Os Segredos do Vaticano*, p. 31.

<sup>7</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrete de la diplomacie vaticane*, p. 20.

<sup>8</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>9</sup> Cf. *Trattato fra La Santa Sede e L'Italia, Preâmbulo*, in [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19290211\\_patti-lateranensi\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19290211_patti-lateranensi_it.html), acedido a 02-01-2013.

Sediado em não mais do que quarenta e quatro hectares de área territorial, o Vaticano figura como o Estado independente mais pequeno do mundo. Para além desta área o Vaticano possui ainda algumas zonas em Roma e outras fora desta cidade, sendo que estas zonas gozam de direito de extraterritorialidade.

É certo que a sua pequena dimensão territorial a muitos impressionou e suscitou da parte de outros comentários sarcásticos, mas Pio XI, logo após a assinatura do Tratado de Latrão, valorizou tais ínfimas proporções:

“Agrada-nos ver o domínio predial reduzido a proporções tão mínimas que possa e deva ser espiritualizado pelo imenso, sublime e verdadeiramente divino poder espiritual que se destina a sustentar e servir”<sup>10</sup>.

Mussolini terá comentado:

“A Cidade do Vaticano é grande pelo que representa, e não por um quilómetro quadrado a mais ou a menos!”<sup>11</sup>.

Todavia, a questão dos limites territoriais do Vaticano tinham já sido pensadas anteriormente por alguns Papas, que temiam que uma posição de enclave tornasse este Estado dependente de Itália. Esta situação comprometedora é referida por Eduardo Brazão, Segundo Secretário da embaixada de Portugal junto da Santa Sé, num relatório referente ao ano de 1944:

“(…) parece hoje que o problema tinha a sua resolução, de resto visionada pelo próprio Pio IX, quando pretendeu que o Estado da Santa Sé tivesse uma saída livre para o mar; no tempo de Leão XIII, pelo bispo de Cremona, que propunha, com fundadas razões, a concessão da margem direita do Tibre até ao Mediterrâneo; mais tarde (1916) no projecto Erzberger que criava um território fora de Itália (o Principado de Liechtenstein ou a ilha de Maiorca) onde a Cúria se estabeleceria quando aquele país estivesse em guerra; e finalmente essa ideia de dar liberdade de

---

<sup>10</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *Os Segredos do Vaticano*, p. 37.

<sup>11</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

movimentos à Santa Sé com a sua extensão até ao Mar, foi discutida e admitida em princípio, em 1919, quando Orlando dirigia a política italiana do pós-guerra”<sup>12</sup>.

O Tratado de Latrão era composto por três partes: uma primeira esboçada como um tratado político, onde ficavam assentes a soberania e a independência do Estado do Vaticano e o inventário de todas as pretensões que lhe cabiam, como contrapartida do reconhecimento pela Santa Sé do Reino de Itália e da renúncia definitiva daquela às suas pretensões sobre os antigos «Estados Pontifícios»; uma segunda parte traduzia uma convenção financeira, que atribuía à Santa Sé a indemnização anual de 750 milhões de libras a título de compensação pela perda de territórios e de rendimentos que lhe haviam pertencido; por fim, a terceira parte dava corpo a uma Concordata, na qual ficavam expressas questões importantes ao nível das relações entre o Estado italiano e a Santa Sé, como a instauração do catolicismo como religião de Estado em Itália, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas italianas, a competência exclusiva do Papa para nomear bispos, a proibição do divórcio e o reconhecimento de personalidade jurídica às congregações religiosas<sup>13</sup>.

Convém no entanto frisar que o Tratado de Latrão sofreu alterações em 1984, ao nível da Concordata: ficou então estabelecido que a religião católica já não seria a religião oficial da República italiana e suprimiu-se a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas.

Este tratado trouxe ainda uma novidade importante para a Santa Sé, na medida em que fazia uma distinção entre as delegações entre a Itália e o Vaticano. Como refere Éric Lebec, o Papa Pio XI terá uma audiência especial

---

<sup>12</sup> Cf. BRAZÃO, Eduardo, relatório referente ao ano de 1944 intitulado *A internacionalização da Santa Sé*, p. 4. Eduardo Brazão (1907-1987) foi um historiador e diplomata. Entrou para a carreira diplomática ao mesmo tempo que José Calvet de Magalhães e Alberto Franco Nogueira. Desenvolveu inúmeros trabalhos sobre as relações de Portugal com a Santa Sé tendo publicado sete volumes relativos a esta matéria pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Foi importante defensor da criação de um arquivo e de uma biblioteca de estudos internacionais e de uma revista, ou boletim diplomático, ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Deixou parte do seu espólio e biblioteca ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>13</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

a 9 de Março de 1929, onde falará aos diplomatas sobre a sua nova personalidade jurídica internacional<sup>14</sup>. Convém mencionar que, perante a sociedade internacional, é com a Santa Sé e não com o Estado do Vaticano que se constroem relações diplomáticas. Podemos assim dizer que estamos perante “(...) un «Etat support», ou «Etat moyen» au service et à l’usage de la papauté”<sup>15</sup> e, desta forma, é a figura do Papa o elemento principal de toda a política da Santa Sé. Com base neste princípio torna-se importante tentar compreender a questão da diferenciação entre a Santa Sé e o Vaticano, pois para muitos significam a mesma coisa. Tentemos então descortinar esta realidade.

Nos termos do actual Código de Direito Canónico<sup>16</sup> fica expresso que:

“Com o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé designam-se neste Código não só o Romano Pontífice, mas ainda, a não ser que por natureza das coisas ou do contexto outra coisa se deduza, a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos da Igreja, e os demais Organismos da Cúria Romana”<sup>17</sup>.

A Santa Sé é, assim, a um tempo, o Papa e os órgãos decisórios que se encontram ligados a este. Carlo Fabris, no seu extenso artigo intitulado “*Presenza della diplomazia pontificia*”, refere que a confusão entre os dois conceitos é muito frequente. Citando W. Schulz, Fabris afirma:

“*Lo Stato della Città del Vaticano fornisce alla S. Sede il fondamento di un diritto positivo per una sovranità di altro ordine che corrisponde alla natura della S. Sede e alle sue funzioni come supremo organo della Chiesa universale*”<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrete de la diplomacie vaticane*, p. 28.

<sup>15</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 29.

<sup>16</sup> O Código de Direito Canónico actual foi promulgado por João Paulo II a 25 de Janeiro de 1983, pela Constituição Apostólica *Sacrae disciplinae leges*, e entrou em vigor a 27 de Novembro do mesmo ano.

<sup>17</sup> Cf. *Código de Direito Canónico* (de 1983), cânone 361. Nos termos do cânone 7 do Código anterior, o *Codex Iuris Canonici* de 1917, “*Nomine Sedis Apostolicae vel Sanctae Sedis in hoc Codice veniunt non solum Romanus Pontifex, sed etiam, nisi ex rei natura vel sermonis contextu aliud appareat, Congregationes, Tribunalia, Officia, per quae idem Romanus Pontifex negotia Ecclesiae universae expedire solet*”.

<sup>18</sup> Cf. FABRIS, Carlo, *Presenza della diplomazia pontificia*, p. 71.

O Papa, enquanto chefe da Igreja, pelo menos até finais do século XVIII, tinha a sua personalidade reconhecida pela comunidade internacional:

“(...) o Papa, tinha o estatuto de Chefe de Estado. Sem dúvida, desde o fim do século XVIII e sobretudo desde o Congresso de Viena de 1815, deixou de participar na vida política internacional”<sup>19</sup>.

Com o aludido Tratado de Latrão de 1929, a Santa Sé, que comanda a Igreja, fica consagrada através da atribuição de um território soberano, ou seja, de um Estado. Assim:

“Se se tiver de relacionar o estatuto da Santa Sé a uma categoria geral, admitir-se-á que se trata de um caso particular de serviço público internacional, de natureza espiritual, cujas prerrogativas amplas se explicam pela história e pela prudência dos governos face a uma entidade que simboliza a crença religiosa de mais de 400 milhões de fiéis no mundo”<sup>20</sup>.

Podemos, pois, dizer que a noção e a importância da Santa Sé ultrapassam a questão do Estado do Vaticano, que funciona como o *locus in quo* toda a acção da Santa Sé se desenrola. De frisar ainda que apesar do Vaticano ser um “Estado suporte” possui como qualquer Estado uma Constituição própria<sup>21</sup>.

A nível internacional, o Vaticano é regulado pela autoridade do Papa, pelo Secretário de Estado e pelo Secretário do Conselho para os assuntos públicos da Igreja. A Santa Sé, por seu turno, leva a cabo diversas actividades através das quais “(...) negocia e conclui tratados. As convenções em questão são de duas espécies: as concordatas, acordos bilaterais, regulando a situação da Igreja católica no Estado co-contratante, e tratados segundo o direito comum”<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Cf. DINH, Nguyen *et alii*, *Direito Internacional Público*, p. 465.

<sup>20</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 467.

<sup>21</sup> A actual Lei fundamental da Cidade do Vaticano é de 26 de Novembro de 2000 e entrou em vigor a 22 de Fevereiro de 2001. Para a respectiva consulta, cf. [http://www.vatican.va/news\\_services/press/documentazione/documents/sp\\_ss\\_scv/informazione\\_generale/legge-fondamentale\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html).

<sup>22</sup> Cf. DINH, Nguyen *et alii*, *Direito Internacional Público*, p. 467.



A Santa Sé constitui, deste modo, um pólo decisivo de manutenção de relações entre Estados. Podemos também acrescentar, que a nível interno o “governo do Vaticano” é todo ele gerido através da Cúria Romana, órgão magistral através do qual a “máquina” vaticanista funciona.

A atipicidade de que se reveste a Santa Sé no ordenamento internacional não significa, porém, que lhe faltem elementos típicos de um sujeito de Direito Internacional<sup>23</sup>. Tal como qualquer outro Estado possui duas características indispensáveis: independência e soberania, e é no Sumo Pontífice que se concentram as três funções típicas de qualquer Estado: a função legislativa, executiva e judicial, sendo estas distintas no seu exercício.

Dentro destas designações ainda se usa o termo Igreja Católica como sinónimo de Santa Sé e Vaticano, mas a verdade é que não pretende dizer a mesma coisa. A Igreja Católica é personificada pela Santa Sé, sendo a Santa Sé o órgão supremo de onde saem todas as decisões e pontos importantes relativos à Igreja Católica espalhada pelo mundo. Ou seja, a Igreja Católica, a Santa Sé e o Vaticano são três designações distintas. Ao nível do Direito Internacional, a questão da Santa Sé revela-se de alguma complexidade e existem pontos de vista diferentes relativamente ao seu estatuto de Direito Internacional. Contudo, ao longo deste trabalho optar-se-á por usar estas três definições destituindo-as do seu significado, de forma a ser mais fácil o processo de escrita e leitura sem usar repetitivamente a mesma definição.

Alicerçando a sua função no mundo como veladora da dignidade humana, a Igreja não pode afastar-se do carácter social de que se reveste tantas vezes a sua acção. Nesse sentido, através da Doutrina Social da Igreja, a Igreja Católica pretende reforçar o seu laço com a sociedade, uma vez que é nela que a sua mensagem ganha vida. Se nos debruçarmos sobre o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, no ponto 62 a Igreja defende que “com o seu ensinamento social a Igreja entende anunciar e actualizar o Evangelho na

---

<sup>23</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 354.

complexa rede de relações sociais”<sup>24</sup>. Desta forma, através dos acordos que concretiza com os diversos Estados, através das suas encíclicas e, sobretudo, através da sua vasta rede diplomática, a Santa Sé tem conseguido resultado frutíferos. O Estado mais pequeno do planeta guarda em si a necessidade de afirmação constante num mundo cada vez mais laicizado, onde a palavra do Papa já não goza do valor de outrora. Acreditando que o direito de proteger o Homem constitui uma substância ligada à própria essência da Igreja, tenta assim defender a dignidade humana como orientadora numa era que parece ter esquecido os valores mais altos. É insistindo na missão da Santa Sé no mundo e nas necessidades internacionais do mundo moderno que entraremos no próximo tópico, pois também a diplomacia da Santa Sé foi, e continua a ser, um instrumento preciosíssimo ao serviço do poder “intemporal” do Papa.

---

<sup>24</sup> Cf. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, in [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html), acedido a 05-01-2013.

## **2 – A Diplomacia da Santa Sé: primórdios e seus representantes**

Ao debruçarmo-nos na temática da diplomacia pontifícia, convém primeiramente aludir à definição de diplomacia no universo das Relações Internacionais. No contexto das Relações Internacionais, o conceito de diplomacia não surge tão definido como seria de esperar, mas esta situação talvez se deva ao facto de a área das Relações Internacionais ser ainda relativamente recente, e os parâmetros que permitiriam definir as terminologias e conceitos importantes para esta área de estudo ainda se encontrarem num estágio muito inicial. Assim, torna-se possível a confusão entre alguns conceitos desta área com o de outras áreas. Deste modo, é necessário elucidar a importância deste conceito e o seu sentido para a área das Relações Internacionais. Segundo José Calvet de Magalhães, o conceito de diplomacia é frequentemente confundido com o de política externa, algo que não é propriamente correcto. De acordo com este Autor podemos definir a diplomacia como um instrumento de política externa que actua ao nível do estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes<sup>25</sup>. Este mesmo Autor defende a seguinte posição sobre a diplomacia:

“À diplomacia assim entendida chamamos *diplomacia pura* para a distinguir de todas as outras acepções em que a palavra «diplomacia» é frequentemente empregada, e nas quais entram por vezes elementos que nada têm que ver com a actividade diplomática ou, pelo contrário, pecam por lhes faltarem algum ou alguns dos elementos essenciais que deixámos referidos. Só sobre um conceito preciso desta natureza se poderá construir uma *teoria pura* da diplomacia que nos permita compreender esta velha instituição na sua exacta forma e perspectiva”<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Cf. CALVET MAGALHÃES, José, *A Diplomacia Pura*, p. 92.

<sup>26</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Ao nível da importância da história diplomática, Jorge Borges de Macedo defende que esta é essencial para delinear as condições de sobrevivência dos pequenos Estados. Olhando para a história da diplomacia numa perspectiva geopolítica, sustenta que esta abrange diversos métodos e reveste-se de grande importância para uma Nação:

“ Não é menos certo haver leis de situação que se determinam reunindo e pensando as conjunturas. A diplomacia eficaz nunca é arbitrária nem pode desligar-se daquilo que a Nação tem sido e da soma da experiência histórica que tem acumulado. E assim como a independência é o sinal insubstituível da maioria política de que nenhuma Nação, até hoje, desistiu voluntariamente, pois dá garantias militares e económicas que nenhum acordo, necessariamente circunstancial, pode assegurar, também a política diplomática é a expressão pública – constantemente à prova – da capacidade de um estado para o exercício da independência”<sup>27</sup>.

Noutra perspectiva, Pedro Soares Martinez refere que a diplomacia e a capacidade militar de um povo são importantes para o reconhecimento externo de um Estado, apesar de também acreditar que estes dois critérios não resumem toda a essência de um Estado além-fronteiras:

“ É inegável que nem a acção diplomática nem a militar criam nações; nem as conservam, nem as dilatam. Uma e outra, mesmo conjugadas, só produzem impérios efémeros, com muitas destruições à mistura, quando desligadas de uma comunidade moral e cultural. Na base da formação e da extensão de um Estado nacional há-de forçosamente achar-se essa mesma comunidade moral e cultural. Mas tal comunidade também só consegue o reconhecimento e a vida exterior quando chega a reflectir-se através de uma força militar e da capacidade político-diplomática de fixação de fronteiras. Sem aquela força militar, a capacidade político-diplomática é totalmente ineficaz, por falta de matéria de negociação; mas, sem capacidade político-diplomática, a força militar de uma comunidade nacional, condenada a uma vigília permanente, nessa mesma vigília havia de consumir toda a sua potencialidade e até os valores adquiridos pelas vitórias passadas”<sup>28</sup>.

Tendo em conta as anteriores posições, poderá não se compreender a importância da diplomacia da Santa Sé para as Relações Internacionais. A

---

<sup>27</sup> Cf. MACEDO, Jorge, *História Diplomática Portuguesa*, p. 8.

<sup>28</sup> Cf. MARTINEZ, Pedro, *História diplomática de Portugal*, pp. 545-546.

verdade é que a Santa Sé é uma presença secular na ordem internacional e o poder que ocupou ao longo dos séculos teve na sua diplomacia uma peça-chave para o reforço desse poder e ao mesmo tempo para criar uma diplomacia de excelência. Para além disso, o Papa que é investido de duas soberanias objectivamente distintas tem direito de legação como afirma Jean-Yves Rouxel :

*“ Le Papa qui est «investi de deux souverainetés objectivement distinctes» exerce le droit de légation «à un double titre» juridique, spirituel et temporel, selon qu'on le considère comme le Chef souverain de l'État de la Cité du Vatican ou le Chef souverain de l'Église”<sup>29</sup>.*

Em tempos passados, o Papa era considerado não somente o chefe da Igreja Católica, mas também como um dos príncipes de Itália e da Europa e, por conseguinte, participava em alianças políticas e militares e até se pronunciava sobre as guerras, em particular aquelas contra os infiéis. Consciente da posição que desempenhava e que continua a desempenhar na comunidade internacional, a Santa Sé revestiu-se assim de uma carácter atípico ao nível das Relações Internacionais e a história da sua diplomacia revela a importância da Santa Sé neste meio, transformando-se assim na única religião a manter relações com os Estados. É tendo em conta o peso que a Santa Sé detém no cenário internacional que se pretende aludir à importância da diplomacia.

O nascimento e desenvolvimento da diplomacia pontifícia está intimamente associado ao próprio crescimento da Igreja. Apesar de não existirem registos concretos desde a idade apostólica, é certo que desde muito cedo, existiu uma necessidade indispensável de criar uma rede possível para se conseguir cumprir a missão da Igreja.

O cada vez maior número de cristãos assim tornou necessário esta alternativa para ser possível prosseguir com o ministério da evangelização, sustentando a necessidade de enviar representantes da sua fé, nas palavras do

---

<sup>29</sup> Cf. ROUXEL, Jean-Yves, *Le Saint-Siège sur la scène internationale*, p. 55.

Evangelho Segundo São Mateus: “Portanto ide e fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos”<sup>30</sup>. Nos primeiros tempos a Igreja passou por algumas dificuldades, sendo alvo de perseguições e divisões no seu seio, dando origem a muitas querelas, assim, “foi neste quadro que a teologia, a organização e a vida sacramental da Igreja se desenvolveram (...)”<sup>31</sup>. Já nesta altura se tentavam traçar os grandes pontos da Igreja, associando a filosofia à teologia e olhando para as escrituras e os textos de outros autores cristãos como a herança do Deus do Amor. Apesar de existirem problemas sobre a organização da Igreja e seus desígnios, não se podem resumir os problemas da Igreja apenas a questões de natureza interna.

Os cristãos tinham por esta altura, problemas não só com Roma, mas também com o Judaísmo, na medida que não cessavam de surgirem acusações inflamadas entre o “povo eleito” e os cristãos. Sabe-se que nesta época, começavam a surgir algumas mudanças ao nível das práticas dos cristãos:

“Os cristãos começavam a acrescentar novas orações às que tinham herdado dos judeus, orações que se caracterizavam pela sua ênfase na esperança e na acção de graças. Tinham consciência da importância do baptismo e da Eucaristia, embora os seus escritos reflectam a lentidão do desenvolvimento da vida sacramental da Igreja”<sup>32</sup>.

O ano 313 torna-se crucial para o Cristianismo, uma vez que é o ano da publicação do Édito de Milão, mediante o qual o Imperador Constantino abole as perseguições aos cristãos e confere legitimidade ao Cristianismo. Após a publicação do Édito de Milão a Igreja foi propícia a avanços e recuos. Começam a surgir os primeiros movimentos cisionistas e, ao mesmo tempo, nos primeiros concílios, tomaram-se posições bastante claras, sobretudo no que respeita a questões dogmáticas das quais então dependia a unidade da Igreja.

---

<sup>30</sup> Cf. BÍBLIA SAGRADA, *Novo Testamento*, Mt 28,19.

<sup>31</sup> Cf. HOLMES, J., *História da Igreja Católica*, p. 40.

<sup>32</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 31.

É neste ponto que podemos introduzir o nascimento dos primeiros legados pontifícios. Como defende Mario Oliveri, “*il fenomeno della rappresentanza ecclesiastica ebbe nei Concili e nei Sinodi dei primi secoli della Chiesa il terreno adatto per manifestarsi ed assumere il suo significato e il suo valore nella vita della Chiesa*”<sup>33</sup>. A Igreja encontrava-se disseminada por áreas bastante recônditas e era impossível ao Bispo de Roma chegar *in persona* a todas estas áreas. Assim, perante a iminência de um Concílio ou Sínodo, o Sumo Pontífice nomeava um representante Seu para que fosse possível, não só fazer notar a sua presença mas também para ter conhecimento de toda a matéria que fosse debatida.

Apesar de actualmente a Igreja não ocupar destaque na sociedade, resumindo-se esta a uma questão de índole privada e reservada, a verdade é que durante muito tempo, principalmente na Antiguidade quando o Cristianismo começou a expandir-se, a Igreja era considerada uma questão de Estado. Neste sentido, compreende-se que nos primórdios da construção da Igreja, a unidade entre cristãos fosse essencial para a progressão da própria Igreja.

Assim, nos primeiros concílios e sínodos, era fundamental evitar os movimentos cisionistas e sectários. Tornou-se portanto, indispensável a Igreja assumir claras posições e decisões dogmáticas. Os primeiros concílios e sínodos ocuparam um relevo evidente no seio da Igreja. O Papa até ao início do século VIII não esteve presente em nenhum dos concílios que foram realizados, sobretudo quando a maior parte destes concílios tiveram lugar no Oriente. O Sumo Pontífice tinha uma necessidade acrescida em enviar os seus legados para assegurar a sua representação. Apesar de os legados pontifícios estarem associados particularmente ao Bispo de Roma, esta prática foi também extensível a alguns Bispos ou Patriarcas<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 17.

<sup>34</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Ao tentarmos precisar uma data específica sobre o primeiro enviado pontifício, apoiamo-nos em Michael Feldkamp, que situa o primeiro enviado pontifício por volta do ano 314 no concílio de Arles, representando o Papa Silvestre I<sup>35</sup>. Mario Oliveri, por seu turno, defende a mesma perspectiva, referindo que no Concílio de Arles há referência aos enviados do Papa Silvestre I, os padres Clódio e Vito e os diáconos Eugénio e Ciríaco<sup>36</sup> como representantes do Bispo de Roma. Posteriormente refere os nomes de vários legados pontifícios dos primeiros concílios, destacando-se a importância do concílio de Sardica, antigo nome da actual Sófia, capital da Bulgária, pois foi neste concílio “(...) *dove si riconobbe al Vescovo di Roma il diritto di inviare i suoi Legati a qualsiasi Chiesa, per agirvi a suo nome*”<sup>37</sup>.

Apesar de referirmos frequentemente a representação da qual os legados pontifícios eram incumbidos, a verdade é que não se tratava de uma simples representação, estes legados eram um instrumento ao serviço da posição de proeminência do Papado e de acordo com a função que lhes era atribuída para os Concílios, tentavam em última instância reclamarem a presidência dos concílios.

Seria o Papa Leão I que faria um uso indispensável destes legados, querendo com isso insistir na sua posição de herdeiro de Pedro, imiscuindo-se no campo político, assegurando os seus direitos e os seus deveres de forma a fazer valer os seus plenos poderes e os relativos privilégios que detinha por direito sacrossanto<sup>38</sup>.

Os enviados nos primeiros tempos seriam assim um instrumento de evidência do poder do papado. Por outro lado, desejava-se a continuidade do Bispo de Roma como mentor de toda a Igreja cristã e que velasse pela pureza da doutrina da Igreja. Deste modo, o início da organização da Igreja centrou-

---

<sup>35</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 16.

<sup>36</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 18.

<sup>37</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>38</sup> Cf. FELDKAMP, Mario, *La diplomazia pontificia*, p. 19.



se numa união de toda a Igreja que, susceptível a qualquer ameaça de cisão entre o Ocidente e o Oriente, pretendia que a primazia do Bispo de Roma fosse mantida, para que Este se tornasse no líder de toda a cristandade.

Sendo a Igreja do Oriente prolifera em actividade conciliar, o Papa cedo percebeu que deveria munir-se de enviados que tivessem uma função particular no sentido de ligação entre a Igreja de Roma e o Oriente. Nesse sentido, o Papa Leão I instituiu a função de apocrisiário. Para além dos legados pontifícios que eram enviados com alguma assiduidade, os apocrisiários desempenhavam uma função permanente, junto ao Imperador do Oriente.

Foi no ano de 453 que o Papa Leão I envia o seu primeiro apocrisiário para junto da corte imperial, no entanto esta formação só se tornaria fixa durante o papado de Agapito I. Numa carta enviada ao Imperador Marciano, o Papa Leão I designa que o apocrisiário “(...) *doveva intercedere a favore degli interessi della Sede Apostolica*”<sup>39</sup>. Referia ainda que o seu enviado levava consigo instruções precisas sobre a sua tarefa, sendo obrigado a transmitir informações para Roma e a expor a Constantinopla as instruções do Papa.

Porém, apesar de ser a primeira vez que se utilizava um legado pontifício com esta designação, a verdade é que no Oriente esta era uma prática bastante usual, sobretudo entre os civis e militares que eram enviados à corte imperial. O imperador aceitou esta imposição de Roma, apesar de isso não significar que aceitava a soberania de Roma. De forma sucinta, pode dizer-se que o papel desempenhado pelos apocrisiários será um dos antecedentes que contribuiriam para a idealização da função dos núncios apostólicos, apesar dos apocrisiários terem algumas limitações:

“(...) *nella storiografia della Chiesa, venne perciò considerato a torto in alcuni casi un precursore dei nunzi pontifici permanenti dell’era moderna: diversamente*

---

<sup>39</sup> Cf. FELDKAMP, Mario, *La diplomazia pontificia*, p. 20.

*da questi ultimi, infatti, gli apocrisari papali non avevano alcun diritto di giurisdizione*”<sup>40</sup>.

Na lista dos muitos apocrisiários que foram enviados para junto do Imperador pode destacar-se o nome de alguns pontífices. Na verdade, para aquele que desempenhava a função de apocrisiário óptimas perspectivas de carreira se tornavam realidade. Como defende Michael Feldkamp, o apocrisiário tornava-se no candidato ideal para ocupar a cadeira de Pedro, pois a sua função fazia com que tivesse sempre muito próximo do sumo pontífice, o que lhe dava um vasto conhecimento sobre os trabalhos e desempenho do Papa. Para além disso, conhecia profundamente a corte imperial romana do Oriente, o que poderia ser muito vantajoso não só ao nível da carreira eclesiástica, mas também pelo poder que esta exercia no quadro histórico da época.

Podemos assim dizer que o trabalho que os apocrisiários desenvolveram foi essencial no âmbito da organização eclesiástica dos primeiros séculos, funcionando muitas vezes como instrumento de comunhão entre as comunidades que compunham a Igreja, e como refere Mario Oliveri,

*“La costituzione di un Apocrisario permanente presso l'imperatore non può considerarsi come la conseguenza della soggezione politica di Roma all'Impero d'Oriente; non denota una suggestione, una subordinazione nel Vescovo di Roma all'Imperio, ma piuttosto una alleanza: l'Apocrisario viene così ad essere il simbolo e lo strumento di una alleanza tra la Chiesa e l'Imperio*”<sup>41</sup>.

Assim, o apocrisiário devia informar e seguir exactamente as instruções transmitidas pelo Papa, possuindo ainda poder de iniciativa em matérias do interesse da fé e da autoridade do Sumo Pontífice, não restando dúvidas que o Papa, de acordo com os registos disponíveis, olhava para o Apocrisiário como encarregue de uma missão e acção *in vece sua*<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>41</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 81.

<sup>42</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 84.

Deve-se ainda destacar que posteriormente, no século VIII, os apocrisiários também foram enviados para junto da corte carolíngia, figurando como um dos principais ministros desta corte e sendo bastante próximos do rei. Compreende-se assim que nos primórdios da Igreja a actividade dos enviados pontifícios e dos apocrisiários foi muito importante para a formação da Igreja criando uma rede de ligações com outras Igrejas distantes importantes para os domínios da fé e poder do Sumo Pontífice.

Dentro da temática que nos propusemos abordar neste ponto, é necessário ainda salientar a importância que outros enviados tiveram na evolução da diplomacia pontifícia.

Na passagem da Antiguidade para a época Medieval dá-se o nascimento de um novo tipo de legado pontifício. Este legado dava pelo nome de vicário apostólico, e tinha como função regular as relações eclesásticas nas diversas zonas da Europa e confirmar nas diversas igrejas o primado de Roma<sup>43</sup>. A função dos vicários apostólicos diferenciava-se daquela dos legados enviados pelo Papa aos concílios, pois tinham uma função mais estável e permanente que exigia maior preceito, sobretudo pela variedade de funções e tarefas que era previsto cumprirem.

Apesar da diferenciação da actividade dos vicários apostólicos face a outros enviados, não podemos contudo, basear a decisão do Sumo Pontífice para criar a função de vicário apenas por motivos de distância. Acima de tudo, a motivação do Papa para a criação deste grau de enviado prende-se com problemas de séria gravidade que poderiam corromper a fé e a disciplina da ordem interna da Igreja nestes locais mais distantes de Roma.

Torna-se importante ainda acrescentar que o nascimento destes vicários dá-se durante o pontificado do Papa Inocêncio I, apesar de já existirem referências em cartas numa época anterior. De acordo com Michael Feldkamp:

---

<sup>43</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 369.

*“La nomina di vicari apostolici e di legati missionari era rimasta in uso esclusivamente nella zona romana d’Occidente e in quella latina, e questi esercitavano le loro funzioni soltanto in via temporanea e su diretto incarico del papa”*<sup>44</sup>.

Todavia, a sua função permanecia unicamente em exercício apenas durante um só pontificado, sendo a função de vicário conferida apenas a uma pessoa e a um território. As principais tarefas que cabiam aos vicários apostólicos podem-se resumir a vigiar a integridade da fé nas regiões para onde eram enviados tendo em conta os cânones sagrados, a manterem a paz e tranquilidade entre a Igreja e os bispos de forma a velar pela disciplina da Igreja, a resolverem, sempre que tivessem lugar, em sínodos, os problemas mais importantes e, por fim, tinham como obrigação dar a conhecer à Sede Apostólica os problemas que careciam da sua intervenção<sup>45</sup>.

Defende-se que após o pontificado de Nicolau I entramos numa nova época para a diplomacia pontifícia apesar de não ser consensual esta ideia. Divergências à parte, a maior parte dos autores olha para o pontificado de Nicolau I como um ponto de viragem, como vem referido por Mario Oliveri: *“(...) con Nicolò I termina l’epoca antica delle legazioni e ne inizia una nuova, nella quale i Legati cominciano a godere di una autorità maggiore”*<sup>46</sup>. Desta forma, com o Papa Nicolau I começa a ser difundida a prática de enviar legados de Roma para dar resposta a questões delicadas e difíceis, sendo que eram os intervenientes nestas questões melindrosas que pediam a actuação de Roma para sua resolução.

Antes de prosseguirmos com as mudanças efectuadas aos legados pontifícios, torna-se importante fazer uma breve observação histórica sobre algumas mudanças que ocorreram neste período histórico na Igreja. Por

---

<sup>44</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 25.

<sup>45</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 60.

<sup>46</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 98.

mudanças referimo-nos em primeiro lugar à reforma gregoriana, e seguidamente ao cisma do Oriente.

A reforma gregoriana mudará por completo a face da Igreja, não só na própria génese da Igreja mas também ao nível do confronto com o poder feudal. Tratou-se de um retorno às raízes do próprio Cristianismo e pretendia regular a situação do clero e da Igreja, em particular as práticas de simonia (concubinato do clero) e de nicolaísmo (compra de cargos eclesiásticos). Não obstante, é ainda essencial referir que esta reforma se torna importante para a Igreja no sentido em que o Papa, através do seu *Dictatus Papae*, se tornaria no verdadeiro e único Chefe Supremo da Igreja Católica fazendo assim frente ao poder do Sacro Império Romano-Germânico que chegava a nomear alguns membros do clero, como se refere na obra de Pierre Pierrard:

“(...) vinte e quatro proposições extremamente enérgicas, expressas em termos pouco habituais, foram inseridas nos registos pontifícios: são os *Dictatus Papae*, onde se encontram frases como estas: «A Igreja romana foi fundada pelo Senhor. (...) Apenas o pontífice romano merece ser chamado universal. (...) É-lhe permitido depor os imperadores». A teoria da supremacia pontifícia encontra aí a sua codificação”<sup>47</sup>.

Podemos assim dizer que aqui nasce a teocracia papal que iria ser uma evidência durante séculos. Resta ainda acrescentar que esta reforma foi transformadora não só da Igreja, mas de toda a Europa e sua estrutura. Ficando associada à imagem do Papa Gregório VII, a verdade é que esta reforma tinha começado já algum tempo antes sob a égide de outros pontífices e continuou após o pontificado de Gregório VII, encontrando na figura deste Papa um dos mais acirrados defensores da reforma da Igreja.

Foi assim através deste movimento que as leis da Igreja e o nascimento de novas ordens mendicantes surgiram, colocando um novo alento ao conhecimento e actividade de toda a cristandade. É possível referir sucintamente que “por toda a Europa Ocidental, o século XII foi uma época

---

<sup>47</sup> Cf. PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, p. 107.

de crescimento e riqueza em muitas esferas da vida e, (...) é considerado um dos mais importantes para a Igreja. (...) O desenvolvimento do direito canónico pôs em destaque os mecanismos legais da Igreja, melhorou a eficácia da cúria, deu origem a uma nova estirpe de papas, conhecidos como “papas juristas”(...)”<sup>48</sup>. Para fazer valer as reformas que pretendia, Gregório VII vai servir-se do serviço dos seus legados. Assim, “a acção do Papa tendia a fazer-se sentir até ao nível dos fiéis, por meio de legados permanentes ou itinerantes dotados de poderes excepcionais (...)”<sup>49</sup>.

Paralelamente a esta reforma dera-se em 1054 o Grande Cisma do Oriente, onde as Igrejas de Roma e Constantinopla se separaram definitivamente. Apesar de sempre terem existido diferenças entre ambas Igrejas e reservas mútuas, a verdade é que existia respeito entre ambas as partes, sendo que Constantinopla respeitou Roma como pilar do Império e da Cristandade. As divergências litúrgicas e dogmáticas seriam uma forte motivação para ambas as Igrejas se separarem, situação que teria o seu desfecho final após a bula de excomunhão para o Patriarca Miguel I, levada a Constantinopla pelo Cardeal Humberto. Seguidamente, Constantinopla reagiria:

“A sua resposta tomou a forma de uma carta circular que defendia a ortodoxia do Oriente e condenava a heresia do Ocidente. Significativamente, esta carta afirmava que Roma e Constantinopla há anos que seguiam por caminhos separados e que a reconciliação com Roma não era necessária nem sequer desejável”<sup>50</sup>.

Através desta mútua excomunhão encerrar-se-ia uma longa fase de diferenças e conflitos irreconciliáveis.

É pois perante este cenário de cisão e reforma que passamos agora a abordar os novos tipos de legados que foram constituídos. Com uma nova regulação da Igreja e instituição de normas canónicas o papel dos legados pontifícios vem mais explícito e designado. A obra de Graciano *Concordia*

---

<sup>48</sup> Cf. HOLMES, J., *História da Igreja Católica*, p. 91.

<sup>49</sup> Cf. PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, p. 107.

<sup>50</sup> Cf. HOLMES, J., *História da Igreja Católica*, p. 83.

*discordantium canonum*, também conhecida por *Decretum Gratiani*, dedica uma parte à questão dos enviados, num capítulo intitulado *De Officio Legati*. De acordo com esta obra os legados pontifícios têm a seguinte função:

“*I legati vanno onorati come conlui [il papa] che rapresentano. Il legato deve potersi legittimare [accreditare] come tale con le lettere di legazione [credenziali o lettere di accreditamento]. Non deve cercare il suo proprio beneficio, bensì quello della Chiesa (...)*”<sup>51</sup>.

De acordo com este decreto quem impeça o papel dos legados pontifícios será objecto de excomunhão. Com o decreto Graciano e com as sucessivas colectâneas de direito como a *Liber Extra*, a *Liber Sextus*, as *Clementinae*, as *Extravagantes* e as *Extravagantes communes*, podemos finalmente distinguir três tipos de legados pontifícios: os *legati a latere*, os *legati missi* (também chamados *nuntii apostolici*) e os *legati nati*<sup>52</sup>.

Os *legati a latere* eram geralmente cardeais enviados pelo Papa a regiões distantes, assegurando assim a representação do Bispo de Roma e eram por norma o cargo mais alto dos representantes pontifícios. Podiam confirmar em nome do sumo pontífice a eleição de altos signatários como os bispos e abades. Eram revestidos de especiais direitos como o de absolver de excomunhão possíveis membros do clero e podiam usar as insígnias pontifícias. Pode ainda dizer-se que a posição por eles desempenhada era muito proveitosa ao nível do poder eclesiástico.

Por *legati missi* entendiam-se os enviados com as funções mais simples, uma vez que “*(...) venivano affidati loro compiti bene definiti ed erano richiamati una volta compiuta la loro missione (...)*”<sup>53</sup>. Eram uma via de transmissão sobretudo para impor reformas. Tinham assim limitações, pois “*la loro potestà è strettamente limitata al territorio loro affidato (...) per cui*

---

<sup>51</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 34.

<sup>52</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>53</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 36.

*non ha alcuna estensione né al di fuori di esso né riguardo a quanti non sono sudditi di quel territorio*”<sup>54</sup>.

Os *legati nati* eram muitas vezes comparados à continuação dos vicários apostólicos. Os *legati nati* eram nomeados em virtude do seu posto na Igreja; eram sobretudo Bispos e o seu papel estava intimamente ligado à diocese ou província metropolitana que detinham, e tinham como principal função reforçar a fé dessas comunidades. Como é salientado por Mario Oliveri “*la caratteristica di questi Legati consisteva nel fatto che i loro diritti erano inerenti alla sede e non alla persona*”<sup>55</sup>, deve-se realçar aqui alguns arcebispos que gozavam de reconhecimento enquanto *legati nati* como por exemplo o arcebispo de Canterbury, York e Reims.

Podemos ainda afirmar que no âmbito das legações enviadas pelo sumo pontífice poucas alterações foram feitas ao nível da natureza dos enviados, uma vez que a actividade puramente diplomática era colocada em segundo plano, sendo que a motivação principal destes legados incidia sobretudo na concretização das reformas levadas a cabo pela Igreja de Roma, ou seja, numa área mais espiritual que política. Seria só após o Concílio de Trento que se iriam processar novos fundamentos sobre os legados pontifícios.

Depois da grande reforma que tentou levar a cabo uma grande unificação da Igreja através de um direito canónico instituído, seguiu-se um período bem movimentado na Igreja, com as Cruzadas e a Inquisição.

Se para regular a Inquisição Gregório IX colocava nas mãos dos dominicanos a sua direcção, para as Cruzadas foram enviados alguns legados para servirem de ponte entre os desejos do Papa e o rumo da actividade contra os infiéis.

Por esta altura a Santa Sé também começa a regular a questão do pagamento de tributos pelos monarcas. Para desempenhar esta função a Santa Sé criou a posição de colectores, que apesar de desempenharem um papel ao

---

<sup>54</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 113.

<sup>55</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 115.



nível da regulação fiscal, esporadicamente podiam desempenhar acertos políticos com os monarcas. Sucintamente pode dizer-se que entre o século XII e o século XIV o número de legados aumentou significativamente.

Após esta expansão dos enviados pontifícios, que sobretudo tinha como objectivo regular a actividade da Igreja em períodos particularmente delicados, como as questões dogmáticas, aparecimento de novas facções dentro da Igreja, regulação da actividade espiritual e autonomia face ao poder dos príncipes, a actividade dos legados ganha um novo alento.

A problemática levantada com a Reforma originou um abalo na sólida estrutura da Igreja. Os primeiros movimentos que contestavam o modo como a Igreja era dirigida e a forma como a noção de Deus era transmitida começaram a criar novas separações na Igreja; dá-se assim o nascimento das Igrejas Protestantes. O poder do papado viu-se enfraquecido, perdendo grande parte da sua influência política.

Nos finais do século XVI nasce um novo tipo de administração na Santa Sé, com o Secretário de Estado, que seria também responsável pela gestão dos legados papais. É nesta época que nascem as primeiras nunciaturas permanentes, alterando grandemente a representação da Santa Sé. O século XV vê o nascimento dos grandes Estados nacionais, e consequentemente as relações entre Estados tornaram-se mais prolíferas de forma a concretizarem-se estratégias de aliança. O primeiro núncio pontifício será o bispo Angelo Leonini, que será enviado a Veneza como representante pontifício a 30 de Abril de 1500.

Contudo, se a nova conceptualização de relações entre Estados afigurava a representação como essencial para se manterem ligações, a verdade é que inicialmente o Papa se mostrava reticente em enviar um representante para junto dos Estados. De certa forma, o Papa conhecia na perfeição o sistema de informação transmitido pelos seus legados, por outro lado sabia perfeitamente que as tarefas de que eram incumbidos os seus legados eram sobretudo de

carácter religioso e não político como agora se afigurava necessário. O sumo pontífice só alteraria a sua disposição porque,

*“Tuttavia verso la fine del sec. XV, la necessità di una difesa degli Stati cristiani contro il pericolo sempre incombente dei Turchi ed inoltre le controversie territoriali tra lo Stato Pontificio e gli altri Stati italiani, soprattutto la Repubblica di Venezia, convinsero il Papa della utilità di avere dei rappresentanti permanenti presso le Corti”*<sup>56</sup>.

Apesar de o envio de núncios ser uma realidade, seria mais tardiamente que a actividade dos núncios se tornaria mais estável, sendo que existem muitas divergências sobre uma data precisa sobre o início formal das nunciaturas permanentes, ocorrendo que a actividade dos núncios não significava oficialidade de uma nunciatura permanente.

Relativamente à difusão dos núncios, este processo só foi definitivamente estabelecido a partir da segunda metade do século XVI, sob o pontificado de Gregório XIII<sup>57</sup>. Seria já no século XVII que os núncios começariam a desempenhar funções mais operantes, como vem referido por Ivan Santus:

*“L’attività dei Nunzi Pontifici raggiunse il massimo splendore nel periodo della pace di Westfalia, nel 1648, dove venne deciso un nuovo assestamento dell’Europa e una nuova modalità di concepire le relazioni e i rapporti di forza tra Stati”*<sup>58</sup>.

Torna-se importante ainda mencionar que no início da actividade dos núncios estes foram tidos como representantes do próprio Papa e não da Santa Sé, da mesma forma que os restantes embaixadores civis eram tidos como representantes dos Soberanos e não do Estado, fazendo com que após a morte do sumo pontífice, cessasse a actividade do núncio que fora por ele nomeado.

Alguns autores, como é o caso de Mario Oliveri e Michael Feldkamp<sup>59</sup>, apontam a figura do apocrisiário como antepassado dos núncios que foram sendo instituídos a partir do século XV. Defende-se ainda que a figura dos

---

<sup>56</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 117.

<sup>57</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>58</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 371.

<sup>59</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 42 e OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 118.

colectores, já referidos também anteriormente, que tinham como função a administração regular dos bens e das taxas referentes à Igreja, foram também uma peça fundamental orientadora para a criação dos núncios.

De facto foram uma peça fundamental para o desenvolvimento da diplomacia da Igreja, uma vez que chegaram a desempenhar um papel chave, sempre que existiu necessidade, em decisões políticas que Roma lhes incumbia, pois sendo um enviado pontifício designado para assuntos de ordem económica, residiam permanentemente onde desenvolviam a sua actividade e deste modo, conheciam melhor do que ninguém a situação local. Não obstante a opinião destes dois autores, será decerto impossível chegar a uma conclusão concreta sobre esta questão, o mais importante a reter é que toda a rede formada anteriormente pelos diferentes tipos de enviados e legados da Santa Sé foram importantíssimos para a conceptualização dos núncios.

Trata-se importante referir as competências dos núncios antes do Concílio de Trento. Assim, à tarefa de diplomacia política competia-lhes também tarefas religiosas. Segundo Mario Oliveri, os núncios antes do Concílio de Trento foram menos diplomatas e mais teólogos<sup>60</sup>.

Foi durante o pontificado de Paulo III que os núncios foram revestidos de novos preceitos, prevalecendo a função religiosa, de acordo com os pressupostos da reforma católica. Estes núncios podiam receber quatro espécies de cartas com as suas funções, a saber: as *credenciais*, com as quais os núncios eram acreditados junto dos governos dos países; a *faculdade* para o exercício dos plenos poderes espirituais; as *instruções*, através das quais vinha exposto o modo de alcançar o exercício da sua missão; e, por fim, a *cifra* para a transmissão das mensagens secretas. Assim, no início da actividade dos núncios estes tinham uma função ainda muito limitada e ainda

---

<sup>60</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 120.

não podemos falar de um desempenho igual ao de um embaixador, pois tinha como principal tarefa regular a situação da Igreja para onde eram enviados.

Seguidamente focar-se-á o período pós-concílio de Trento. Foi com Gregório XIII, que o papel dos núncios foi regulado. Tendo o próprio Papa já trabalhado na diplomacia, sabia bem a importância da função dos núncios, não só para melhor conhecimento dos países para onde eram enviados, mas também para terem uma função activa perante a reforma trentina.

Assim, as nunciaturas tornam-se um órgão regular do sumo pontífice. Por nuncio entendiam-se os representantes nomeados para junto dos monarcas, e ficaram ainda definidos outros dois tipos de representantes, os legados que eram os representantes permanentes não cardeais, e os internúncios, agentes diplomáticos de nível inferior. A função do nuncio podia resumir-se a velar e difundir a religião católica, a defender os pressupostos do Concílio de Trento, a manter a autoridade da Sede Apostólica, velar pela disciplina eclesiástica e apoiar a paz e união entre cristãos<sup>61</sup>. Pode afirmar-se que o papel desenvolvido pelos primeiros legados na Idade Média era diferente dos instituídos após o Concílio de Trento. Como defende Michael Feldkamp:

*“Se gli inviati papali del Medioevo venivano utilizzati espressamente in occasioni politiche come le diete dell’impero, le elezioni dei vescovi, le elezioni dei re e via dicendo ed investiti soltanto per brevi periodi di facoltà per lo più molto ampie, la figura del nunzio degli albori dell’era moderna, dopo il Concilio di Trento, si era sviluppata partendo dai compiti di un’istituzione diplomatica e divenendo man mano più simile ad una burocrazia pontificia certamente all’estero, con ampi poteri di riforma e di giurisdizione”*<sup>62</sup>.

No entanto, cumpre frisar que no contexto de expansão da fé nos novos países descobertos além-mar, a regulação da fé era assegurada pelos vários missionários.

A actividade dos núncios encontrará nos séculos sucessivos, XVII e XVIII, grandes problemas, sobretudo devido à perda de valor do sumo

---

<sup>61</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 128.

<sup>62</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 54.

pontífice no quadro internacional. Estes problemas foram bastante tidos em conta, quanto mais que o Papa Pio VI, em 1789, viu a necessidade de justificar o envio de núncios por parte da Santa Sé. Esta resposta daria pelo nome *Responsio super Nunciaturis*, e contrapunha a observação que quatro metropolitanos faziam sobre a aversão que se fazia sentir ao sumo pontífice e aos núncios na Alemanha. Com a difusão do Iluminismo por toda a Europa, o poder do Papa e, por conseguinte, o poder dos seus núncios, ficou de certo modo reduzido a um papel de fachada. Durante o período da Revolução Francesa “(...) *le nunziature esistevano formalmente soltanto in Spagna, Austria, Svizzera e Portogallo nonchè a Torino e a Firenze* (...)”<sup>63</sup>.

Seria somente com o Congresso de Viena que a situação dos núncios apostólicos viria a ser regulada. Citando Ivan Santus “(...) *il Congresso di Viena conferma l’uso precedente di accordare ai Nunzi e ai rappresentanti del Pontefice la precedenza*”<sup>64</sup>, reformando e afirmando a posição dos núncios como um dos tipos de representantes reconhecidos com estatuto diplomático.

Com o Congresso de Viena (1815) a Igreja Católica vê a sua condição reformada. Os núncios podem deter uma posição representativa enquanto corpo diplomático. Porém, estes só podiam exercer o direito de jurisdição espiritual em certos casos e após o consenso por parte dos governos dos Estados em que se encontrassem as nunciaturas. Para além disso, com o desaparecimento dos territórios pontifícios por altura da unificação italiana, a diplomacia da Santa Sé sofreu alterações<sup>65</sup>.

As discussões sobre se o Papa seria ainda um sujeito de Direito Internacional Público começaram a surgir. Neste sentido, o Congresso de Viena torna-se importante devido à classificação dos agentes diplomáticos em embaixadores, legados e núncios; enviados, ministros e outros agentes

---

<sup>63</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 78.

<sup>64</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 370.

<sup>65</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

acreditados juntos dos soberanos; e por fim, encarregados de negócios apenas acreditados junto dos ministros dos negócios estrangeiros<sup>66</sup>.

Deve-se ainda fazer referência ao papel do Cardeal Consalvi no Congresso de Viena, cuja acção foi decisiva para os outros Estados assinarem a clausura referente aos representantes pontifícios. De resto, o Cardeal Consalvi nunca deixou de insistir no facto de que a precedência atribuída ao Papa não causava nenhum prejuízo aos outros Estados<sup>67</sup>, reforçando que a posição eminente do chefe da Igreja Católica justificava o reconhecimento dos seus enviados. Após alguma dificuldade de consenso por parte da Inglaterra e Suécia, ficou estipulada a excepção referente aos representantes do Papa, ficando definida como princípio, admitindo-se esta excepção:

*“(...) non in base a ragioni politiche, nè tanto meno per la potenza politica dello Stato Pontificio (in quel momento era alla mercè delle grandi potenze), ma in base all’eminente posizione (riconosciuta anche dagli Stati acattolici) del Capo della Chiesa Cattolica, in pratica per la sua qualità religiosa e morale; e ciò continuava nonostante che la Repubblica delle genti cristiane fosse ormai tramontata da tempo”*<sup>68</sup>.

Após o Congresso de Viena, a situação dos representantes pontifícios fica estabelecida nos termos apontados. Se o início do século XIX tem o Congresso de Viena como marco importante, confirmando o direito de presença do sumo pontífice na comunidade internacional, todavia, até ao final do século XIX não podemos falar de relações próximas entre Estados. Neste século ainda teve lugar o Concílio Vaticano I, que veio reforçar o centralismo da Cúria, com o dogma da infabilidade papal como ponto forte saído deste Concílio. Em 1870 os Estados Pontifícios são extintos o que assinalou uma mudança na diplomacia do Papa, como defende Michael Feldkamp:

*“Considerata la mancanza di territorio la Santa Sede, vista dall’estero, si trovò a essere non più un sovrano secolare, ma soltanto un’autorità ecclesiastica. Da*

---

<sup>66</sup> Cf. BARBAS HOMEM, António, *História das Relações Internacionais*, p. 249.

<sup>67</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, p. 134.

<sup>68</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 135.

*allora venne discussa fra gli studiosi di diritto pubblico e di diritto canonico, i teologi e i politici la questione se il papa e i suoi rappresentanti in tutto il mondo fossero ancora, e fino a che punto, soggetti di diritto pubblico e se lo sono ancora oggi*”<sup>69</sup>

Despojado dos seus domínios territoriais, o Papa pôde enfim concentrar-se no seu sentido espiritual. No entanto, não renunciou às suas nunciaturas na Europa e na América do Sul, chegando mesmo a ampliar o número de nunciaturas no mundo.

Com o *Codex Iuris Canonici*, em 1917, os enviados papais assumem uma natureza mais bem instituída e definida. No cânone 265 vêm referidos os seguintes desígnios:

*“(...) il diritto del Romano Pontefice di inviare in ogni luogo egli desideri e suoi legati. Il fondamento di tale diritto è legato alla sua missione per tutte le Chiese sparse nel monde, con le quali deve comunicare e attraverso le quali evangelizzare chi ancora non crede*”<sup>70</sup>.

Os *legati nati* continuavam a ser bispos ou arcebispos, mas sem valor enquanto enviados; *legati a latere* era a denominação dada aos cardeais enviados em nome do Papa; por fim, os núncios apostólicos ficam definidos como os representantes permanentes do Papa junto dos governos<sup>71</sup>. Como refere Michael Feldkamp, a função dos núncios fica definida da seguinte forma:

*“Hanno il duplice compito di curare le relazione fra la Santa Sede e i governi secolari e di sorvegliare la vita religiosa della loro diocesi facendo poi rapporto al papa*”<sup>72</sup>.

Durante o período entre guerras, com o nascimento das ideologias extremistas, a Santa Sé continuou a manter relações diplomáticas com muitos Estados, inclusive com a Alemanha e com a recém-criada União Soviética.

---

<sup>69</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 81.

<sup>70</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 370.

<sup>71</sup> Cf. *Codex Iuris Canonici* 1917, disponível in [http://www.mercaba.org/Codigo/1917\\_0147-0264.htm](http://www.mercaba.org/Codigo/1917_0147-0264.htm), acedido a 15-01-2013.

<sup>72</sup> Cf. FELDKAMP, Michael, *La diplomazia pontificia*, p. 84.

Não iremos abordar neste momento a diplomacia secreta que o Vaticano operou durante a Segunda Guerra Mundial, por ser um tema que irá ser abordado posteriormente neste trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, o Vaticano lança-se no reforço das relações entre Estados. Logo em 1946 abrem-se nunciaturas na China, dois anos mais tarde na Índia e em 1952 no Japão. A partir dos anos 60, o Vaticano começa a empreender esforços ao nível do continente africano, criando uma nova rede de relações.

Ao entrar nos anos 60 do século XX, a diplomacia da Santa Sé será novamente transformada devido ao Concílio Vaticano II, que operou um *aggiornamento* da Igreja Católica no mundo.

O papel dos enviados pontifícios foi assim objecto de atenção, afigurando-se indispensável a adequação das nunciaturas às exigências dos tempos modernos. Foi numa carta apostólica publicada a 24 de Junho de 1969 que surgiu o documento que continha as novas orientações e as directivas referentes aos representantes pontifícios. No Motu Proprio *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, a actividade dos representantes do sumo pontífice não escapa a uma profunda revisão. Numa primeira parte deste documento faz-se referência à difícil tarefa do Papa em chegar às várias igrejas no mundo, reforçando a sua importância e principais objectivos, na unidade dos cristãos. Seguidamente aborda-se a função dos representantes pontifícios como peças necessárias para legitimarem a autonomia da Igreja, criando laços pacíficos entre Estados e ter em conta a perspectiva espiritual da Igreja<sup>73</sup>.

Nesta carta apostólica vem também explícito o tipo de representantes pontifícios enviados pela Santa Sé, reconhecendo que não existe uma restrição para um laico ocupar um lugar enquanto representante da Santa Sé<sup>74</sup>. Relativamente a esta questão Carlos Corral Salvador afirma que a ocupação de um cargo de representante pontifício por um laico já tinha acontecido noutras épocas referindo que em 1347, Francesco Petrarca ocupou um cargo

---

<sup>73</sup> Cf. OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, pp. 160-161.

<sup>74</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 252.



enquanto representante pontifício e também B. Pimentel, um laico casado e com família, serviu com representante pontifício em Espanha entre 1522-1524<sup>75</sup>.

No Motu Proprio *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, o Papa Paulo VI precisou as funções e os diferentes tipos dos representantes diplomáticos que ainda hoje vigoram.

Assim ficam distinguidos dois tipos de legados: aqueles apenas junto das Igrejas e outros junto das Igrejas e dos Estados. Os legados pontifícios junto das Igrejas ficaram designados como Delegados Apostólicos. Têm um carácter permanente junto das Igrejas, mas sem qualquer estatuto diplomático. Apesar de não terem estatuto diplomático, os governos dos países onde se encontram acabam por conferir-lhes uma série de privilégios e imunidades para que o cumprimento da sua missão seja alcançado.

Os legados pontifícios junto das Igrejas e dos Estados dividem-se em três classes e contam ainda com uma classe especial. Na classe superior encontra-se o Nuncio, que é um prelado enviado pelo soberano pontífice como representante da Santa Sé junto de um Estado estrangeiro. Regra geral está revestido de carácter episcopal e a partir do pontificado de Paulo VI tem estatuto de arcebispo com sede titular. A sua mobilidade tem aumentado bastante como sustenta Carlos Corral Salvador:

*“(...) ha aumentado la movilidad de los nuncios, siendo no raras veces trasladados de una nunciatura de mayor importancia a otra de menor, de una nunciatura a una internunciatura, o, incluso, de una nunciatura a una Delegación Apostólica según las necesidades del bien de las Iglesias”*<sup>76</sup>.

Na segunda classe encontramos os Internúncios, de carácter inferior e que correspondem à classe diplomática dos enviados e ministros acreditados junto dos Chefes de Estado. Na terceira classe temos os Encarregados de Negócios, que devem ser acreditados junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros do

---

<sup>75</sup> Cf. SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, p. 324.

<sup>76</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 343.

Estado para onde foram designados, na ausência ou em circunstâncias que impedem a nomeação do Núncio ou do Internúncio. Podem ser permanentes ou interinos e podemos ainda falar dos mesmos como encarregado de negócios “com cartas”, “em função” ou “titular”<sup>77</sup>. Deve-se ainda acrescentar que durante algum tempo existiu a figura do Pronúncio, mas de acordo com um despacho circular do Secretário de Estado a todas as Nunciaturas em 1993, esta classe de legado pontifício deixou de existir.

Ficaram ainda designados para juntos das conferências e organizações internacionais dois tipos de representantes: os delegados que tomam assento nas organizações das quais a Santa Sé faz parte e onde tem direito a voto, e os observadores onde a Santa Sé tem apenas a sua presença assinalada.

Por fim existem ainda as missões extraordinárias da Santa Sé, que são enviadas em ocasiões excepcionais. Podemos dividir esta categoria em legado *a latere* (*legatus a latere*), que diz respeito ao envio de um cardeal na vez do sumo pontífice, com os poderes designados por este último previamente, recebendo o tratamento igual a um soberano. Depois temos o Cardeal legado (*cardenalis legatus*), que é incumbido de uma tarefa pastoral pelo sumo pontífice. Existe ainda o Enviado especial de Sua Santidade (*missus specialis*) que pode ser um prelado de qualquer estatuto eclesiástico que é incumbido de uma missão extraordinária quando há situações que desaconselham o envio de um cardeal legado. Por fim, existe o Ablegado Apostólico (*ablegatus apostolicus*), que é encarregue de uma missão de nome do Papa de carácter menor, meramente cerimonial, como refere Carlos Corral Salvador:

“En el pasado era el encargado de portar la birreta al nuevo Cardenal que no podía acudir a Roma para asistir al Consistorio en el que había sido creado Cardenal”<sup>78</sup>.

Em suma, após o Concílio Vaticano II os representantes pontifícios veriam o seu papel ser ele também transformado para se adaptar a uma

---

<sup>77</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>78</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 345.

comunidade internacional cada vez mais complexa e exigente, como em discurso afirmou Paulo VI:

*“L’activité diplomatique du Saint-Siège, en effet répond, d’une manière très adaptée, aux développements actuels de la vie internationale et aux nécessités présentes de la mission que l’Église doit remplir dans le monde contemporain: de cette mission dont a parlé le Concile Vatican II, en affirmant solennellement que l’Église est appelée à donner, et qu’elle entend bien le faire de toute ses forces, une aide déterminante à la société (...)”*<sup>79</sup>.

E é reforçando a sua actividade na sociedade e no mundo que a diplomacia da Santa Sé tem desenvolvido o seu trabalho, chegando a várias esferas da sociedade e velando pela dignidade do Homem.

Em 1983, o Código de Direito Canónico sofre uma “reforma”. Este novo código teve em conta os propósitos saídos do Concílio Vaticano II e deu um novo alento aos princípios da Igreja. Relativamente à actividade dos legados do sumo pontífice, dispõe o cânone 362:

“O romano pontífice tem o direito originário e independente de nomear Legados seus, e de os enviar quer às Igrejas particulares das diversas nações ou regiões, quer aos Estados e às Autoridades públicas e ainda de os transferir e retirar, salvaguardadas as normas do direito internacional no atinente à missão e remoção dos Legados acreditados junto dos Estados”<sup>80</sup>.

Deste modo, sai reforçado o papel da Igreja no mundo de acordo com os desígnios do Sumo Pontífice e desenvolvendo uma actividade extensa tendo em conta o lado espiritual como orientador da sociedade contemporânea. A importância da diplomacia da Santa Sé pode não ser compreendida por muitos, mas a verdade é que se reveste do maior interesse para os Estados. Como sustenta Edward Pentin, apoiando-se no diálogo entre Henry Cabot Lodge e um diplomata muçulmano:

---

<sup>79</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 366, aludindo ao discurso do Papa Paulo VI, «Ad Excellentissimos Viros e Legatorum Coetu apud Sedem Apostolicam».

<sup>80</sup> Cf. Código de Direito Canónico, p. 65.

*“In the 1970s, Henry Cabot Lodge, special presidential envoy to the Vatican, asked to a Muslim diplomat at the Holy See why his government thought it was worthwhile to maintain such a big mission at ‘a place which did not seem to concern him very much’. The diplomat replied: ‘We don’t want to miss anything’”*<sup>81</sup>.

Esta afirmação contém em si muito significado na medida que torna evidente o papel da diplomacia da Santa Sé ao nível da informação e como os outros Estados vêem nela um elemento importante de informação interna.

Em jeito de conclusão, neste capítulo pretendeu-se dar uma panorâmica sobre a essência da Santa Sé e da Cidade do Vaticano, procurando depois traçar-se uma perspectiva sobre o nascimento e evolução dos seus representantes. Certamente que muito se poderia dizer sobre a prolífera actividade diplomática daquela que é considerada como a mais antiga diplomacia do mundo<sup>82</sup>. Contudo, tomou-se a abordagem mais sucinta possível dada a imensa actividade da Igreja. Será possível compreendermos que desde os primórdios da Igreja, esta produziu uma rede bem estruturada de forma a expandir a cristandade e ser possível ao Bispo de Roma controlar a Igreja. Como é óbvio trata-se de um mecanismo importante não só para as Relações Internacionais, mas também para a história da diplomacia, pois mostra como a complexidade das movimentações históricas afectaram o rumo da Igreja e o auxílio dos seus legados revelou-se imprescindível em momentos chave, pois como refere António Barbas Homem alguns príncipes utilizaram o auxílio de associados à diplomacia pontifícia para colaboração da diplomacia do Estado<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Cf. PENTIN, Edward, «Vatican Diplomacy», disponível in [http://www.diplomatmagazine.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=253](http://www.diplomatmagazine.com/index.php?option=com_content&view=article&id=253), acedido a 16-01-2013.

<sup>82</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 41, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmddocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmddocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 16-01-2013.

<sup>83</sup> Cf. BARBAS HOMEM, António, *História das Relações Internacionais*, p. 249.

É pois na senda da vasta actividade que a diplomacia da Santa Sé desempenhou ao longo da história que podemos ver a extensão e importância da Igreja na actual comunidade internacional.

## CAPÍTULO II

### 1 – As relações externas da Santa Sé

No presente capítulo iremos debruçar-nos sobre a posição da Santa Sé no plano internacional. Neste domínio a Santa Sé assume indubitavelmente uma posição *sui generis* em toda a sua essência. Para além de se revestir de um carácter peculiar enquanto sujeito de Direito Internacional, é ao mesmo tempo a única confissão religiosa com peso e influência concreta a nível internacional.

A função suprema que a Santa Sé exerceu durante vários séculos foi posta em causa em 1870, com a perda dos designados Estados pontifícios, mas com o Tratado de Latrão a Santa Sé viu reconhecida a sua posição na comunidade internacional<sup>84</sup>. De todo o modo, durante a chamada “questão romana”, a Santa Sé manteve relações com os Estados, chegando mesmo a aumentar o número de países com que mantinha relações. De resto, nessa fase, continuou a desempenhar as suas funções diplomáticas normalmente, pois a situação dos seus diplomatas estava regulada desde o Congresso de Viena de 1815. Segundo Jaclyn McEachern,

*“When the Italians took over the Papal States in 1870, the Holy See without territorial sovereignty continued to function as an independent, international actor. The Holy See did not disappear as a subject of international law, nor did it lose its international personality due to the loss of Papal States. It continued to exercise the active and passive right of legation. However, the disappearance of the Papal States marked a change in the role of the Holy See in the international order from belonging to political alliances and engaging in military activities to taking a strictly humanitarian and moral approach to international relations”*<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Cf. *supra* pp. 9-13.

<sup>85</sup> Cf. MCEACHERN, Jaclyn, *Diplomatic Activity In Service Of Papal Teaching*, p. 104, disponível in [http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern\\_cua\\_0043A\\_10142display.pdf?sequence=1](http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern_cua_0043A_10142display.pdf?sequence=1), acedido a 07-03-2013.

A comunidade internacional reconhecia assim a Santa Sé como um actor dentro do quadro internacional distinto de Itália. Jaclyn McEachern também afirma que durante este período a Santa Sé foi mediadora em certos conflitos, como o conflito entre a Alemanha e Espanha, em 1885, ou o conflito entre o Haiti e Santo Domingo em 1895; e acrescenta:

*“Three years later, Russia solicited the Holy See's support for the Hague Peace Conference. The Holy See intended to send a representative to both the Hague Conference and a 1915 London Treaty negotiation but Italy blocked both”*<sup>86</sup>.

Após o Tratado de Latrão (1929) a Igreja desempenharia não o papel pujante de outrora, mas o de fiel conciliadora numa sociedade moderna, esquecida com frequência dos valores morais mais caros ao Homem. Depois das mudanças que o mundo viria a sofrer na sequência dos dois maiores conflitos bélicos da história mundial, a sociedade internacional continuou a reconhecer a Santa Sé, como refere Jaclyn McEachern, pois em 1961, aquando da Convenção de Viena, o direito da Santa Sé de enviar os seus representantes foi mais uma vez reconhecido e reajustado aos tempos modernos<sup>87</sup>.

A Santa Sé desempenha no cenário internacional um papel de ordem, velando pela harmonia entre poderes e conseguindo ao mesmo tempo desempenhar uma posição primordial que lhe oferece visibilidade credível e repercussão da sua mensagem na sociedade internacional. Hoje mais do que nunca parece ter uma posição de *soft power*, que lhe traz bastantes vantagens ao nível do poder e influência no mundo. No entanto, não existe uma unanimidade sobre a Santa Sé ocupar uma posição de *soft power* no cenário internacional, tal como defende Bruno Cardoso Reis, afirmando que este conceito de Joseph Nye vê no Vaticano um exemplo pragmático da relevância deste conceito:

---

<sup>86</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 105.

<sup>87</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 107.

“(…) sem dúvida que o papa exerce um poder de atracção – afinal a adesão ao catolicismo é voluntária. Parece-nos, no entanto, que o poder da Santa Sé não pode ser reduzido a este aspecto. Seria um erro ignorar que o papa exerce uma autoridade normativa – ética e religiosa – muito importante. Mas seria igualmente um erro esquecer que detém um poder institucional bem duro. A permanência na Igreja pode ser actualmente voluntária, mas a organização hierárquica do catolicismo, centrada no papa, não o é. O carácter peculiar desta combinação entre Igreja e Estado, jogando em dois tabuleiros ao mesmo tempo – com o prestígio e poder normativo de um líder religioso e com a imunidade e a capacidade de acção independente de um líder estatal – pode ser traduzida em termos do Vaticano como um Estado de poder suave, e do catolicismo como uma igreja de poder duro”<sup>88</sup>.

Sendo a única religião com personalidade jurídica reconhecida internacionalmente, cabe-lhe não só velar pela manutenção e expansão da fé, mas ao mesmo tempo apelar ao bom senso dos Estados que tendem a mergulhar em egoísmos cerrados, muitas vezes esquecendo o lado humano.

A Igreja Católica é autónoma e independente na sua função, e por isso é possível que parte do mundo não compreenda por que razão a Santa Sé mantém relações com outros Estados e encare com estranheza esta prática, quase não a considerando justificável no mundo actual. Convém então fazer um breve apontamento sobre a importância da manutenção de relações entre a Santa Sé e os Estados. Fazendo a Santa Sé parte da comunidade internacional, tem por dever observar as normas de Direito Internacional e cooperar com os Estados em objectivos comuns. Dito de outro modo: sendo um sujeito de Direito internacional, a Santa Sé tem direitos e deveres internacionais. Assim, as relações que mantém com os Estados baseiam-se na natureza de cooperação do sistema internacional e a Santa Sé legitima este conceito, por exemplo, através de uma prática instituída desde há séculos pelo poder do papado: a celebração de concordatas com os Estados.

É importante questionar até que ponto podemos falar de uma intromissão do plano espiritual no plano civil. De acordo com a ancestral referência à

---

<sup>88</sup> Cf. REIS, Bruno, «A política externa do Vaticano de Bento XVI», disponível in [http://janusonline.pt/2007/2007\\_4\\_3\\_9.html](http://janusonline.pt/2007/2007_4_3_9.html), acedido a 08-03-2013.



diferenciação entre aquilo que é de César e aquilo que é de Deus<sup>89</sup>, depreendemos muito cedo que existe uma separação entre os domínios civis e os domínios religiosos. Não podemos deixar de referir, todavia, que durante muito tempo não existiu uma divisão concreta entre as questões divinas e as questões políticas, chegando muitas vezes a existir uma mescla entre ambas, assumindo o sumo pontífice muitas vezes posições mais políticas do que espirituais.

Com o desabrochar da sociedade moderna, a separação entre estas duas matérias tornou-se definitiva e essencial para uma igreja mais autêntica. Como defende Carlos Corral Salvador, “(...) *la Iglesia es – debe serlo – signo y a la vez salvaguardia del carácter transcendente de la persona humana*”<sup>90</sup>. Cabe por isso à Igreja tomar uma atitude distanciada dos Estados, mas ao mesmo tempo próxima deles. Nos primórdios a religião funcionava como elo unificador de uma população, tomando um carácter universalista. Hoje a realidade é distinta. A Igreja justificou a sua posição perante a sociedade, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, no ponto 76:

“A Igreja que, em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana. No domínio próprio de cada uma, a comunidade e Igreja são independentes e autónomas. Mas, embora por título diversos, ambas servem a vocação pessoal e social dos mesmos homens. E tanto mais eficazmente exercitarão este serviço para bem de todos, quanto melhor cultivarem entre si uma sã cooperação, tendo igualmente em conta as circunstâncias de lugar e tempo. Porque o homem não se limita à ordem temporal somente; vivendo na história humana, fundada sobre o amor do Redentor, ela contribui para que se difundam mais amplamente, nas nações e entre as nações, a justiça e a caridade”<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Cf. BÍBLIA SAGRADA, *Novo Testamento*, Mt 22, 21.

<sup>90</sup> Cf. SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, p. 180.

<sup>91</sup> Cf. Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, disponível in [http://www.vatican.va/arch-ive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/arch-ive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html), acedido a 09-03-2013.

Depreendemos destas palavras que existem princípios fundamentais para as relações entre a comunidade política e comunidade religiosa. Segundo Carlos Corral Salvador, podemos dizer que estes princípios são a recíproca independência (liberdade da Igreja e autonomia da comunidade política), a mútua colaboração e a primazia da pessoa humana<sup>92</sup>.

Sendo a um tempo necessárias a liberdade da Igreja e a liberdade do Estado, é simultaneamente necessário que exista mútua cooperação entre Igreja e Estado. Assim, existe uma competência exclusiva de cada entidade na sua ordem e ao mesmo tempo uma incapacidade de cada qual se imiscuir na esfera da outra. A cooperação surge como noção absoluta de parceria entre estas duas entidades, pois só assim se conseguirá atingir o bem-estar da pessoa humana, princípio fundamental para o Estado e para a Igreja.

Apesar de parecer confusa a relação entre Igreja e Estado, a verdade é que na Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>93</sup> vem expresso que a liberdade religiosa surge como um elemento primordial para a construção da paz no mundo (artigo XVIII). A maior parte dos Estados respeita e vela por esta realidade, tentando evitar quaisquer obstáculos à liberdade religiosa, pois a religião foi por diversas vezes origem ou justificação de conflitos de grande envergadura que muito sofrimento trouxeram ao mundo, como foi o caso da Segunda Guerra Mundial ou, mais recentemente, do conflito da Jugoslávia.

A Santa Sé é, assim, membro reconhecido de pleno direito na comunidade internacional e como tal participa em inúmeros organismos internacionais e tenta sempre que possível alargar os seus laços com outros Estados. Actualmente, a Santa Sé tem relações formais com 179 Estados<sup>94</sup>; para além disso mantém relações com a União Europeia e a Ordem Soberana e Militar de Malta.

---

<sup>92</sup> Cf. SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, p. 292.

<sup>93</sup> Cf. Declaração Universal dos Direitos do Homem, disponível in <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>, acedido a 10-03-13.

<sup>94</sup> Cf. Informação da Secretaria de Estado do Vaticano, disponível in [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/documents/rc\\_seg-st\\_20010123\\_holy-see-relations\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_po.html), acedido a 10-03-2013.

A Santa Sé participa ainda em diferentes Organizações, Organismos Intergovernamentais e Programas Internacionais tais como a ONU (na qual usufrui da posição de observador), a FAO, a OMS entre outras.

A posição da Santa Sé para com a ONU nem sempre foi muito pacífica. Como afirma Giovanni Cheli:

*“Au début, le Saint-Siège a pu nourrir quelques réserves sur la création des Nations unies, surtout à cause de l’expérience négative de la Société des Nations, et aussi pour ne pas se laisser entraîner dans un jeu purement politique”*<sup>95</sup>.

Podemos perceber que, no seio da comunidade internacional, a Santa Sé não tem que ser conivente com toda a estrutura e idealização daquela organização. Contudo, apesar de no início ser reticente a sua posição em relação à ONU, actualmente a Santa Sé mantém o maior respeito e interesse pelo papel que aquela desempenha no mundo e mantém uma relação privilegiada com a mesma. Como defende Elisa di Ciccio, a ligação da Santa Sé com organizações internacionais é recente:

*“Jusqu’au XIXe siècle, le Saint-Siège ne participe pas réellement aux conventions et aux instruments internationaux. Il faut attendre la signature des accords de Latran et la fin de la Seconde Guerre Mondiale pour que les choses changent radicalement. La participation du Saint-Siège aux activités de la communauté internationale s’est ainsi beaucoup développée sous le pontificat de Paul VI, mais encore plus sous celui de Jean-Paul II”*<sup>96</sup>.

A Santa Sé participou, e continua a participar, em algumas conferências internacionais. Devemos destacar a sua presença, em 1994, na Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento. Nesta conferência a Santa Sé teve uma posição decisiva contra o aborto como forma de planeamento familiar, conseguindo com sucesso que tal não fosse estabelecido. No entanto, uma posição tão incisiva como esta nunca é livre de críticas de vários sectores da

---

<sup>95</sup> Cf. Monsenhor Giovanni CHELI, «La place et le rôle du Saint-Siège dans les institutions internationales», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (J.-B. d’ONORIO, Dir.), p. 96.

<sup>96</sup> Cf. CICCIO, Elisa, *Le Vatican sous Jean-Paul II: quelle puissance?*, p. 97, disponível in [http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO\\_Elisa\\_2007.pdf](http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO_Elisa_2007.pdf), acedido a 13-03-2013.

sociedade. Perante problemas como este a Santa Sé percebe que as suas posições são ouvidas com atenção por todo e mundo e, ao defender o Homem na sua diversidade e independência, sabe que será sempre complicado reunir os consensos da maioria, sobretudo quando se discutem questões tão complexas.

Noutra perspectiva, Ana Cláudia Portilho, defende que a Santa Sé tem, perante a comunidade internacional,

“O poder de firmar tratados internacionais, as chamadas concordatas, de enviar representantes diplomáticos, Núncios Apostólicos, tanto frente a Estados como a organizações intergovernamentais, além de poder estar presente nos procedimentos de soluções pacíficas de litígios, e de fazer parte dos procedimentos dentro dos tribunais internacionais, tanto activamente como passivamente”<sup>97</sup>,

Assim, na perspectiva desta autora, a Santa Sé desempenha funções muito semelhantes às dos outros Estados que integram a sociedade internacional.

Neste ponto cabe reflectirmos sobre os acordos que são estabelecidos entre a Santa Sé e os Estados e que constituem uma arma fundamental para fomentar as relações externas da Igreja. Apesar de hoje falarmos de concordatas quando nos referimos a acordos estabelecidos entre a Igreja e o Estado, existiram várias definições para denominar tais acordos. Ao longo dos tempos falou-se em pactos, em promessas, em convenções (como aquela que foi feita com o cantão Ticino em 1884), em composições, acordos, em paz e em tratados<sup>98</sup>.

Relativamente ao cantão Ticino podemos referir como breve nota, que a convenção que foi estipulada em 1884 veio colocar um fim à quebra de relações entre a Santa Sé e a Suíça, sendo no entanto uma convenção provisória. Esta convenção assentava na regulação do cantão Ticino ao nível eclesiástico, pois no plano eclesiástico as paróquias deste cantão pertenciam às dioceses de Como e de Milão. A Santa Sé pretendeu a separação destas

---

<sup>97</sup> Cf. PORTILHO, Ana, «*O actor Santa Sé na política internacional moderna*», p. 50, disponível in <http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/view/73/52>, acedido a 13-03-13.

<sup>98</sup> Cf. CONCI, Francesco, *La Chiesa e i vari stati*, p. 7.

paróquias e submete-las a um administrador apostólico. Assim, esta primeira convenção foi importante para a convenção final que viria a ser assinada a 16 de Março de 1888, conferindo assim ao cantão Ticino o estatuto particular de região sob administração apostólica.

Actualmente estes acordos são comumente conhecidos por concordatas. Contudo, existem ainda outros termos que são aplicados aos acordos da Santa Sé. Assim, podemos também falar em convenções, acordos, tratados, *modus vivendi* e protocolos. Estes referem-se a acordos da Santa Sé com menor solenidade que as concordatas. Pode-se ainda falar em acordos por troca de notas, ou simplesmente troca de notas, sendo que estes se encontram em nível inferior às anteriores disposições. De acordo com Jaclyn McEachern, esta diferente nomenclatura está apenas relacionada com a adaptação da terminologia tradicional de forma a reter a ideia que os signatários pretendem passar, explicando a autora que,

*“(...) while a «convention» drafted in English almost exclusively refers to a multilateral agreement, a «convention» drafted in French often refers to a bilateral agreement. Since the French language served as the diplomatic language for centuries, it has an extremely technical diplomatic vocabulary. Thus, the term «agreement» cannot be used in French for a bilateral instrument, because an «agreement» in French has a technical meaning of defining an instrument requesting the accreditation of a new ambassador. Likewise, drafters cannot use the term «accord» in French, because it is considered too colloquial. Therefore, when diplomats draw up international instruments between two states in French, they are constrained to the use of the term «convention»”<sup>99</sup>.*

Entende-se de forma geral que uma concordata é uma convenção entre um Estado e a Santa Sé relativamente a assuntos espirituais ou a relações entre o mesmo Estado e a Igreja e é o acordo mais importante para a Igreja Católica. Como refere Francesco Conci,

---

<sup>99</sup> Cf. MCEACHERN, Jaclyn, *Diplomatic Activity In Service Of Papal Teaching*, p. 104, disponível in [http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern\\_cua\\_0043A\\_1012display.pdf?sequence=1](http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern_cua_0043A_1012display.pdf?sequence=1), acedido a 14-03-2013.

“La caratteristica del concordato è la bilateralità, anche se non formale, sostanziale dell’atto, anche se appare espresso come concessione di una parte o dell’altra”<sup>100</sup>.

Desta forma as concordatas dizem respeito a ambos os intervenientes, ao nível da sua independência e soberania. Podemos olhar para as concordatas como tratados internacionais (*concordata sunt in genere pactorum internationalium*), apesar de existirem alguns pontos na natureza das concordatas que podem não traduzir totalmente esta ideia. Devemos ainda destacar que, quanto à forma, as concordatas nem sempre seguiram a mesma linha, pois muitas delas chegaram a ter forma de bula pontifícia. A concordata é geralmente o acordo mais formal que a Santa Sé pode estipular com um Estado. Como refere Jairo Pereira, uma concordata,

“Regula, em todos os seus aspectos, a situação jurídica da Igreja Católica num Estado determinado, que representa a outra parte contratante. Para merecer o nome «Concordata», portanto, um acordo precisa contemplar todos os principais itens, que dizem respeito ao estatuto jurídico da Igreja e também a regulamentação de todas as assim chamadas «*rex mixtae*», ou seja, as questões que entram na competência do ordenamento jurídico da Igreja e, ao mesmo tempo, naquele do Estado, como por exemplo, os efeitos civis do matrimónio canónico e a instrução religiosa nas escolas”<sup>101</sup>.

Acima de tudo as concordatas permitem a regulação da situação da Igreja dentro de um Estado, assegurando assim a sua liberdade enquanto instituição.

Após o Concílio Vaticano II surgiram algumas polémicas em torno das concordatas. Acreditava-se que na sociedade contemporânea, onde os valores da liberdade religiosa, democracia e separação do poder religioso e político são imperativos, os acordos com a Igreja seriam supérfluos e inadequados e progressivamente tenderiam a desaparecer. Os tempos vieram provar o contrário, uma vez que novas concordatas se têm vindo a multiplicar e as

---

<sup>100</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>101</sup> Cf. PEREIRA, Jairo, «Acordo entre Brasil e a Santa Sé», p. 3, disponível em [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2012/relatorios\\_pdf/ccs/DIR/JUR-Jairo%20Henrique%20de%20O.S.%20Pereira.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2012/relatorios_pdf/ccs/DIR/JUR-Jairo%20Henrique%20de%20O.S.%20Pereira.pdf), acedido a 16-03-2013.

antigas concordatas reformaram-se para se adaptarem às novas exigências dos tempos. Não existem desígnios especiais em relação aos Estados que podem contrair laços com a Santa Sé, podendo aqueles ser confessionais ou separatistas. Hoje em dia a Santa Sé tem laços com muitos Estados, ocorrendo serem os Estados separatistas aqueles que têm mais relações com ela. Por todo o mundo multiplicam-se as relações com a Santa Sé. Na verdade, partindo dos Estados europeus e passando pelos continentes americano e africano até à impenetrável Ásia, que gradualmente se tem aberto à Santa Sé, o número de Estados com relações com a Santa Sé tem vindo a proliferar.

Foi durante o pontificado de Pio XI que a prática das concordatas ficou consolidada. O texto das concordatas adopta uma sistematização típica, como indica Carlos Corral Salvador,

*“(...) el instrumento internacional del concordato suele constar de un preámbulo (enunciando las partes contratantes, los plenipotenciarios, la finalidad y la materia), del texto articulado (frecuentemente subdiviso en párrafos, que contiene las materias convenidas y las cláusulas de estilo de interpretación, terminación/suspensión y entrada en vigor); de la indicación del lugar, fecha y firma. No raras veces añádanse protocolos (finales o adicionales) o declaraciones, así como anejos”<sup>102</sup>.*

Do mesmo modo, a celebração das concordatas segue uma ordem bem precisa. Num primeiro momento têm lugar as negociações que se realizam através de representantes do sumo pontífice junto das autoridades civis, de forma a estipular a matéria em causa. De seguida procede-se à assinatura da concordata, podendo esta ser assinada pelos plenipotenciários ou pelo Chefe do Governo do país em questão e pelo Secretário de Estado da Santa Sé. Consecutivamente dá-se a ratificação pelo parlamento nacional do Estado signatário. Por fim, procede-se à publicação do texto no diário ou boletim oficial dos Estados. No caso da Santa Sé é publicado na *Acta Apostolicae Sedis*.

---

<sup>102</sup> Cf. SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, p. 366.

Por conseguinte, podemos dizer que nos encontramos no âmbito dos tratados internacionais, pelos quais a Santa Sé se tem movido e que continua a defender enquanto instrumentos fundamentais num mundo cada vez mais prolífero a vínculos entre Estados.

Sob o pontificado do Papa João Paulo II as concordatas aumentaram significativamente, podendo mesmo falar-se num “mundo concordatário”. Para a Igreja, a manutenção e expansão desta rede de relações com os Estados e as organizações permitem levar a moral para a arena das Relações Internacionais e asseguram o contínuo reconhecimento da Santa Sé enquanto pessoa de Direito; permitem-lhe manter não só um lugar de destaque perante a comunidade internacional, mas ao mesmo tempo um papel de mediadora como já foi referido anteriormente.

Se olharmos para a política externa que a Santa Sé tem adoptado ao longo dos tempos, podemos perceber que a mesma se tem adaptado às mutações ocorridas. Depois de uma posição silenciosa do Papa Pio XII durante a Segunda Guerra Mundial, a Santa Sé optou por uma “política de bastidores”, servindo-se fortemente da diplomacia para tentar lançar-se contra a ameaça comunista. Sob o pontificado de João Paulo II a posição da Igreja quanto à questão do Leste passa a ser mais explícita e combativa, mas acima de tudo durante este pontificado ficamos a conhecer uma outra abordagem da política externa da Santa Sé. Massimo Faggioli definiu o pontificado de João Paulo II, tendo em conta a sua política externa, como

*“(…) animato da una forte «spiritualità geografica» e quindi anche da una geopolitica vaticana di apertura mondiale, sebbene fortemente conotata, nelle linee di lettura della situazione globale e delle sue linee di sviluppo, dal retroterra polaco del papa e del suo entourage”*<sup>103</sup>.

Paralelamente à defesa dos direitos do Homem, da protecção da vida e da bioética, entre outras matérias marcantes para a Igreja encontra-se também a

---

<sup>103</sup> Cf. FAGGIOLI, Massimo, «*La politica estera della Santa Sede*», p. 1139, disponível in <http://www.rivisteweb.it/doi/10.1402/23029>, acedido a 18-03-2013.



aproximação a outras religiões. Porém, o esforço que tem feito no sentido do ecumenismo e diálogo inter-religioso parece, no dizer de Massimo Faggioli, querer dirigir-se para uma “(...) *«diplomazia internazionale delle religioni» che abbia in Roma il suo centro propulsore*”<sup>104</sup>.

Torna-se importante para a Igreja repensar a sua estrutura e a forma como se tem exposto ao mundo. A realidade política não é, e nunca terá sido, desconhecida da Igreja mas hoje talvez seja necessário tomar uma opção mais purista no que diz respeito à sua entrega ao mundo. Sob este ponto de vista dir-se-ia que a Igreja deve imiscuir o Evangelho nos seus preceitos diplomáticos e políticos e não seguir uma direcção puramente burocrática.

Os desafios que se apresentam à política externa da Santa Sé e as relações que tem vindo a desenvolver com os Estados encontram sentido nas palavras de Massimo Faggioli:

*“(...) la politica internazionale della Chiesa sembra recedere di fronte agli slogan della politica degli «occidentalisti», rinunciando ad esercitare il próprio «mandato» teológico post-conciliare e a seguire un percorso non succube delle nostalgie della «cultura del nemico»”*<sup>105</sup>.

Em suma: devemos salientar que a importância das relações externas da Santa Sé tem como principal fundamento a relevância e a contínua afirmação desta instituição no mundo. Protegendo a moral e a pessoa humana, ocupa um lugar conciliador na cena internacional, possuindo meios aprimorados na arte de negociação entre Estados.

Para que a sua relação com os Estados seja cada vez mais prolífera é muito importante a forma como a sua diplomacia se desenrola. Ao focarmos as relações que a Santa Sé desenvolve com os Estados e com as organizações mundiais, deu-se a conhecer duas áreas que fazem parte da diplomacia da Santa Sé. No próximo ponto deste capítulo iremos debruçar-nos mais

---

<sup>104</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 1143.

<sup>105</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 1145.

especificamente nesta área, destacando a forma como tal diplomacia trabalha actualmente para dinamizar a Santa Sé na cena internacional.

## **2 – A função da diplomacia pontifícia na cena internacional**

Na relação da Igreja com a sociedade internacional a diplomacia ocupa um papel indispensável. Como foi referido no primeiro capítulo, desde os primórdios da Igreja que a diplomacia sempre ocupou uma posição de relevo, não só no intuito da expansão da Igreja no mundo mas também ao nível político. Assim, na relação da Igreja com o mundo podemos destacar dois tipos de diplomacia: a bilateral e a multilateral.

A diplomacia bilateral ou tradicional diz respeito às relações entre a Igreja e os Estados; a diplomacia multilateral refere-se às relações da Igreja com as organizações internacionais. Estas duas abordagens já foram descritas no ponto anterior, pois inserem-se no tópico das relações externas da Santa Sé. De acordo com os princípios que orientam a diplomacia da Santa Sé, podemos dizer que esta tem dois direitos no que concerne a questões diplomáticas: o direito de legação activa, na medida que pode enviar os seus representantes para junto dos Estados ou organizações internacionais; e o direito de legação passiva, pois tem poder legítimo de receber os representantes diplomáticos dos Estados.

O elemento mais relevante da diplomacia da Santa Sé é a Secretaria de Estado, instituição de origem da diplomacia do Vaticano. A Secretaria é assim :

*“(…) véritable état-major du Souverain Pontife, la Secrétairerie d’État est dirigée par un cardinal nommé directement et discrétionnairement par le Pape qui, le plus souvent, le choisit parmi les diplomates du Saint-Siège; mais cette règle peut souffrir de notables exceptions (...)”<sup>106</sup>.*

A composição da Secretaria de Estado diz muito sobre a estratégia diplomática adoptada pela Santa Sé. Durante o pontificado de João Paulo II era clara a ideia de uma diplomacia virada para leste. Após a ida de Mikhail

---

<sup>106</sup> Cf. D’ONORIO, Joël-Benoît, «Le Saint-Siège et le Droit International», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (ID., Dir.), p. 36-37.

Gorbatchev a Roma, e um mês antes do início da Guerra do Golfo, a Secretaria de Estado foi reestruturada pressagiando uma mudança de estratégia para o Médio Oriente<sup>107</sup>. Há quem refira que, no seio da igreja, muitos olham para a Secretaria de Estado como um órgão imponente e a maioria acha que todos aqueles que integram a mesma se consideram arrogantes e superiores à restante Cúria<sup>108</sup>.

Actualmente, desde a reforma do Papa João Paulo II de 28 de Junho de 1988, de acordo com Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, a Secretaria de Estado é dividida em duas secções. A primeira secção é chamada de “Secção dos Assuntos Gerais” ou “Secção dos assuntos ordinários” e trata dos assuntos ligados ao Sumo Pontífice, como por exemplo:

“(…) qualquer documento ou correspondência proveniente do (ou dirigida ao) Papa, quer venha do interior ou do exterior da Cúria Romana. A primeira secção também actua como um corpo coordenador para a Cúria, como o estado-maior da Casa Branca faz para o executivo dos Estados Unidos”<sup>109</sup>.

A segunda secção denomina-se “Secção das Relações com os Estados” ou “Secção dos assuntos extraordinários” e trata das relações diplomáticas com os Estados, para além de regular as relações da Santa Sé com outros organismos internacionais. Fica ainda responsável pela estipulação de concordatas com os Estados. Podemos dizer que a segunda secção tem relações com todo o mundo e a perícia daqueles que nela trabalham ainda é maior.

Segundo Thomas Reese esta segunda secção é especialmente relevante no âmbito da política internacional, apesar de repartir funções com a primeira secção:

“« Digamos que o Santo Padre quer fazer um apelo a favor da Bósnia», explica um funcionário. «Em 90% dos casos, o apelo seria escrito na segunda secção, em vez de na primeira.» As alocações papais ao Corpo Diplomático também são

---

<sup>107</sup> Cf. CESARI, Constance, *Urbi et Orbi – a geopolítica do Vaticano*, p. 232.

<sup>108</sup> Cf. REESE, Thomas, *No interior do Vaticano*, p. 208.

<sup>109</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

redigidas na segunda secção. Os documentos endereçados às organizações internacionais costumam ser escritos ou numa secção ou na outra. Por outro lado, as credenciais para os novos embaixadores são redigidas na primeira secção”<sup>110</sup>.

Portanto, qualquer matéria escrita por algum dos membros da Igreja que tenha um vislumbre político é tratada sempre pela segunda secção, não podendo contudo dizer-se que a primeira secção trata de questões especificamente relacionadas com questões religiosas e pastorais e que a segunda secção trata de questões de carácter político e diplomático.

Na verdade, é uma situação de tal forma complicada que a primeira secção é que trata das questões relacionadas com os embaixadores e núncios e a segunda secção trata da nomeação dos bispos. Muitas vezes é preciso descortinar com atenção os assuntos que chegam a cada secção e perceber se está relacionada com a outra secção; apesar de existir uma notória cooperação entre as duas secções, muitas vezes torna-se uma tarefa complicada.

A diplomacia da Santa Sé é reiteradamente tida como:

“Secreta, prudente, operando mais frequentemente nos bastidores das Relações Internacionais que no proscénio, a diplomacia vaticana inventou um estilo. A excelência da formação dispensada aos seus membros como a prática de uma tradição rodada no decurso dos séculos forjam a sua reputação. Que esta concorra para fazer dos núncios apostólicos (...) fantasmas desconhecidos do grande público, nem por isso os serviços que eles oferecem à Igreja são menos preciosos”<sup>111</sup>.

Sendo a diplomacia da Santa Sé discreta e movendo muitas ligações políticas, é necessário acrescentar que os seus representantes também são investidos de poder espiritual, apesar de a maior parte das pessoas pensarem que apenas desempenham uma actividade puramente diplomática.

Os diplomatas da Santa Sé são bastante reservados e estritos. Onde quer que estes enviados pontifícios se encontrem a sua principal missão é enviar para Roma toda a informação de carácter político ou religiosa do lugar onde exercem funções. Mantêm-se afastados do mundo, e escolhem cautelosamente

---

<sup>110</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 212.

<sup>111</sup> Cf. CESARI, Constance, *Urbi et Orbi – a geopolítica do vaticano*, p. 231-232.

os eventos da sociedade a frequentar e, acima de tudo, nunca revelam questões sobre a Igreja. Assim,

“(...) recebem, visitam, lêem e escutam muito mais do que comentam ou contam; e isto a fim de compreenderem e relatarem tudo quanto se passa no país em que se encontram”<sup>112</sup>.

A sua função é imprescindível e o seu quotidiano pode resumir-se à transmissão para o Vaticano, mediante

“(...) fax, telex, telefone ou mala diplomática, [de] numerosíssimos dados que são imediatamente examinados, traduzidos e arquivados pelos escribas políglotas da Secretaria de Estado. Até ao dia em que o seu chefe, argumentando que conhecem um pouco de mais o local e que criam um círculo de amizades prejudicial à prossecução da sua missão, decide chamá-los a Roma ou transferi-los”<sup>113</sup>.

Para a maioria daqueles que praticam a diplomacia, a actividade dos representantes da Santa Sé é um elemento superior, na medida que estes estão entregues a esta tarefa de corpo e alma, cumprindo rigorosamente aquilo que lhes foi designado. Muitos colegas, representantes de outros Estados junto da Santa Sé, enaltecem o seu profissionalismo sustentando que grande parte deste se deve à sua condição de celibatários e à sua total entrega à Igreja, a sua única família e suporte. Para além disso, a sua formação académica é excelente e geralmente nem todos aqueles que decidem estudar os preceitos diplomáticos reúnem condições para seguirem a carreira diplomática.

A formação dos diplomatas da Santa Sé é feita na Academia Pontifícia Eclesiástica, vulgarmente apelidada de Escola dos Núncios. De acordo com Jöel-Benoît d’Onorio,

*“L’accès à cette institution ne se fait pas par acte de candidature mais par choix des supérieurs: les futurs élèves ne sont pas postulants mais appelés par la direction de l’Académie, soit que l’évêque dont dépend le jeune clerc signale ses*

---

<sup>112</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 234.

<sup>113</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

*mérites aux autorités de la Secrétairerie d'État ou de l'Académie, soit que celles-ci aient déjà remarqué les qualités de l'intéressé*<sup>114</sup>.

Para entrar nesta Academia, os futuros alunos devem já ter estudos em direito canónico, conhecer duas línguas estrangeiras e não ter mais do que trinta anos. A formação nesta Academia é de três anos, mas tal não significa que após esta formação estejam aptos para representarem a Santa Sé no exterior. Muitos deles são escolhidos para desempenhar funções administrativas no seio da Cúria romana e só depois poderão abraçar uma tarefa mais exigente.

Todos aqueles que pretendem entrar nesta Academia devem ter :

*“Des qualités personnelles d'intelligence et de bons sens, de parfaite orthodoxie doctrinale, de totale fidélité au Siège apostolique et au Souverain Pontife, de grande discrétion, de complète disponibilité pour le service de l'Église et, par-dessus tout, de profond esprit sacerdotal car, pour être un bon diplomate ecclésiastique, il faut d'abord être un bon ecclésiastique”*<sup>115</sup>.

No percurso da formação desta Academia já passaram alguns Papas, como foi o caso, mais recentemente, de Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Surgindo a diplomacia como uma actividade que acima de tudo trabalha para a paz, justifica-se que a Santa Sé tenha também os seus representantes juntos dos Estados. Como já ficou explícito no primeiro capítulo deste estudo, o núncio apostólico é o representante da Santa Sé junto dos Estados e por delegado apostólico entende-se o representante da Santa Sé junto de um Estado com o qual esta ainda não conseguiu estabelecer relações formais.

De acordo com Carlos Corral Salvador existe um Direito interno e um Direito Internacional que regula a actividade diplomática da Santa Sé. Assim,

*“La normativa eclesial está constituida por la Constitución Apostólica Pastor Bonus, el Códex (cn. 362-367), el Motu proprio Sollicitudo omnium ecclesiarum*

---

<sup>114</sup> Cf. D'ONORIO Joël-Benoît, «Le Saint-Siège et le Droit International», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (ID., Dir.), p. 39.

<sup>115</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

(24-6-1969) y por la Constitución Apostólica Regimini Ecclesiae Universae (15-8-1967)”<sup>116</sup>.

No que diz respeito às normas de conteúdo internacional podemos fazer menção às seguintes convenções:

“(…) *Convención de Viena sobre relaciones diplomáticas* (18-4-1961), *la Convención de Viena sobre relaciones consulares* (24-4-1963), *la Convención sobre misiones especiales* (16-12-1969) y *la Convención Internacional sobre la representación de los Estados en sus relaciones con las organizaciones de carácter universal* (14-3-1975)”<sup>117</sup>.

No cenário internacional a diplomacia da Santa Sé tem uma função bem característica. Como frisámos anteriormente, a sua tarefa prende-se não só com a dignidade da pessoa humana mas também com o interesse da Igreja na sociedade contemporânea. De acordo com Anna Carletti,

“O Cardeal Tauran em uma conferência sobre a presença da Santa Sé nas Organizações Internacionais evidenciou justamente o papel da Santa Sé como promotora de um clima de maior confiança entre os parceiros internacionais e defendendo a afirmação de uma nova doutrina às Relações Internacionais focada numa gradual diminuição das despesas militares; no desarmamento efectivo; no respeito das culturas e das tradições religiosas; na solidariedade com os países pobres, ajudando-os a serem eles mesmos os artífices do próprio desenvolvimento. Suas intervenções perante a Assembleia Geral, lembra ainda o Cardeal Tauran, são guiadas por princípios de política externa que consideram todas as nações como iguais, sem diferença entre grandes e pequenas”<sup>118</sup>.

O Cardeal Jean-Louis Tauran afirmou ainda que a função da diplomacia pontifícia é ser, de certo modo, a voz que a consciência humana atende, sustentando a seguinte afirmação:

*“Questo servizio della coscienza è anche l’unica ambizione della diplomazia pontificia: convincere chi detiene la responsabilità delle società che la violenza, la paura, la repressione, il male, la differenza, la morte non possono avere l’ultima*

<sup>116</sup> Cf. SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, p. 335.

<sup>117</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>118</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo vaticano*, p. 65, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 20-03-2013.



*parola. Chi ha una certa familiarità con il cristianesimo non ne sarà sorpreso: il cristiano, infatti, non crede alla fatalità della storia, ma egli sa che, con l'aiuto di Dio, l'uomo può cambiare il corso degli eventi del mondo*”<sup>119</sup>.

Deve-se ter também em conta que para a Santa Sé vivemos numa sociedade unida e fraterna e a diplomacia vaticana deve a todo o custo evitar o conflito e tentar fomentar a negociação entre as partes.

Tal ideia não está muito longe de uma prática que parece resumir a diplomacia da Santa Sé: a mediação. Seguindo a premissa do *ius mediante*, a Santa Sé já interveio em cerca de 14 momentos de conflitos entre Estados<sup>120</sup>.

O primeiro conflito em que a Santa Sé interveio foi na guerra franco-prussiana de 1870. Depois em 1885 no confronto sobre as Ilhas Carolinas que opôs a Alemanha e Espanha e, seguidamente a Santa Sé também interveio na questão das fronteiras do Congo que opôs Inglaterra e Portugal em 1890. Em 1893 também teve um papel de mediação importante entre o Equador e o Peru numa discussão relacionada com fronteiras. Em 1894 a Inglaterra e Venezuela propuseram a mediação da Santa Sé sobre as fronteiras da Guiana; no ano seguinte foi a vez da arbitragem entre o Haiti e a República Dominicana; em 1896 a Santa Sé interveio sobre os prisioneiros italianos de guerra na Etiópia; em 1898 foi a vez de apaziguar uma guerra entre os Estados Unidos e a Espanha sobre a questão de Cuba; interveio ainda na disputa argentino-chilena em relação a fronteiras entre 1900 e 1903; em 1905 foi a vez de acalmar as disputas internas entre Colômbia e Peru; no ano seguinte arbitrou o conflito entre a Colômbia e Equador; também se envolveu na arbitragem que envolvia a questão dos depósitos de ouro entre o Brasil e Bolívia e consequentemente entre Brasil e Peru, entre 1909 e 1910.

---

<sup>119</sup> Cf. TAURAN, Jean-Louis, «Ética e ordine mondiale: l'apporto specifico della Santa Sede», p. 372, *Rivista di studi politici internazionali*, 2003, vol. 70, fascicolo 3, disponível em <http://ojs.uniroma1.it/index.php/rspi/article/download/263/263>, acedido a 21-03-2013.

<sup>120</sup> CARLETTI, Anna, *O internacionalismo vaticano*, p. 65, disponível em [http://www.fun-ag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.fun-ag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 21-03-2013.

Em 1914 foi mais uma vez oferecida arbitragem da Santa Sé à Argentina, Brasil e Chile<sup>121</sup>. Posteriormente teve um papel importante na mediação e no conflito que opôs o Chile e Argentina sobre a questão do canal de Beagle entre 1978 e 1984, questão essa que teve bastante relevância no cenário internacional.

Na altura deste acontecimento, o Papa João Paulo II tentou perceber o alcance desta tensão entre dois países católicos sobre o canal de Beagle que fazia fronteira com ambos os países. Tendo em conta esta tensão, os dois países pensaram ser necessário pedir a mediação de um terceiro país, e a Argentina acabaria por sugerir a Santa Sé. João Paulo II decidiu enviar o cardeal António Samoré a Santiago e a Buenos Aires para avaliar a situação. Como refere Bernard Lecomte:

“Ajudado pelos dois núncios locais, Ângelo Sodano (no Chile) e Pio Laghi (na Argentina), Samoré conduz bem a sua missão. No dia 9 de Janeiro, os dois países solicitam oficialmente a arbitragem da Santa Sé. Esta missão da última oportunidade terminará com um tratado de paz no dia 29 de Novembro de 1983 e com a ratificação solene do tratado pelos dois Estados no dia 2 de Maio de 1985, na Sala real do Palácio Apostólico e na presença do Papa”<sup>122</sup>.

Tendo em conta todas as iniciativas da Santa Sé, a construção de uma comunidade internacional pacífica continua a ser um objectivo a conseguir pela diplomacia pontifícia.

Alguns conhecedores desta diplomacia revelam a sua importância e afirmam que grande parte do seu mérito reside mesmo na sua forma de agir perante a comunidade. O ex-embaixador inglês junto da Santa Sé, Francis Campbell, explica que

*“(…) l’agire della Santa Sede – definita la «più antica organizzazione del mondo» e una delle più «complesse in relazione alla governance (cioè alla presa*

---

<sup>121</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo vaticano*, p. 65-66, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 21-03-2013.

<sup>122</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, p. 400.

delle decisioni)» – risenta assai poco della sua struttura centralizzata e sia invece, in diversi campi, «un modello molto pratico di sussidiarietà»<sup>123</sup>.

Para além disso a sua acção sempre se focou nas disparidades do mundo contemporâneo, como defendem Franco Imoda e Roberto Papini:

*“La sua azione sul piano internazionale è sempre stata diretta al superamento del divario tra Nord e Sud del mondo, e alla messa a punto di politiche atte ad aiutare i Paesi poveri a uscire dalla loro condizione, il cui prezzo non è pagato solo da questi in termini di fame, malattie e guerre, ma anche dai Paesi più sviluppati in termini di immigrazioni massicce e caotiche, costi crescenti per interventi umanitari (...)”*<sup>124</sup>.

De forma geral poderíamos dizer que a diplomacia da Santa Sé assenta na defesa de valores muito importantes para a humanidade. Como sustentam Franco Imoda e Roberto Papini, em jeito de síntese sobre a importância da Santa Sé na cena internacional:

*“La forza degli interventi degli agenti diplomatici vaticani non deriva solo dal prestigio morale della Santa Sede ma, oltre che dall’insegnamento pontificio (e in genere dalla dottrina sociale della Chiesa), anche dalla testimonianza concreta dell’immensa opera che la Chiesa svolge nel mondo a servizio della salute, dell’educazione (...); in una parola dall’aiuto allo sviluppo sociale nel senso più ampio, attraverso l’impegno di molteplici congregazioni religiose e associazioni laicali”*<sup>125</sup>.

Todavia, poderemos ver a diplomacia da Santa Sé apenas através deste prisma ético? É sabido que muitas vezes operou como mediadora em conflitos internacionais, mas o mais difícil será compreender até que ponto não poderemos falar de uma diplomacia paralela da Santa Sé como auxiliadora da estratégia de outros Estados.

---

<sup>123</sup> Cf. IMODA, Franco, PAPINI, Roberto, «La sfida diplomatica della Santa Sede», p. 782, citando testemunho do ex-embaixador da Grã-Bretanha junto da Santa Sé, disponível in [http://www.aggiornamentisociali.it/easyne2/LYT.aspx?Code=AGSO&IDLYT=769&ST=SQL&SQL=ID\\_Documento=4794](http://www.aggiornamentisociali.it/easyne2/LYT.aspx?Code=AGSO&IDLYT=769&ST=SQL&SQL=ID_Documento=4794), acedido a 21-03-2013.

<sup>124</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 784.

<sup>125</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

O recente escândalo *Vatileaks*, de que pouco se sabe, mostrou que as especulações que se levantaram muitas vezes contra a Santa Sé podem ter algum sentido. Poderá questionar-se se, por detrás dos famosos documentos roubados, estamos perante mais um dos segredos do Vaticano. O certo é que nos próprios corredores do Vaticano existem jogos de interesses. Podemos apenas reter as palavras de Joël-Benoît d’Onorio relativamente à pseudo actividade política dos enviados do Papa:

*“Les nonces ne s’occupent pas non plus de politique politicienne et leur discrétion en la matière est de règle. Quand des débats nationaux mettent en cause des intérêts de l’Église, ils ne manquent pas de faire connaître aux gouvernements le sentiment du Saint-Siège, mais par voie diplomatique selon les usages internationaux”*<sup>126</sup>.

Apesar de tudo, a diplomacia da Santa Sé, no circuito internacional, continua a ter um fundamento espiritual. Lembrando as palavras do Cardeal Jean-Louis Tauran:

*“La Santa Sede è certamente un soggetto sovrano di Diritto internazionale, ma di natura prettamente religiosa. È, sì, una potenza, ma una potenza morale. La sua «strategia», pertanto, se vogliamo ricorrere a questa espressione, consiste, anzitutto, nel sollecitare e nel dare voce alla coscienza delle persone e dei popoli. Per questa ragione – e non per mire di potere – essa intrattiene un dialogo franco e cordiale con i governanti. Rivolgendosi alle coscienze, essa promuove quei principi, senza i quali non si può parlare di una «comunità di Nazioni»*”<sup>127</sup>.

Podemos assim depreender desta afirmação que a Santa Sé definiu imperativamente a sua posição no cenário internacional como uma potência moral.

Contudo, se a diplomacia da Santa Sé, do ponto de vista desta instituição, desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e moral, existem posições quer contra quer a favor da diplomacia pontifícia ter acção e relevância na comunidade internacional. Se olharmos

---

<sup>126</sup> Cf. D’ONORIO Joël-Benoît, «Le Saint-Siège et le Droit International», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (ID., Dir.), pp. 54-55.

<sup>127</sup> Cf. SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale*, p. 371, citando Jean-Louis Tauran.

para a acção diplomática podemos aperceber-nos que, de certa forma, esta incapacita o poder legítimo das igrejas locais e das conferências episcopais. Noutra perspectiva podemos afirmar que as posições políticas defendidas pelo Vaticano, e que procuram chegar às comunidades, são muitas vezes posições de tal forma vagas que é necessária a explicação das conferências episcopais para elucidar e aplicar efectivamente as disposições de Roma<sup>128</sup>. Desta forma, a acção da diplomacia pontifícia parece funcionar como desestabilizadora no seio Igreja. Porém, como menciona Jaclyn McEachern:

*“Supporters of the diplomacy of the Holy See, however, reply that in states where Catholics constitute a small minority of the populace and democratic institutions are weak or absent altogether, the local church and episcopal conference often cannot make any substantive gains because of their weak position in dealing with their governments. In these situations, local churches and episcopal conferences often have little recourse to law or outside protection and must be extremely careful in word and action. This limitation is not uncommon historically or currently. For example, the Church in the former Soviet bloc faced this type of limitation as does the Church in Islamic majority states today”*<sup>129</sup>.

A verdade é que a diplomacia papal pode ser útil em muitos aspectos, não só ajudando as Igrejas dos países para onde são enviados os representantes pontifícios, mas também contribuindo para sublinhar nesses países a relevância internacional da Santa Sé e chamando a atenção para as posições da Igreja.

A competência e informação da diplomacia pontifícia tornam-na ao mesmo tempo bastante útil na arte de negociação junto dos Estados, assim como reforçam a posição da Santa Sé junto dos governos. Seja como for, a singularidade desta diplomacia em muito tem auxiliado a Igreja nos seus objectivos, tentando sempre que possível fazer valer as necessidades da Igreja junto dos Estados e das Organizações.

---

<sup>128</sup> Cf. MCEACHERN, Jaclyn, *Diplomatic Activity In Service Of Papal Teaching*, p. 180, disponível in [http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern\\_cua\\_0043A\\_10142display.pdf?sequence=1](http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern_cua_0043A_10142display.pdf?sequence=1), acedido a 23-03-2013.

<sup>129</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 180.

Em síntese: o grande fundamento da diplomacia pontifícia reside na salvaguarda da Igreja no mundo, no seu papel de mediadora em caso de conflito entre nações, na defesa da pessoa humana e de todas as vicissitudes associadas à mesma, na transmissão da posição da Igreja acerca de questões controversas da sociedade, como é o caso do aborto, da bioética, da contracepção e das uniões de facto, entre outras questões complexas do nosso tempo.

Nesta óptica, a Santa Sé desenvolve a sua diplomacia através de um *ius legationes* (com o envio de legados), de um *ius tractandi* (na medida que regula as suas relações com Estados através de tratados) e, por fim, de um *ius mediante* (no sentido de intercessora em caso de conflito). Pode dizer-se que a Santa Sé não assume propriamente a relevância política da sua diplomacia, continuando a afirmar-se como um arauto da paz e justiça num mundo cada vez mais distante destes princípios.

### **3 – A geopolítica do Vaticano**

Neste último ponto do segundo capítulo iremos abordar a questão da geopolítica do Vaticano, descortinando o poder da sua mensagem e da sua imagem no mundo.

Apesar de hoje parecer imponente a presença da Igreja Católica no cenário internacional, a verdade é que ela esteve sempre presente na vida internacional a partir do momento em que podemos falar de uma sociedade internacional. No entanto, antes de prosseguirmos com a nossa exposição torna-se relevante explicar o significado de geopolítica para ficarmos mais familiarizados com a temática que iremos abordar.

Como refere João de Medeiros Constância, segundo a perspectiva estática de Arthur Dix, a geopolítica é “a ciência que estuda (...) a situação e esfera de influência dos Estados”, mas numa perspectiva dinâmica, capaz de interpretar diversos fenómenos, “os seus cultores recorrem frequentemente às principais ciências afins: a antropologia cultural, a geografia humana, a história diplomática e o direito internacional”<sup>130</sup>.

Deste modo, podemos dizer que a geopolítica traduz a forma como um determinado Estado tem influência no plano geográfico, não só possibilitando a análise da movimentação e estratégia dos Estados no cenário internacional mas permitindo também perceber o mundo ao nível das Relações Internacionais. A Santa Sé, tal como qualquer outro Estado de direito, tem a sua própria geopolítica, e neste ponto a sua diplomacia tem sido importante para a conquista de certas metas. Apesar de sempre ter tido um papel preponderante no cenário internacional, hoje mais do que nunca a Igreja tem novos desafios que se tornam vitais para a sua imagem e posição no mundo.

Actualmente a Igreja depara-se com problemas internos e externos. Como refere Carlos Rojas Huerta,

---

<sup>130</sup> Cf. MEDEIROS CONSTÂNCIA, J., «Geopolítica», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Tomo 9, pp. 406-407.

*“La Iglesia Católica del siglo XXI parece enfrentar desafíos indiscutibles respecto a la imagen que proyecta en la actualidad a sus fieles. Pederastia, Vatileaks, casos como los del Banco Ambrosiano, Caso Estermann y la Guardia Suiza parecen vislumbrar un panorama frágil, donde la pérdida de creyentes y la debilidad del discurso católico distante de los fieles son realidades muy difíciles de solucionar a corto plazo”*<sup>131</sup>.

Tais problemas colocam a necessidade urgente de a Igreja se posicionar de forma diferente no mundo. Não é nova a existência de questões complexas no Vaticano, mas nunca antes a mediatização da informação tornou tão evidentes os problemas que existem no seio da Igreja, ou pelo menos parte dos problemas que existem na Igreja actual. No entanto, o secretismo que sempre foi tão característico da Santa Sé leva-nos a pensar que aquilo que sabemos será sempre um fragmento da realidade.

A Santa Sé circula nos domínios da geopolítica de forma bastante discreta. Apesar de defender a sua neutralidade, facto consagrado no Tratado de Latrão, o Vaticano tem vindo a optar pela subtilidade quando enfrenta questões do domínio internacional. Como defende Joël-Benoît d’Onorio:

*“Son pouvoir d’influence est certain en raison de sa situation de neutralité dégagée des contingences et des compétitions interétatiques comme de tout intérêt matériel. Il n’a pas de force armée mais il constitue une force de persuasion, notamment dans le domaine du droit humanitaire pour la défense de la paix (...)”*<sup>132</sup>.

Se hoje o pendor humanitário parece ser o grande delineador da presença da Santa Sé no seio das Relações Internacionais, a verdade é, que no passado, o posicionamento da Igreja no quadro internacional nem sempre seguiu esta linha. O seu posicionamento a favor da guerra contra os infiéis e noutros conflitos belicistas entre Estados não fazem transparecer um sentimento de integridade cristã. Porque a natureza da Santa Sé deambula entre o terrestre e

---

<sup>131</sup> Cf. HUERTA, Carlos, «La geopolítica del vaticano», disponível in <http://www.eldinamo.cl/blog/la-geopolitica-del-vaticano/>, acedido a 25-03-2013.

<sup>132</sup> Cf. D’ONORIO, Joël-Benoît, «Le Saint-Siège et le Droit International», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (ID., Dir.), p. 58.



o celeste, no passado era mais fácil fazer valer as questões terrestres para no fim se poderem afirmar as espirituais.

De acordo com Sandro Magister a geopolítica do vaticano já oscilou entre o realismo, o isolacionismo, o internacionalismo e o neoconservadorismo<sup>133</sup>, e se tivermos em conta o lugar que hoje ocupa internacionalmente poderíamos falar numa posição próxima do wilsonianismo.

Ao nível da comunidade internacional a informação é indispensável para o conhecimento da realidade mundial, sobretudo no plano político. E neste domínio deve-se acrescentar que a Santa Sé tem uma rede de informação especialmente vasta e afinada. Na verdade, como esclarece Jean-Yves Rouxel :

*“La vie internationale étant ainsi observée sur une vaste échelle et de façon particulièrement affinée, en raison de la structure même des organisations catholiques disposant toutes de nombreuses et différentes implantations sur les cinq continents, le Saint-Siège dispose d’un «capital d’informations» quasi illimité et sans équivalent dans le monde. De ce fait, le Saint-Siège possède une situation privilégiée qui le met à même de presque tout connaître de ce qui se passe dans le monde et de répercuter ensuite une grande partie de ces informations par le biais de ses organes de communication sociale (...)”*<sup>134</sup>.

Este tipo de informação de que dispõe a Santa Sé surge como atractivo para os Estados que desejam abrir uma embaixada junto da Santa Sé, pois o nível de informação em apreço é de tal forma valioso que muitos Estados vêem aqui uma boa fonte a ter especialmente em conta.

Nesta óptica pode, pois, dizer-se:

*“C’est parce que les Etats savent que le Vatican constitue un centre de réflexion sur de nombreux problèmes concernant le monde contemporain avec des incidentes politiques importantes, qu’ils attachent autant d’importance à leur présence, ce qui leur permet ainsi de débattre de multiples problèmes à résonance internationale, comme le service de la paix internationale, la reconnaissance et la protection des*

---

<sup>133</sup> Cf. MAGISTER, Sandro, «Pace e guerra – La geopolitica del Vaticano», disponível in <http://www.italyday.net/spiritusmundi/vatican/1094-pace-e-guerra-la-geopolitica-del-vaticano>, acedido a 26-03-2013.

<sup>134</sup> Cf. ROUXEL, Jean-Yves, *Le Saint-Siège sur la scène internationale*, pp. 70-71.

*droits humains fondamentaux, le sous-développement, la faim dans le monde, les relations entre pays développés et sous-développés dans le domaine économique, ainsi que les questions de désarmement et d'équilibre nucléaire*”<sup>135</sup>.

Fica assente na sua estrutura e origens a necessidade da Igreja ter uma relação próxima com o mundo. Foi o que aconteceu durante séculos, quando a Santa Sé ainda nutria a esperança de que o mundo fosse uma *res publica christiana*, com a Santa Sé como veladora universal.

Com a alteração da ordem internacional e, sobretudo, após o Tratado de Vestefália, a Santa Sé passou a assumir um papel de bastidores e não usufruindo da posição de primazia de outrora. Após o Tratado de Latrão, a Santa Sé voltaria à cena internacional, posicionando-se sobre a Segunda Guerra Mundial de forma peculiar e seguidamente entrando num dos mais movimentados períodos políticos para a Santa Sé: o período Guerra Fria.

Foi sobretudo durante o pontificado de João Paulo II que a geopolítica do Vaticano se mostrou bem combativa e virada para Leste. Vários foram os encontros significativos entre o Sumo pontífice e os chefes de Estado no período final da Guerra Fria (década de 80). Segundo Elisa di Ciccio podemos dizer que a Santa Sé desenvolve um *soft power* na comunidade internacional:

*“Joseph S. Nye, on l’a vu, considère la politique étrangère d’un pays comme source de soft power, car elle peut être amenée à influencer le comportement d’autres pays, et donc de servir les intérêts de l’Etat en question, par le recours à la persuasion. Cette influence subtile se retrouve dans la diplomatie vaticane. Elle présente ainsi le Saint-Siège comme médiateur et arbitre des conflits et crises mondiales. A travers plusieurs exemples, il est possible de dégager une certaine puissance diplomatique pontificale, qui se manifeste par des médiations réussies, évitant alors le recours à la guerre. Néanmoins, cette puissance de médiation est à nuancée fortement”*<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 72.

<sup>136</sup> Cf. CICCIO, Elisa, *Le Vatican sous Jean-Paul II: quelle puissance?*, p. 103, disponível in [http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO\\_Elisa\\_2007.pdf](http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO_Elisa_2007.pdf), acedido a 28-03-2013.

Revela-se importante perceber até que ponto a mediação da Santa Sé em conflitos internacionais terá mais resistência que o poder e os interesses de certos Estados hegemónicos.

A internacionalização da Cúria romana evidencia a viragem da Igreja para uma acção num mundo globalizado. Aos olhos da comunidade internacional da época, o Papa João Paulo II “*apparaît comme une pièce maîtresse de l’échiquier mondial contemporain, un «acteur fondamental de la scène internationale», reconnu comme le plus populaire des dirigeants du monde*”<sup>137</sup>. Toda a mediatização que a Santa Sé sofreu durante o pontificado de João Paulo II não tem precedente na história da Igreja.

As suas viagens pontifícias não só seguiram o pressuposto evangelizador que se pretendia, mas ao mesmo tempo tiveram um efeito político. João Paulo II contribuiu assim para a globalização da actividade apostólica. Bernard Lecomte defende que podemos dizer que João Paulo II teve dois tipos de intervenção ao nível internacional, contribuindo para uma georreligião e uma geopolítica do Vaticano:

“É ainda necessário distinguir dois tipos de intervenções papais fora do Vaticano: as que se inscrevem no quadro da conduta dos assuntos da Igreja e as que atingem a política internacional. Poder-se-iam qualificar as primeiras de «georreligiosas», sendo as outras de ordem «geopolítica»”<sup>138</sup>.

Este peso religioso e político das suas viagens irá revestir a Santa Sé de outra importância no cenário internacional, pois qualquer posição sua em relação ao um regime político era atentamente escutada pelo mundo inteiro.

Muitas vezes essas viagens chocavam com regimes fechados e a Igreja procurou causar um efeito incisivo perante essas realidades:

“(…) *le Saint-Siège ne se laisse rebuter ni arrêter par la politique des blocs: L’Est et l’Ouest, le Nord et le Sud sont d’abord pour lui des points cardinaux et non pas des lignes de forces politiques antagonistes. Il n’est évidemment pas dupe de ce*

---

<sup>137</sup> Cf. D’ONORIO, Joël-Benoît, «Le Saint-Siège et le Droit International», in AA.VV., *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (ID., Dir.), p. 59.

<sup>138</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, p. 397.

*que ces axes sous-tendent sans pour autant les renvoyer dos à dos car le Pape a montré qu'il ne pratiquait point l'amalgame entre les régimes totalitaires et les régimes autoritaires*"<sup>139</sup>.

A Igreja procurou assim uma posição de destaque, talvez ousando conquistar a relevância que possuiu em tempos, mas alterando o seu lema de defensora da fé para defensora da humanidade. É ocupando uma posição de autoridade moral no mundo que João Paulo II se posicionou na arena internacional, utilizando a diplomacia como elemento essencial, como refere Bernard Lecomte:

“É neste espírito que João Paulo II faz a parte da diplomacia tradicional, concreta com as suas regras e os seus técnicos, que ele deixa aos profissionais da Secretaria de Estado – que gere as relações diplomáticas estabelecidas pela Santa Sé (...) -, e a expressão profética do chefe da Igreja, com as suas referências morais, os seus contactos pessoais, os seus apelos à consciência, que constituem os elementos de uma diplomacia paralela, pessoal, não oficial”<sup>140</sup>.

No século XX, muitos foram os problemas que a Igreja teve que enfrentar: o apogeu da teologia da libertação nos países da América do Sul, que teve repercussões em África e na Ásia, os lefebvrianos, a crise no Banco Ambrosiano, o “combate” contra o comunismo, o perigo nuclear, as marcas que a Segunda Guerra Mundial deixou à imagem da Igreja, a modernização dos hábitos, guerras étnicas, pedofilia dentro da igreja, e muitos outros problemas que surgiram no conturbado século XX.

Actualmente defende-se que a religião é um dos grandes paradigmas que irá marcar o cenário internacional, e após o 11 de Setembro esta ideia parece ganhar mais força. Durante o pontificado de João Paulo II algumas mudanças foram efectuadas ao nível dos poderes internos, de forma a conseguir expandir o campo de acção da Igreja. Esta ideia é defendida por Giancarlo Zizola nestes termos:

---

<sup>139</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 60.

<sup>140</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, p. 400.

*“Certaines fonctions parapolitiques ont été confiées à d’autres institutions vaticanes, comme la congrégation des Eglises orientales, présidée par Mgr Achille Silvestrini, ou au conseil pontifical Justice et Paix, sous la présidence de Mgr Roger Etchegaray. Ces cardinaux ont pour mission de monter, au nom du pape, aux multiples fronts où les droits humains sont menacés. L’objectif est de donner, très concrètement, une image sociale et humanitaire - et non plus seulement diplomatique (...). C’est dire combien le pape tend à réviser le cadre étatique traditionnel de la diplomatie vaticane”<sup>141</sup>.*

Podemos ainda acrescentar que após ter “combatido” o comunismo a Leste, a Santa Sé iria alterar a sua diplomacia estrategicamente para o Médio Oriente. Nesse sentido, como já foi supramencionado, operou uma reestruturação na Secretaria de Estado que antevia a sua mudança de planos. Não podemos deixar ainda de referir o combate que a Santa Sé operou contra a teologia da libertação, que teve especial expressão na América do Sul. Nesta área o Papa reforçou a sua posição contra os fundamentos desta teologia e tentou acima de tudo esclarecer os fundamentos da religião católica. O papa Bento XVI foi também um fiel opositor a esta teologia, não só enquanto Papa mas sobretudo, antes, enquanto prefeito para a Congregação para a Doutrina da Fé.

Actualmente um dos grandes desafios que se colocam à Igreja e que veio trazer um novo posicionamento da política da Santa Sé é indiscutivelmente a Ásia. Neste contexto a Ásia é um continente no qual o Vaticano pretende expandir a sua influência, acima de tudo na China, que continua a manter-se fechada a relações com a Santa Sé. Apesar dos esforços que existem entre ambas as partes, as declarações por parte do Governo chinês sobre a Santa Sé revelam-se cordiais mas ao mesmo tempo separatistas.

O Governo chinês não consegue aceitar que a Igreja católica chinesa seja dirigida por um Estado estrangeiro, o Vaticano, fazendo com que a China veja a sua soberania ameaçada. É sobretudo no que respeita à ordenação de bispos

---

<sup>141</sup> Cf. ZIZOLA, Giancarlo, «Les nouvelles armes du Vatican», disponível in <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/01/ZIZOLA/9794>, acedido a 28-03-2013.

que mais problemas têm existido entre estes dois Estados, mas a Santa Sé pretende que as suas relações venham a melhorar.

A conhecida instabilidade do Médio Oriente faz com que o Vaticano se preocupe com os cristãos que se encontram nessa área. A Santa Sé tem vindo a apelar aos Estados da região para a moderação da sua conduta, pois a radicalização do Islão conduz a uma perda de liberdade das pequenas minorias cristãs. Durante o chamado período das Primaveras Árabes, Bento XVI apelou à tolerância e, aquando da sua visita ao Líbano, fez referência à convivência religiosa neste país:

“Feliz convivência libanesa, que demonstra ao conjunto do Oriente Médio e ao restante do mundo que, dentro de uma nação, pode existir a colaboração entre as diferentes igrejas, o diálogo religioso entre cristãos e seus irmãos de outras religiões”<sup>142</sup>.

Noutro plano, a Santa Sé tem também necessidade de reforçar as suas relações com outras religiões, como de resto já foi aludido. A posição da Igreja em relação ao ecumenismo ficou bem expressa no decreto *Unitatis Redintegratio*, ficando definido que “por «movimento ecuménico» entendem-se as actividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos”<sup>143</sup>. No entanto, a Igreja Católica tem também em conta as confissões que não são próximas do cristianismo.

Quando o Papa João Paulo II desejou visitar a Rússia gerou-se uma questão peculiar: a objecção a tal visita não partiu por parte do governo russo, mas sim da Igreja ortodoxa russa. É um facto interessante de verificar, sobretudo quando se pensa que as relações com outras confissões cristãs são mais fraternas do que com outras confissões religiosas. Actualmente a Santa

---

<sup>142</sup> Cf. BENTO XVI, *Catolicismo Romano*, disponível in [http://www.catolicismoromano.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=1946](http://www.catolicismoromano.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1946), acedido a 29-03-2013.

<sup>143</sup> Cf. Decreto *Unitatis Redintegratio*, disponível in [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19641121\\_unitatis-redintegratio\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html), acedido a 29-03-2013.

Sé e a Rússia mostraram mútuo interesse em oficializar as suas relações, que foram tão conturbadas durante o período “Guerra Fria”.

Em África o catolicismo enfrenta outras preocupações, principalmente ao nível do *engagement* político de certos cardeais, para além da pobreza e do malefício do vírus da Sida continuarem a serem duas questões delicadas para a Santa Sé, sobretudo a última questão que se prende com um dos grandes dilemas da doutrina católica: o uso do preservativo.

As denúncias de abusos sexuais dentro da Igreja colocaram a Santa Sé numa posição exposta e com uma imagem conspurcada, particularmente nos Estados Unidos, onde os casos de pedofilia enfraqueceram bastante a Igreja católica. Como aponta Éric Lebec :

*“Dans les années 90, les scandales, trop prévisibles, des prêtres pédophiles ruinent en indemnités les diocèses les plus riches. (...) Le prochain pape ne pourra pas compter sur le soutien d’une Eglise puissante aux Etats-Unis”*<sup>144</sup>.

Apesar de se terem colocado em prática medidas contra novos abusos, a verdade é que muitas vítimas falam de encobrimento de abusadores por parte da Igreja e de negação, durante muitos anos, de tais actos. Paralelamente a esta realidade existem algumas divisões no seio da Igreja católica sobre a orientação sexual e conduta de certos membros.

Nos Estados Unidos da América foram fundados dois movimentos de membros da Igreja católica declaradamente homossexuais: o movimento *Dignity* e o movimento *Communication*, que continuaram a ser representativos da defesa dos homossexuais, bem como da afirmação da orientação sexual dos membros da Igreja. Apesar de hoje existirem vários movimentos deste tipo, nos anos 80 e 90 estes dois grupos tiveram um papel importante sobretudo como desestabilizadores das ideias provindas de Roma.

Ao mesmo tempo que o Vaticano se vê na necessidade de “arrumar” parte da Igreja, novas vozes alertam para a perda de fiéis no mundo e para o desajuste do discurso e da doutrina da Igreja, que foi concebida sob a lei do

---

<sup>144</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 270.

amor. Perante estes dados, pode questionar-se até que ponto a Igreja deve repensar a sua direcção e reflectir sobre erros do passado. Na sua trajectória a Igreja optou por muitas posições, boas e más, mas não conseguiu inteiramente proceder a um “*aggiornamento*” tantas vezes pedido dentro e fora da Igreja. Há decerto questões que fazem parte dos pilares desta instituição e, como tal, não têm de ser alteradas, pois cada Igreja terá os seus elementos basilares imutáveis, que garantem a sua identidade, a essência e singularidade perante as demais, mas serão porventura desejáveis algumas adaptações à dinâmica do mundo actual.

Olhando para o cenário internacional com atenção, a Santa Sé compreende a necessidade de alargar as suas relações com outros Estados, como uma certeza da sua posição internacional. A Igreja Católica, duas vezes milenar, percebe que não pode colocar-se numa posição de clausura perante o mundo, pois isso só lhe faria perder vantagens.

Após este olhar sobre o peso da Santa Sé na comunidade internacional, iremos de seguida incidir em dois períodos muito activos do ponto de vista político e diplomático da Santa Sé: o período Segunda Guerra Mundial e o período Guerra Fria.



## CAPÍTULO III

### 1 – A diplomacia da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial

- **Enquadramento e movimentações da Santa Sé**

Ao entrarmos na temática correspondente ao papel que a Santa Sé desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial, atrevemo-nos a dizer que entramos num dos períodos mais ambíguos da Santa Sé a nível diplomático. É decerto um período rico em jogadas e estratégias políticas e diplomáticas, mas acima de tudo figura como a época mais negra e desrespeitosa pelos direitos humanos e pelas convenções internacionais.

Sobre a época que assinala a Segunda Guerra Mundial muito se escreveu, revelou e debateu, fazendo com que seja um dos períodos da História da humanidade mais interessantes e importantes, sobretudo quando tomamos este período como derradeiro ponto de partida da consequente conjuntura política e social internacional, elevando os Estados Unidos da América e a União Soviética como os dois grandes poderes da esfera internacional.

A importância que a Santa Sé assume neste período poderá não ser compreendida por muitos, visto que nos referimos a um elemento religioso há muito afastado dos meandros políticos. A verdade é que a Santa Sé é um dos elementos mais *sui generis* da Segunda Guerra Mundial, pois algumas conceptualizações que viriam a influenciar o seu destino prendem-se com dois dos regimes totalitários desta época.

Assim, a criação do Estado da Cidade do Vaticano só foi possível durante o regime de Mussolini e, para além disso, o Papa Pio XII teve laços com a Alemanha, tendo sido núncio apostólico neste país. Perante este quadro é relevante questionarmo-nos se existiram relações próximas com o regime fascista italiano e o regime nazi, sendo que até hoje existe poucas certezas sobre este domínio. Seguindo este raciocínio poderíamos dizer que durante o

período de vigência destes regimes, a Santa Sé teve, quer com a Itália fascista quer com a Alemanha nazi, relações próximas mas nem sempre com os contornos sombrios que se especulam. Por outro lado, existem muitas lacunas acerca do posicionamento da Santa Sé em relação às políticas levadas a cabo por estes regimes. Assim, torna-se importante destacar a posição da Santa Sé durante este período, o papel que os seus núncios desempenharam e a posição daquela relativamente a uma ameaça belicista.

Finda a Primeira Guerra Mundial e assinado o Tratado de Versalhes, a Europa passou por períodos de grande instabilidade política e social. A Alemanha saíra da Guerra com uma condição miserável e com o peso da humilhação do Tratado de Versalhes, que feriu profundamente o orgulho alemão.

Estes factores foram importantes para a ascensão dos regimes totalitários na Europa neste período, em particular o regime fascista italiano e o conhecido regime nazi alemão. Para ilustrar o novo contexto político que parecia surgir em alguns Estados da Europa e focando-se na ascensão do regime fascista, Giorgio Gariboldi defende que,

*“Mussolini di fronte al disordine e alle sommosse nel paese, ritenne che i tempi fossero maturi per concretare un moto rivoluzionario. Le condizioni morali e materiali del paese erano favorevoli per guidare le masse contro il governo. Mussolini non si era limitato a contrapporre il simbolo del fascio littorio alla falce e martello, ma aveva organizzato militarmente i fascisti nei Fasci di Combattimento, creati a Milano il 22 marzo 1922. Vi si iscrivevano gli antisovversivi, i reduci di guerra, gli operai, gli studenti, pronti a scendere in piazza contro i comunisti all’ombra dei gagliardetti neri. Con queste forze Mussolini si era preparato ad assumere il potere con un atto rivoluzionario”<sup>145</sup>.*

Através da divisa revolucionária iniciava-se a era do fascismo em Itália. A partir desse momento inaugurava-se um novo tipo de sistema governativo italiano, que Mussolini designou como a diarquia. Futuramente, Duce e Rei governariam a Itália, não sem fortes reservas de ambas as partes.

---

<sup>145</sup> Cf. GARIBOLDI, Giorgio, *Il Vaticano nella Seconda Guerra Mondiale*, p. 8.

Noutra perspectiva, o regime de Adolf Hitler também gozara de uma ascensão semelhante à do regime fascista italiano. Quando a sua formação partidária — Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) — conquistou assento no Reichstag alemão (Parlamento), lentamente mas de forma perspicaz Adolf Hitler foi alcançando os seus objectivos. Em 1933 tornou-se Chanceler da Câmara do Reichstag, contudo, somente após a morte do Presidente alemão Paul von Hidenburg, em 1934, Hitler conseguiria tomar as funções conjuntas de Presidente e Chanceler da Alemanha, reforçando assim o poder do seu regime. Deve acrescentar-se que a rápida ascensão e difusão do seu partido contou com estratégias e resoluções por vezes sangrentas e manipuladoras.

A Alemanha e a comunidade internacional rapidamente perceberam o intuito das políticas do novo regime, salientando o racismo como política de Estado e a doutrina do “espaço vital” (*Lebensraum*) como necessária para uma Alemanha injustiçada pelo Tratado de Versalhes. A Alemanha reclamava para si as comunidades alemães espalhadas pela Europa, como era o caso da Áustria, do território dos Sudetas (Checoslováquia) e Dantzing, um enclave alemão em território polaco.

No ano de 1939 a Europa encontrava-se perturbada, na expectativa de um novo conflito bélico. Os avanços que Hitler foi produzindo desde a sua tomada de posse à frente dos destinos da Alemanha faziam crer que uma nova guerra iria começar, sobretudo após a anexação da Áustria à Alemanha, em 1938, e do acordo de Munique, também no mesmo ano, que tornava possível o desmembramento da Checoslováquia. Esta política de apaziguamento em nada moveu a Alemanha nazi, e com a invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, caíam por terra os intentos de pacificação dos restantes Estados europeus face ao gigante alemão, levando ao início da guerra.

Entre o período de ascensão do fascismo e do nazismo e a eminência de uma nova guerra, a Santa Sé não se manteve distante da evolução dos acontecimentos e do panorama político. Cedo travou conhecimento com o

regime fascista e a perícia de Hitler levou a Santa Sé a ter fortes reservas quanto ao mesmo.

A Santa Sé optou primeiramente por uma posição cautelosa em relação a Mussolini. Contudo, a partir do momento em que se conjecturou a possível concretização da criação do Estado da Cidade do Vaticano, a Santa Sé alterou a sua posição para com o novo regime político, nutrindo doravante uma forte consideração pelo chefe do governo italiano. O verdadeiro interesse da criação do Estado da Cidade do Vaticano não teve como incentivo a ideia de retribuição à Igreja dos limites territoriais que outrora detivera. Como sustenta Fernando Tannous Tahan:

“É importante enfatizar que as intenções de Mussolini ao ‘presentear’ a Igreja eram uma forma de afastar os cidadãos italianos das ordens da Igreja e vinculá-los ao Estado fascista de uma forma mais amena, pois ao mesmo tempo que dava independência ao Vaticano, afastava a Igreja dos limites territoriais da Itália fascista, na qual ela não poderia intervir de forma alguma”<sup>146</sup>.

O primeiro problema que surgiu entre o Estado italiano e a Igreja dá-se com o papel da Acção Católica na educação dos jovens italianos. Mussolini não era um anti clericalista extremista, mas achava que a esfera civil e religiosa não se deviam tocar. As palavras do secretário do partido nacional fascista, Giovanni Giuriati foram bastante explícitas sobre como a Santa Sé deveria obedecer aos desejos do regime:

*“(...) Il fascismo non ha atteso l’11 febbraio 1929 per avere un pensiero e un indirizzo in argomento. Onde è che noi assistiamo con una certa sorpresa a tutta una grossa manovra intesa a salvare ciò che è salvato. Ed a coloro per giustificare un’azione forse inutile e forse pericolosa, fanno appello ad un paragrafo del Concordato, noi facciamo semplicemente osservare che il Concordato è stato dalla*

---

<sup>146</sup> Cf. TAHAN, Fernando, «O catolicismo integralista e o nazi-fascismo», p. 46, disponível in [http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2\\_sem\\_2006/fernando\\_tannous\\_tahan.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2_sem_2006/fernando_tannous_tahan.pdf), acedido a 10-05-2013.

*Santa Sede stipulato col Regime totalitario fascista e con lo Stato corporativo fascista*”<sup>147</sup>.

O Papa Pio XI, por sua vez, achava que o regime fascista deveria favorecer a prática do magistério da Igreja, frisando que aquele regime, por mais totalitário que fosse, não poderia intrometer-se na esfera do divino. A Igreja, desrespeitada pelo regime fascista, acabaria por condenar o fascismo com a encíclica *Non abbiamo bisogno* (Nós não Precisamos) a 29 de Junho de 1931. Nesta encíclica fica expressa a intolerância do regime de Mussolini face à religião católica, sobretudo a nível da Acção Católica. Depois de exposta a sua posição, o Sumo Pontífice denuncia mentiras expostas pelo regime contra a Igreja:

“(…) osiamo dire che non se ne troveranno, a meno di leggere e interpretare secondo idee preconcelte, ingiuste e in pieno contrasto coi fatti e con l’evidenza di senza numero prove e testimonianze. Quando se ne trovino di genuini e degni di considerazione, saremo Noi i primi a riconoscerli e a tenerne conto. Ma chi vorrà, per esempio, incriminare di politica, e politica pericolosa allo Stato, qualche segnalazione e deplorazione degli odiosi trattamenti già anche prima degli ultimi fatti, tante volte e in tanti luoghi inflitti alla Azione Cattolica? O chi fondarsi sopra dichiarazioni imposte od estorte, come Ci consta essere in qualche luogo avvenuto?”<sup>148</sup>,

Sustentou ainda que o regime de Mussolini tinha contribuído para o crescimento do anticlericalismo em Itália e tentava subjugar a Igreja ao seu poder.

Apesar deste desacerto entre Mussolini e o Vaticano, nenhuma das partes tinha interesse em incentivar o conflito. Assim, a 30 de Dezembro de 1931 foi ratificado e publicado um novo estatuto da Acção Católica. A Mussolini não interessava perder o apoio do sector católico da população e optou assim pela conciliação com a Igreja Católica. Do lado da Santa Sé a posição para com o

---

<sup>147</sup> Cf. Discurso do secretário do partido nacional fascista, Giovanni Giuriati, no Teatro della Scalla em Milão, a 19 de Abril de 1931, citado por GARIBOLDI, Giorgio, *Il Vaticano nella Seconda Guerra Mondiale*, p. 13.

<sup>148</sup> Cf. Encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310629\\_non-abbiamo-bisogno\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno_it.html), acedido a 11-05-2013.

regime fascista transparecia apesar de tudo alguma proximidade, como refere Anna Carletti:

“De qualquer forma, a Santa Sé percebia o fascismo como um fenómeno menos perigoso do que o socialismo e, portanto, não obstante as acusações, o papa recusou-se condenar directa e totalmente o regime preferindo seguir uma diplomacia de compromisso, escolhendo o que considerava um ‘mal menor’. Mussolini, depois de ter declarado a incompatibilidade entre a inscrição ao Partido Fascista e a pertença às associações da Acção Católica, decidiu adoptar medidas mais moderadas. A reconciliação, no mesmo ano, custou a privação da Acção Católica daquele seu carácter político ou social, restando-lhe apenas tarefas religiosas. Pio XI simbolizou tal reconciliação com a condecoração de Mussolini, em 1932, com a Ordem do Speri D’Oro, recebendo-o no Vaticano em ocasião do 3.º Aniversário dos Acordos”<sup>149</sup>.

Por esta altura o Secretário de Estado do Vaticano era Eugenio Pacelli, antigo núncio apostólico na Alemanha e notável diplomata ao serviço da Santa Sé. Para além de possuir grandes habilidades diplomáticas, era um engenhoso político e cedo manifestou inclinação por uma política de conciliação para com as ideologias totalitárias, e um forte receio relativamente às ideologias comunistas. Foi através dele que o Vaticano esboçou a sua reacção quanto a estas novas ideologias. Apesar das reservas do Vaticano em relação aos regimes totalitários da época, deve-se a Pacelli o apoio do Vaticano para com os mesmos. Como afirma Karlheinz Deschner:

*“Il segretario di stato è corresponsabile del sostegno all’Italia nella guerra di Abissinia (...), a Franco nella guerra civile spagnola e a Hitler dal 1932/33”*<sup>150</sup>.

Este apoio tinha como fundamento o facto de estas ideologias serem aos olhos da Igreja uma arma importante para combater e aniquilar o regime comunista que crescia a Leste. Assim, entre dois males, a Santa Sé decidiu escolher aquele que parecia menos cáustico, o que viria a revelar-se um erro.

---

<sup>149</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 105, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 11-05-2013.

<sup>150</sup> Cf. DESCHNER, Karlheinz, *La politica dei Papi nel XX secolo*, p. 14.

Neste sentido, Eugenio Pacelli não desistiu de manter relações diplomáticas com a Alemanha, não obstante o carácter singular de Hitler que inspirava cautela ao Secretário de Estado. Também da parte de Adolf Hitler o sentimento que nutria pela Igreja Católica era ambíguo: ora amigável, ora distante. Ao mesmo tempo que elogiava a sua organização e poder, também sublinhava em privado que em pouco tempo pretendia aniquilar a Igreja Católica por completo<sup>151</sup>. Apesar de tudo, Hitler gostava de manter as aparências e formalidades e decidiu agir de forma prestimosa para com a Igreja Católica alemã.

Uma das primeiras questões obscuras e bem orquestradas por Hitler prendeu-se com a assinatura de uma Concordata.

Foi durante o pontificado de Pio XI, com Eugenio Pacelli como Secretário de Estado do Vaticano, que se procederia à assinatura de uma concordata entre a Alemanha e a Santa Sé. A concordata seria bem-vinda pela comunidade católica e julgar-se-ia que Hitler pretendia revitalizar as relações entre ambos os lados. Porém, Hitler revelou-se mais astuto do que parecia. No começo de 1933, Hitler, ao tempo Chanceler da Alemanha, mostrara-se favorável a que a Alemanha iniciasse conversações com a Santa Sé, de forma a velar pelos direitos dos católicos. Todavia, esta posição escondia o verdadeiro interesse de Hitler: tentando conquistar os votos do *Deutsche Zentrumspartei* ou simplesmente *Zentrum*, o partido de inspiração católica, pretendia na verdade aproximar-se do eleitorado católico e fortalecer o seu poder.

Desta forma, a 20 de Julho de 1933 seria assinada em Roma pelo Secretário de Estado Eugenio Pacelli e pelo Vice-chanceler alemão Franz von Papen a concordata entre a Santa Sé e a Alemanha. Devemos no entanto referir que as negociações em torno da respectiva concepção e posterior assinatura não foram de todo fáceis. O Cardeal Pacelli não parecia chegar a acordo com os responsáveis alemães sobre pontos essenciais da concordata.

---

<sup>151</sup> Cf. GARIBOLDI, Giorgio, *Il vaticano nella seconda guerra mondiale*, p. 15.

Poder-se-ia dizer que, na prática, a Santa Sé foi forçada a assinar esta concordata: como refere Joaquim Blessmann: “para forçá-la a assinar a concordata, já durante as negociações, 92 padres foram presos, 16 clubes de jovens católicos foram saqueados e nove publicações católicas foram fechadas”<sup>152</sup>. Por fim, na concordata ficavam consagrados os direitos dos católicos alemães e das organizações católicas alemãs. Os sacerdotes locais deveriam prestar juramento de lealdade ao governador local ou Presidente do Reich, mas seria possível o ensino da religião católica em determinadas escolas.

Se a abertura inicial para com a Igreja Católica podia fazer passar a imagem de benignidade do novo regime alemão, a verdade é que este depressa começou a perseguir membros da Igreja Católica e a violar sistematicamente a concordata firmada. Logo em 1933 a Liga da Juventude Católica começou a ser dissolvida e as leis ráticas começaram a gerar polémica, pois a Igreja era contra as ideias que sustentavam tais leis.

A Santa Sé não tardou a denunciar as violações à Concordata. Para dar uma ideia das movimentações da Santa Sé contra a Alemanha, Éric Lebec revela: “(...) en 1937 le Saint-Siège aura élevé plus de 55 protestations de tous ordres contre les violations du concordat”<sup>153</sup>. Procederam-se inúmeras perseguições a padres e religiosos católicos, e perante estes factos a Igreja contestou sempre o tratamento que o Reich dava à religião católica. É importante referir que na base do nacional-socialismo não existia grande estima pela religião católica.

Nomes como Alfred Rosenberg, Joseph Goebbels e Martin Bormann olhavam para o catolicismo como incompatível com o regime nazi e inimigo deste. Logo, a ideia de proximidade entre ambas as partes não é de todo correcta. O nazismo baseava-se em ideais pagãos e olhava para a religião católica como produto de seitas semitas que teriam aliciado os arianos e assim corrompido a pureza de um povo. De resto, a partir de 1934, momento em que

---

<sup>152</sup> Cf. BLESSMANN, Joaquim, *O Holocausto, Pio XII e os aliados*, p. 76, disponível in [http://books.google.pt/books?id=eeMluy8oG\\_8C&printsec=frontcover&dq=joaquim+blessmann&hl=pt-PT&sa=X&ei=O46jUcWhNenW7Qb24oHABw&ved=0CDMQ6AEwAA](http://books.google.pt/books?id=eeMluy8oG_8C&printsec=frontcover&dq=joaquim+blessmann&hl=pt-PT&sa=X&ei=O46jUcWhNenW7Qb24oHABw&ved=0CDMQ6AEwAA), acedido a 12-05-2013.

<sup>153</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 67.



Hitler atinge o cargo de Presidente da Alemanha, o seu poder é reforçado e a partir de então tudo se torna possível de atingir, inclusive a destruição total da Igreja Católica na Alemanha.

A Santa Sé continuou a fazer pressão relativamente aos direitos da Igreja Católica na Alemanha, enviando várias cartas para o Governo alemão que de pouco serviram. As relações entre ambas as partes entrariam em ponto de ruptura, ainda mais quando “(...) *les SS rangeront les jésuites parmi les quatre ennemis de l’Allemagne, avec les Juifs, les communistes et les francs-maçons*”<sup>154</sup>. A Santa Sé passa a ser implacável com o regime nazi. De facto,

“*Les théologiens de Rome étaient restés plus lucides et vigilants. Le Saint-Office condamne à tour de bras les livres nazis par une série de décrets en février et mars 1934. Ainsi, L’Emmigration des Juifs en Chanaan, d’un professeur de théologie de Breslau, (...) est condamné le 14 mars*”<sup>155</sup>.

Note-se ainda que durante a “Noite das Facas Longas” (de 30 de Junho para 1 de Julho de 1934) alguns dirigentes de organizações católicas foram mortos. Tendo em conta todos os factos ocorridos, Pio XI decidiu condenar o nazismo e a sua política racista. A 14 de Março de 1937 é publicada a encíclica *Mit brennender Sorge* (Com profunda preocupação). Nela Pio XI declara Hitler *inimicus homo*:

“*La experiencia de los años transcurridos hace patentes las responsabilidades y descubre las maquinaciones que, ya desde el principio, no se propusieron otro fin que una lucha hasta el aniquilamiento. En los surcos donde nos habíamos esforzado por echar la simiente de la verdadera paz, otros esparcieron — como el inimicus homo de la Sagrada Escritura (Mt 13, 25) — la cizaña de la desconfianza, del descontento, de la discordia, del odio, de la difamación, de la hostilidad profunda, oculta o manifiesta, contra Cristo y su Iglesia, desencadenando una lucha que se alimentó en mil fuentes diversas y se sirvió de todos los medios. Sobre ellos, y solamente sobre ellos y sobre sus protectores, ocultos o manifiestos, recae la responsabilidad de que en el horizonte de*

---

<sup>154</sup> Cf. *Idem, ibidem*. p. 67.

<sup>155</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

*Alemania no aparezca el arco iris de la paz, sino el nubarrón que presagia luchas religiosas desgarradoras*”<sup>156</sup>.

A encíclica seria distribuída na Alemanha de forma clandestina e, para não ser interceptada pela Gestapo, foi difundida secretamente e escondida pelos párocos. Nunca uma encíclica fora escrita em tom tão severo e tendo um conteúdo tão incisivo, numa altura em que a comunidade internacional ainda olhava para a Alemanha de forma conciliadora.

A Igreja foi, assim, o primeiro organismo da comunidade internacional a denunciar as políticas nazistas. Defende-se que grande parte desta encíclica foi concebida e idealizada pelo Secretário de Estado Eugenio Pacelli, que também se mostrou indignado com a conduta que o Reich tinha começado a adoptar em relação à Igreja Católica, como defende Éric Lebec<sup>157</sup>.

De então em diante as relações entre a Santa Sé e a Alemanha sofreram um revés. Por parte da Alemanha apenas foi feita uma breve referência às palavras do Sumo Pontífice. No entanto, a partir deste momento, as perseguições a membros do clero católico tornaram-se mais severas, chegando muitos membros do clero a serem mais tarde, deportados para Dachau. A realidade católica alemã era de tal forma contrária à política do Reich que, como refere John Cornwell,

“(…) havia uma resistência passiva generalizada: os católicos auxiliavam os padres em fuga ou escondidos e acompanhavam os que eram presos, durante todo o caminho até à cadeia; celebravam a libertação dos detidos com grinaldas e tiros para o ar. Os que espiavam ou se conluiavam com as autoridades eram votados ao ostracismo. Nos locais em que as Igrejas eram encerradas, os fiéis reuniam-se em clareiras nas florestas ou em caves para assistirem à missa. O fenómeno da *Resistenz*, que significava uma coisa menos dramática do que a resistência heróica em termos físicos – a solidariedade de uma comunidade na sua recusa em cooperar – era evidente por toda a parte”<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> Cf. Encíclica *Mit brennender Sorge*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_14031937\\_mit-brennender-sorge\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge_sp.html), acedido a 14-05-2013.

<sup>157</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 67.

<sup>158</sup> Cf. CORNWELL, John, *O Papa de Hitler*, p. 189.

A recusa da Santa Sé em pactuar com o regime nazi foi bastante aguerrida por parte do Papa Pio XI. Quando Adolf Hitler se deslocou numa visita a Itália, em Maio de 1938, Pio XI negou-se a recebê-lo, refugiando-se no palácio de Castelgandolfo, e chegou a fazer referência que naquele dia em que se celebrava a Santa Cruz, a cruz que vira drapejar em Roma era bem diferente da Cruz de Cristo<sup>159</sup>. No ano seguinte, a 10 de Fevereiro, Pio XI viria a falecer. O seu sucessor seria o seu antigo Secretário de Estado, Eugenio Pacelli, que viria a adoptar o nome de Pio XII.

Podemos dizer que Pio XII foi o Papa que viveu em pleno a época bélica, enquanto Pio XI foi o Papa da ascensão e consolidação dos regimes totalitários. Como se referiu, Pacelli fora núncio apostólico na Alemanha até ser chamado a ocupar o cargo de Secretário de Estado do Vaticano. Durante a sua estada na Alemanha absorveu muito da cultura germânica, chegando a ser denominado após a sua eleição de “Papa dos alemães” e de verdadeiro germanófilo<sup>160</sup>. Faz parte da sua obra ao serviço da Igreja a composição do Código de Direito Canónico, obra que ocupou Eugenio Pacelli durante 13 anos e foi um elemento essencial para o sistema jurídico católico.

A sua eleição em muito agradou o clero germânico e, num ambiente tão conturbado como o de final da década de 30, talvez a ideia de um Papa que conhecesse bem os meandros da política internacional, em particular da Alemanha, fosse importante para atenuar ou evitar um futuro conflito. De resto, toda a Europa se manifestou satisfeita com a eleição de Pio XII. Homem de grande cultura e muito viajado, travou conhecimento com grandes nomes da sociedade internacional da época. Além disso, fora o primeiro Papa eleito que já pisara a América do Norte e mantinha laços de amizade com o Presidente Roosevelt.

No entanto, no que respeita ao pensamento de Pio XII sobre a Alemanha nazi em matéria política e diplomática, já foi referido que este sempre teve algumas

---

<sup>159</sup> Cf. GARIBOLDI, Giorgio, *Il Vaticano nella Seconda Guerra Mondiale*, p. 26.

<sup>160</sup> Cf. DESCHNER, Karlheinz, *La politica dei Papi nel XX secolo*, p. 16.

reticências em relação a Adolf Hitler, sabendo-se que enquanto Secretário de Estado, “(...) *Pacelli tese sempre all’accomodamento e alla mediazione; certamente non per simpatia verso l’anticlericale Hitler*”<sup>161</sup>. Para com o fascismo de Mussolini, Pio XII mostrou-se mais colaborador, sendo mais fáceis as conversações com Mussolini do que com Hitler, até ao momento em que as relações do Duce com a Igreja começaram a ser complicadas, sobretudo quando Mussolini decidiu entrar na guerra ao lado da Alemanha nazi. Segundo Mattia Ferrari,

*“Non erano mancati, negli anni precedenti, accordi tra Mussolini e la Chiesa, ma l’avvicinamento dell’Italia alla Germania nazista con l’introduzione delle legge razziali e l’entrata in guerra in fianco all’alleato tedesco, avevano gelato i rapporti. Del resto, Mussolini rimase sempre anticlericale sia per via del suo passato socialista mai del tutto sopito, sia perché intuiva che il Vaticano sarebbe stato un ostacolo al suo potere assoluto(...)”*<sup>162</sup>.

Duas semanas após a eleição de Pio XII, Adolf Hitler ocupou Praga e deu-se assim o desmembramento da Checoslováquia. Tendo em conta este avanço do Reich, a possibilidade de um conflito armado passou a ser ponderada pela maioria dos Estados europeus que temiam o poder alemão. A Europa encontrava-se em suspense e as negociações em prol da paz começaram a ser mais intensas quando se suspeitou que a Alemanha não desistira da cidade de Dantzig na Polónia. No momento em que o futuro da Europa parecia cair novamente no abismo bélico, a Santa Sé iria fazer os possíveis junto dos responsáveis internacionais de forma a impedir uma nova guerra. Na verdade, a partir do momento em que o núncio em Varsóvia envia um relatório para a Secretaria de Estado sobre as pretensões alemãs, a Santa Sé desejou que sempre que existissem informações importantes, estas lhe fossem comunicadas via telégrafo<sup>163</sup>. Por esta altura, a maior parte dos Estados europeus acreditava que só o recurso às armas poderia fazer parar a Alemanha, mas alguns Estados ainda acreditavam que se pudesse evitar uma nova

<sup>161</sup> Cf. *Idem*, p. 15.

<sup>162</sup> Cf. FERRARI, Mattia, «Pio XII contro Hitler e Mussolini», disponível in <http://www.uccronline.it/2012/04/14/pio-xii-contro-hitler-e-mussolini/>, acedido a 16-05-2013.

<sup>163</sup> Cf. BLET, Pierre, *Pio XII e a Segunda Guerra Mundial*, p. 19.

guerra, motivação que era partilhada pelos Estados Unidos da América. Como refere Pierre Blet:

“(…) o presidente Roosevelt tentou uma via mais directa. Dirigiu a Hitler e Mussolini uma longa mensagem, fazendo-lhes notar que os povos viviam na angústia da agressão, e convidava-os a comprometerem-se, por um período de 10 anos, a não atacar nenhum dos 31 países que ele indicava numa lista. Nesse intervalo, as reivindicações de uns e outros poderiam ser discutidas e resolvidas pacificamente. Roosevelt pediu também a Pio XII para intervir junto de Hitler e Mussolini para reforçar a sua mensagem de 14 de Abril”<sup>164</sup>.

Muitos pedidos de ajuda começam por esta altura a chegar ao Vaticano, desde anónimos a chefes de Estado. Os Estados olhavam para a Santa Sé como o último instrumento capaz de travar uma guerra. A Santa Sé sabia que conversações com Hitler não adiantariam muito, mas via em Mussolini uma arma decisiva que poderia fazer a ponte com o regime alemão e mudar o pensamento de Hitler. Assim, nos meses que antecedem o início da Segunda Guerra Mundial, muitos foram os encontros entre os enviados papais e Mussolini. A poderosa Alemanha acreditava poder aniquilar tudo e todos. Possuía armamento suficiente para aniquilar toda a Polónia e não temia nem a Inglaterra nem a França. Mussolini, pelo contrário, não encarava a guerra como uma solução desejável: não se encontrava preparado para mergulhar o seu país na guerra e tinha precavido Hitler de tal situação.

Tendo em conta a conjuntura europeia, após a sua eleição Pio XII começa a arquitectar uma conferência de paz entre as cinco potências europeias: França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Polónia. Foram enviados telegramas por parte do Secretário de Estado da altura, o Cardeal Maglione, para os núncios apostólicos da França, Alemanha e Polónia e para o delegado apostólico na Inglaterra.

No que diz respeito a Itália, Pio XII decidiu enviar o jesuíta Tacchi Venturi junto de Mussolini, comunicando-lhe as suas intenções na criação de uma conferência. Por parte de Mussolini houve uma boa receptividade em relação a tal

---

<sup>164</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 20.

conferência: esclareceu que “(...) a diligência do papa teria a aprovação do mundo civilizado”<sup>165</sup>.

Da parte das outras potências, França, Inglaterra e Polónia existiram muitas reservas. A Alemanha tranquilizava o núncio apostólico em Berlim, Cesare Orsenigo, assegurando que não existia nenhuma ameaça de guerra nem necessidade de uma conferência entre potências. A Itália viria afinal também a pronunciar-se contra a conferência, da mesma forma que a Polónia, que receava que estas conversações pudessem colocar ainda mais em risco a sua situação.

Perante este quadro de rejeições Pio XII optou pela via diplomática, de forma a conseguir evitar a todo o custo uma nova guerra na Europa. A actividade diplomática da Santa Sé no período dos meses que antecederam a Segunda Guerra Mundial foi sem dúvida bastante movimentada. Pio XII não cessou de enviar mensagens aos seus núncios apostólicos ou delegados apostólicos junto das potências que se encontravam em desacordo. Paralelamente, as comunicações e encontros com chefes de Estados intensificaram-se e quase poderia dizer-se que a Santa Sé era uma antecâmara secreta em prol da diplomacia pela paz.

Ao receberem informações sobre a iminente ameaça de invasão da Polónia, França e Inglaterra afirmaram que em caso de invasão deste país, se comprometiam a ajudar a Polónia. A 22 de Maio é assinado o Pacto de Aço entre a Alemanha e Itália, no qual ficava expresso que em caso de uma das partes do pacto entrar em conflito, a outra parte comprometia-se a intervir em seu auxílio. Tendo em conta a conjuntura internacional, pode dizer-se que estes dois momentos foram cruciais para o futuro da Europa e os primeiros passos para se formarem os dois lados adversários da guerra que se aproximava.

No início de Agosto de 1939, começa a circular a informação na Polónia de que a Alemanha já estaria a reunir tropas junto da fronteira polaca e preparava-se para invadir este país em pouco tempo. O Papa é informado algum tempo mais tarde pelo núncio em Varsóvia. Em audiência com o Secretário de Estado do Vaticano, o embaixador da Polónia revela que, para a Alemanha,

---

<sup>165</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 21.

“(…) a questão de Dantzig era um pretexto para atacar a Polónia, por forma a chegar à Ucrânia e aos poços de petróleo da Roménia, mas a Polónia esperava calmamente, na certeza de ser defendida pelas potências ocidentais”<sup>166</sup>.

Por esta altura potências ocidentais como a Inglaterra sabiam de fonte segura que a Alemanha iria proceder a um acordo com a União Soviética e que isso iria gerar um entrave para o futuro aniquilamento da Alemanha.

O Vaticano já tinha tomado conhecimento desta matéria e sabia que da parte da França e da Inglaterra faziam-se esforços para as potências ocidentais conseguirem a seu tempo um acordo com a União Soviética, de forma a evitar a conciliação desta com a Alemanha. Tal não foi possível e a 23 de Agosto de 1939 seria assinado o pacto Molotov-Ribbentrop entre a Alemanha e a União Soviética.

A partir deste momento a aflição pairava na Europa. A guerra parecia inevitável e a Itália, sentindo-se protegida por estes dois colossos europeus declarava que já não existia nenhum impedimento à sua entrada num conflito bélico ao lado da Alemanha. Ao Vaticano chegou a informação de que Hitler pretendia invadir a Polónia em finais de Agosto. Nos dias que se seguiram à assinatura do mencionado pacto a Santa Sé lançou os seus últimos esforços a fim de evitar a guerra, sobretudo após as recentes notícias que indiciavam a iminente invasão da Polónia. A recepção no Vaticano de alguns representantes dos Estados envolvidos neste conflito sucedeu-se de forma rápida e decisiva.

Foram vãos os esforços da Santa Sé e de países como a Inglaterra e a França. A 1 de Setembro, seguindo as suas intenções iniciais, as tropas de Hitler invadiam a Polónia e iniciou-se a guerra na Europa. A 3 de Setembro França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha.

Neste ponto é importante destacar parte do conteúdo de uma carta de Sir d’Arcy Osborne, ministro da Grã-Bretanha junto da Santa Sé, para o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Maglione, de forma a sustentar os esforços que a Santa Sé fez a favor da paz:

---

<sup>166</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 28.

“Na última conversa que tive consigo, perguntou-me se eu acreditava que a Santa Sé tinha feito tudo o que lhe era possível para salvar a paz. Respondi sem hesitação que estava convencido de que sim. Referi essa conversa a Lord Hallifax, que me encarregou de dizer a Vossa Eminência que está inteiramente de acordo com aquilo que lhe respondi”<sup>167</sup>.

É necessário referir que toda a actividade desenvolvida pela Santa Sé em prol da paz foi indiscutivelmente árdua e necessária para a comunidade internacional. No decorrer deste conflito os esforços para a mediação e para proporcionar um final breve a esta guerra nunca foram esquecidos.

Tendo em conta a evolução dos factos, a partir do momento em que a declaração de guerra foi pronunciada, para a Santa Sé tornou-se imprescindível perceber o que poderia afectar a Igreja naquele momento e ter em conta as inúmeras vítimas que iriam surgir. Os pontos que mais afligiam a Santa Sé por esta altura não se resumiam à situação da Igreja Católica na Alemanha, que desde há algum tempo tinha vindo a sofrer supressões e a ser perseguida, como já referimos anteriormente.

Para além desta questão, a Polónia também preocupava a Santa Sé. A muito católica Polónia, estava agora sob a alçada do Terceiro Reich e a situação da Igreja Católica e seus fiéis mostrava-se bastante complicada, suspeitando-se que os católicos deste país viessem a sofrer represálias semelhantes às dos católicos alemães. As questões raciais e as consequentes perseguições surgiam como outro problema que devia ser combatido e impunha-se tentar salvar o maior número possível de pessoas perseguidas sob pretexto rácico.

Por fim, a situação de aliada da Itália colocava o Vaticano em risco: a Santa Sé temia que Roma se tornasse num alvo potencial de bombardeamentos no caso de Itália entrar prontamente no conflito. Era assim importante garantir a neutralidade de Itália, algo pelo qual a Santa Sé se bateu com insistência.

Pela parte do Sumo Pontífice a ideia de se manifestar contra a guerra que tinha começado recentemente afigurava-se necessária. A 20 de Outubro de 1939

---

<sup>167</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 35.



Pio XII, com a encíclica *Summi Pontificatus*, salientava os laços fraternos cristãos e condenava as ideologias baseadas na superioridade da raça. Para além disso fazia referência à Polónia, aludindo nestes termos à sua situação trágica:

“Do sangue de inúmeros seres humanos, mesmo de não combatentes, desprende-se lancinante brado, especialmente nessa dilecta nação como a Polónia que, pela sua fidelidade à Igreja, pelos seus grandes méritos na defesa da civilização cristã, gravados em caracteres indeléveis nos fatos da história, tem direito à simpatia humana e fraterna do mundo, e aguarda, confiante na poderosa intercessão de Maria, ‘Socorro dos cristãos’, a hora de uma ressurreição que corresponde aos princípios da justiça e da verdadeira paz.”<sup>168</sup>

O Papa Pio XII pretendia assim fazer-se valer da sua *potestade* divina para alertar os líderes totalitários que há muito se tinham afastado da razão e bom senso mas, ao mesmo tempo, pretendia mostrar o seu apoio àqueles que sofriam com esta guerra, como era o caso da Polónia e de todos aqueles que estavam a ser alvo de perseguições baseadas em ideais rácicos.

Muitas vezes Pio XII foi acusado de não ter uma palavra mais directa e de não condenar explicitamente esta guerra e as investidas de Hitler sob outros povos. Esta questão foi também diversas vezes levantada por alguns representantes junto da Santa Sé, existindo diversos momentos em que foi pedida uma posição mais directa do Sumo Pontífice.

Um bom exemplo sobre a necessidade do Papa tomar posição directa contra as políticas do Reich deu-se aquando da invasão da França e de outros países neutros. Quando o Vaticano soube de fonte segura que Hitler se preparava para invadir a França, Bélgica e Holanda e um outro terceiro país que poderia ser a Suíça, comunicou-o ao embaixador francês junto da Santa Sé, que divulgou a informação aos altos responsáveis do seu país.

A 10 de Maio de 1940, as tropas alemãs invadem a França e três países até aqui declarados neutros: Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Neste momento é pedido pelo embaixador da França junto da Santa Sé que esta se pronuncie

---

<sup>168</sup> Cf. Encíclica *Summi Pontificatus*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_20101939\\_summi-pontificatus\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus_po.html), acedido a 18-05-2013.

solenemente e condene esta agressão violenta aos três países neutros. Pio XII decide enviar três telegramas aos soberanos destes três países onde se pronuncia contra este acto e mostra a sua solidariedade para com estes países. Depois decide publicar o conteúdo destes telegramas na primeira página do *Osservatore Romano*, jornal oficioso do Vaticano, o que motivou a raiva de muitos sectores fascistas da sociedade italiana.

Contudo, apesar deste acto de Pio XII, não se pode falar de uma condenação directa ao regime alemão. Por isso, tantas vezes se sustentou que Pio XII, com os seus silêncios, tinha apoiado os regimes totalitários em geral. A correspondência que teve com os diversos representantes das outras potências europeias que queriam fazer frente ao regime nazi mostra uma total cooperação, de forma a ser possível evitar um conflito na Europa. Muitos embaixadores fizeram por vezes pressão para que Pio XII ousasse condenar os regimes totalitários, mas, na fase em que tal tomada de posição poderia talvez ter sido decisiva para evitar a expansão da Alemanha, Pio XII não pronunciou a desejada declaração de condenação. Talvez Pio XII temesse uma resposta da parte dos regimes que pusesse em perigo a sua credibilidade, ao imiscuir-se na esfera política, mas ao mesmo tempo receasse que o regime alemão e italiano lançassem alguma represália, não apenas contra os católicos destes países, mas também contra os católicos dos países que a Alemanha acabara de ocupar. Este impasse de Pio XII é referido por Eduardo Brazão, num relatório relativo ao ano de 1944 sobre a internacionalização da Santa Sé:

“Hoje não escondem muitos um certo ressentimento por não se ter ouvido a voz do sucessor de Pedro no início das hostilidades quando, estando a Alemanha nazista e a Itália fascista no seu apogeu, foram destruídas algumas cidades holandesas e inglesas... E a certo Cardeal da Cúria, testemunham pessoas de alta categoria moral, foram ouvidos publicamente votos pela vitória das armas do seu país e palavras de áspera reprovação aos ‘bárbaros actos’ da aviação aliada”<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> Cf. BRAZÃO, Eduardo, relatório referente ao ano de 1944 intitulado *A internacionalização da Santa Sé*, pp. 8-9.

Eduardo Brazão acrescenta ainda que devido à forte presença de Itália na Cúria romana, a informação a que a Santa Sé teve acesso durante este período bélico pode ter sido limitada:

“(...) durante os seis anos tormentosos da luta a Santa Sé só pôde ser informada através dos telegramas cifrados dos seus Núncios, quase todos italianos... E nenhum outro contacto podia ter o exíguo Estado que Mussolini criou para seu orgulho pessoal mas a que não deu condições possíveis de vida. O mundo católico, fora de Roma, não pode ver sem grandes apreensões este estado de coisas”<sup>170</sup>.

No fundo, o Papa encontrava-se numa encruzilhada. Despojado do poder que o papado usufruía outrora, o Papa funcionava como um elemento de bastidores, apoiando-se na sua poderosa e exímia rede diplomática e aludindo sempre que possível nos seus discursos à paz como fim possível para o conflito que agora surgia. Ao olhar para Mussolini como um inimigo menor que podia servir de intermediário com o regime de Hitler, Pio XII ganhou uma imagem de simpatia para com o fascismo e ao mesmo tempo acabou por não conquistar aquilo que pretendia: deter uma Alemanha nazi possante e determinada, a renascer das cinzas com sentido de vingança e expansão.

Por fim, quando a não entrada da Itália na guerra parecia a questão mais importante, para aliviar o medo do Vaticano de um possível conflito na península itálica, Mussolini declara a 10 de Junho de 1940 que também iria entrar na guerra. A partir deste momento só restava ao Vaticano uma diplomacia de entendimento com a Inglaterra e a França.

Neste ponto é importante referir que a Santa Sé ajudou na idealização de um *complot*, com auxílio dos ingleses, para aniquilar Adolf Hitler. Este *complot* teria a ajuda de intervenientes alemães que pertenciam a altas patentes do exército alemão e, descontentes com as políticas levadas a cabo por Adolf Hitler, pretendiam afastá-lo de forma a travar as políticas estabelecidas até então e tentar evitar uma tragédia maior para a Europa. Os ingleses, ao serem informados de tal conspiração, acharam por bem não optar por essa via: parecia-lhes estarem a lidar

---

<sup>170</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 9.

com uma solução muito vaga e cujos intervenientes do lado alemão se mostravam suspeitos. À custa da dita informação Pio XII arriscou bastante a sua posição, chegando mesmo a ser perigosa a forma como se imiscuiu neste assunto, mas acreditava que este risco valia a pena.

Podemos assim pegar nas palavras de John Cornwell, que perante a acção de Pio XII em evitar a guerra e, sobretudo, tendo em conta o seu trabalho na conspiração para aniquilar Hitler, defende:

“Quando Pacelli enfrentou as escolhas e as crises morais extremas do conflito que se avizinhava, há duas coisas que parecem claras à luz do papel central que ele desempenhou na conspiração para derrubar Hitler durante os primeiros dias da guerra: fossem quais fossem as suas decisões, boas ou más, eram suas; e não tinha qualquer receio quanto ao que se relacionava com a sua segurança pessoal. O seu ódio a Hitler era suficiente para lhe permitir correr graves riscos com a sua vida (...). Quando o risco parecia acertado, era capaz de agir com prontidão. Para alguns, a sua personalidade exterior parecia delicada, hipersensível e até fraca. A pusilanimidade e a indecisão – incapacidades que viriam a ser referidas para desculpar o seu silêncio e a sua inacção subsequentes em outras questões – dificilmente faziam parte da sua natureza”<sup>171</sup>.

As manobras que foram conduzidas pela Santa Sé durante o período pleno da guerra seriam contudo mais cautelosas. Não obstante o trágico destino que Itália tinha escolhido, ao entrar na guerra ao lado da Alemanha, Pio XII sabia que a sua influência no mundo ainda era bastante e nada o impediu de continuar a fazer esforços para que a guerra fosse curta.

Durante os desenvolvimentos políticos, diplomáticos e estratégicos que aqui foram aludidos, Pio XII teve conhecimento das políticas ráticas levadas a cabo pelo regime nazi. Neste ponto, muitos especialistas apontam o dedo à atitude do Sumo Pontífice e acrescentam que muito mais poderia ter sido feito, sobretudo porque esta matéria se prende com a vida, tema tão caro e defendido pelos preceitos da Igreja Católica. Seguidamente iremos expor esta questão, tentando perceber que decisões tomou, ou não tomou, a Santa Sé perante este dilema humano.

---

<sup>171</sup> Cf. CORNWELL, John. *O Papa de Hitler*, p. 232.

- **Pio XII e as questões ráticas**

A questão rática foi e continua a ser um dos temas mais dominantes quando nos referimos ao regime nazi. Na realidade, trata-se de um dos temas da História da humanidade mais complexo e sombrio que nos permite questionar os limites da condição humana e como a perversidade do Homem pode aniquilar os seus semelhantes. Na perspectiva da Segunda Guerra Mundial é um dos temas mais divulgados e ainda hoje novas informações continuam a surgir sobre os contornos deste incidente, a concepção das leis ráticas e o subsequente extermínio motivado por estas ideias. É ainda importante referir que, por ser uma questão que marcou os judeus em particular, é ao mesmo tempo necessário ter em conta o alcance e direcção de posições que se pretendem aqui dar a conhecer.

Quando em Dezembro de 2009 o Papa Bento XVI decidiu assinar um decreto que possibilitasse a beatificação de Pio XII, muitas vozes se levantaram contra tal procedimento, alegando que não só este Papa tinha sido cúmplice do regime de Hitler como não fizera nada para salvar aqueles que eram perseguidos pela raça, em particular os judeus.

De forma generalizada podemos dizer que, na história do papado, muitos pontífices nem sempre gozaram de grande consideração ou santidade. Pio XII é um dos papas que ficou associado a uma época sombria e cuja falta de acção, por um lado, e o entendimento com os regimes totalitários da época, por outro lado, lhe valeram um sentido de anuência às perseguições ráticas. De resto, se tivermos em conta a literatura disponível sobre este tema, muito dificilmente encontraremos uma obra que não tome, ou uma posição favorável para com Pio XII ou uma posição acusadora da sua acção, sem no entanto pesarem com total isenção o conjunto dos factos conhecidos.

O que se reflecte nestas obras é um interesse em adaptar aos silêncios do Papa uma justificação com sentido, tendo por base não só a sua personalidade mas também as suas movimentações diplomáticas. Dos livros que se encontram

disponíveis poucos se baseiam em material oficial. Perante esta realidade torna-se difícil saber até que ponto conseguiremos chegar à verdade dos factos, mas na conjugação de ambas as posições contrárias talvez possamos chegar a um ponto de exactidão. Para conseguirmos ter uma noção ampla dos acontecimentos que envolvem a Santa Sé e os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, é ainda imperativo conhecer as posições e afirmações que os líderes das comunidades judaicas pronunciaram sobre esta questão, pois é uma posição que pode ajudar a esclarecer algumas lacunas. Deste modo, é essencial olhar para a acção que a Santa Sé desenvolveu relativamente às perseguições aos judeus.

Antes do início do conflito na Europa a Santa Sé já tinha conhecimento das perseguições ráticas que o regime nazi fazia. A partir do momento em que recebeu indicações das políticas nazis sobre a matéria, a Santa Sé sempre se manifestou contra as leis ráticas nazis, tal como foi referido no ponto anterior. No entanto, podemos definir o início da guerra na Europa como um ponto de viragem, sendo a partir de então que o tratamento para com os judeus passou a ser mais agressivo e condenável.

A Santa Sé sabia desde a Primeira Guerra Mundial que uma guerra acaba sempre por fazer muitas vítimas. Durante a Primeira Guerra Mundial existiram muitos prisioneiros de guerra, mas no novo conflito surgia agora outro tipo de pessoas que pediam auxílio: aqueles que eram considerados pelo Reich como não-arianos, mais especificamente os judeus. Para o auxílio dos prisioneiros de guerra a Santa Sé empreendeu uma estratégia conjunta com a Cruz Vermelha internacional, que tinha assegurado o direito de protecção dos prisioneiros desde 1929.

Relativamente ao novo tipo de pessoas que era necessário auxiliar a situação era mais delicada. A Santa Sé sabia ainda antes do início da Segunda Guerra Mundial que tinham sido levadas a cabo pelo regime nazi algumas políticas de carácter rático e conhecia pormenores da Noite de Cristal, na qual muitos judeus sofreram pesadas represálias.

É ainda importante referir que, na iminência do conflito, muitos judeus recorreram à ajuda da Santa Sé. Muitos destes judeus baptizaram-se, outros apenas receberam certificados de baptismo temporários. Com esta política a Santa Sé pensava conseguir salvar um grande número de judeus. Porém, para além da opção destes judeus não ser bem vista pelos restantes membros da comunidade judaica que se mantiveram fiéis à sua religião, também grande parte das movimentações que a Santa Sé encetou para salvar os judeus não foram muitos triunfantes. Ao mesmo tempo, antes do início da guerra, o regime nazi mostrara-se interessado em arranjar um local para onde pudessem ir todos os judeus que viviam nos territórios alemães, como vem expresso na obra de Pierre Blet:

“O poder nazi pareceu, de início, procurar uma solução para a questão dos judeus na expulsão dos Israelitas dos territórios alemães. A ajuda a dar às vítimas consistia, nessa altura, em encontrar uma terra que as acolhesse. A Santa Sé voltou-se primeiro para os judeus baptizados, grupo que se encontrava numa necessidade extrema pelo facto de, na maior parte das vezes, ser ignorado pelos organismos de assistência judaicos”<sup>172</sup>.

Numa primeira fase a Santa Sé procurou assistência e acolhimento em vários países. A solução que mais parecia equacionar-se era a ida dos judeus para alguns países da América Latina, que se tinham mostrado dispostos a recebê-los, em particular o Brasil. Como referência a esta questão, deve destacar-se o papel que a obra de São Rafael (*Raphaelsverein*) desempenhou nesta altura, tendo recebido ajuda financeira da Santa Sé e ajudado muitos judeus e não judeus que tentavam escapar ao regime nazi.

A emigração dos judeus para o Brasil foi importante e possível para todos aqueles que se encontravam em territórios que não a Alemanha, já que com o passar do tempo a Alemanha começou a criar mais obstáculos à passagem de vistos para não-arianos baptizados. Posteriormente, nos países que viriam a ser ocupados pela Alemanha, os mesmos entraves foram surgindo.

Muitos bispos e padres da Alemanha apelavam ao Sumo Pontífice para que possibilitasse uma ajuda aos judeus, mas grande parte das conversações em torno

---

<sup>172</sup> Cf. BLET, Pierre, *Pio XII e a Segunda Guerra Mundial*, p. 156.

do auxílio dos judeus não conseguiu os objectivos pretendidos. Países como a Venezuela, o Panamá, a Austrália e os Estados Unidos da América apareciam como possíveis elos de ligação com a Santa Sé e destino de acolhimento de muitos judeus. Falou-se ainda em Portugal que, gozando de uma posição de neutralidade, poderia auxiliar. Contudo, “nos finais de 1940, o Governo português tinha imposto a obrigação de passagem por Lisboa para aí receberem o visto de trânsito. De onde resultava que muitos dos que tinham visto e lugar reservado não só estavam bloqueados, mas também deviam recomeçar as burocracias e pedir um novo visto para a América”<sup>173</sup>.

Quando a obra de São Rafael foi suprimida, em Julho de 1941, a esperança dos judeus de saírem da Alemanha caiu por terra. A partir de então apenas Roma e Lisboa tinham alguma margem de manobra, mas as recusas de auxílio de países que iriam receber estes judeus continuou a crescer.

A partir de 1942 a emigração dos judeus foi declarada praticamente impossível e a própria Gestapo começou a ocupar-se dos judeus, chegando a ter mais influência e poder de intervenção até sobre decisões do Ministério dos Negócios Estrangeiros em matéria respeitante aos judeus. Por esta altura já nem os “judeus católicos” gozavam de preferência na óptica da política nazi. Nesse mesmo ano os nazis começavam a realizar a chamada “solução final” e, a partir de então, a Santa Sé optou por colocar de lado a possibilidade de emigração. Neste ponto era necessário fazer tudo para impedir as deportações dos judeus.

Relativamente a esta matéria, os apelos e as tentativas do Vaticano tiveram poucos efeitos. Quando os pedidos que chegavam ao Vaticano eram relativos a não judeus, ou a personalidades de destaque da época, as acções que a Santa Sé levou a cabo junto do governo alemão, através da figura do núncio na Alemanha Cesare Orsenigo, foram maioritariamente atendidas. Quando a situação se prendia com o salvamento de judeus, a Santa Sé começou a perceber que os seus esforços eram em vão e com o passar do tempo compreendeu que empreendia uma política bastante arriscada.

---

<sup>173</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 160.



Paralelamente, em Itália as leis ráticas também tiveram alguma influência. A Santa Sé fez pressão para que se conseguissem receber alguns judeus que pretendiam escapar da ameaça nazi. Tal foi o caso de judeus providos da Croácia e de alguns judeus franceses que se refugiaram em campos nas regiões sobre o domínio italiano. A sempre presente ameaça de deportação destes judeus fez a Santa Sé empreender esforços junto do governo italiano para que tal não acontecesse. Para além disso, a Santa Sé colocou à disposição muitas casas religiosas e prédios pontifícios de Roma que iriam abrigar alguns judeus, bem como a residência de férias do Papa e alguns mosteiros da região<sup>174</sup>. Num determinado momento começaram a circular rumores sobre o tratamento dos judeus nos campos de concentração e algumas autoridades internacionais, como foi o caso da Inglaterra, alertaram Pio XII para a suspeita de que na Polónia os judeus estavam a ser exterminados.

Num primeiro momento Pio XII mostrou-se céptico perante tal possibilidade, mas à medida que novas informações dos núncios que se encontravam em territórios sob o domínio alemão começaram a surgir Pio XII teve consciência da brutalidade dos factos. Contudo, continuou com os mesmos gestos cautelosos. Pio XII receava que as suas declarações pudessem causar danos ainda maiores. A sua posição fria e distante pode ser incompreensível aos olhos da sociedade internacional contemporânea, mas é certo que muitos registos mostram o seu incessante trabalho e insistência junto das autoridades dos países envolvidos neste conflito de forma a conseguir atenuar os desastres inerentes à guerra.

A sua acção ao nível diplomático e também o auxílio material disponibilizado pela Igreja foram importantes numa época em que o medo parecia imperar. É certo que estas afirmações podem querer transparecer uma justificação dos silêncios de Pio XII, mas a verdade é que existem muitas questões que, em contexto de guerra, poderiam justificar a posição da Santa Sé de não assumir um confronto directo com os regimes totalitários da época. O Estado da Cidade do

---

<sup>174</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 117, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 19-05-2013.

Vaticano é um enclave em solo italiano que vive de certa forma dependente do Estado italiano, de grande parte dos seus recursos. Era fácil ao governo italiano cortar todos os meios que possibilitassem uma acção externa da Santa Sé, em particular a Rádio do Vaticano ou qualquer outro sistema de comunicação. Para além disso, a já referida perseguição a membros da Igreja levava a Santa Sé a ter cautela. Se no início a neutralidade da Santa Sé tinha sido útil para a protecção dos judeus, a verdade é que com o adensar do conflito já nenhuma arma diplomática da Santa Sé parecia ter algum valor ou respeito por parte das potências envolvidas no conflito.

Quando por fim as tropas norte-americanas chegaram a Itália, a Santa Sé parecia poder respirar de alívio. Os bombardeamentos que Roma sofreu fizeram Pio XII sentir-se injustiçado, mas nem isso o amedrontou. Sabia que a guerra estava a chegar ao fim.

As falhas que teve nesta questão são bem evidentes, mas tendo em conta o quadro bélico da altura talvez Pio XII não pudesse ter feito mais ou tivesse receio de fazer mais. Não obstante a sua actividade em prol dos judeus, alguns autores defendem que foi após a estreia da peça “O Vigário”, de Rolf Hochhuth, que mais vozes se levantaram contra a sua posição estática durante a Segunda Guerra Mundial, como é o caso de Éric Lebec, que defende:

*“Jusqu’au 20 février 1968, le «silence de Pie XII» n’assourdit personne. Mais ce-soir-là, est montée la pièce de théâtre Le Vicaire à Berlin et commence le scandale d’un pape muet par complaisance pro-nazie et anticomuniste. Jusqu’à ce jour, c’était une opinion banale que d’approuver les multiples déclarations et interventions du pape pendant la guerre”*<sup>175</sup>.

O certo é que até hoje a ideia de um Papa que cooperou com o regime nazi e fascista italiano continua a persistir como verdadeira e, apoiando-se nesta visão dos factos, a maior parte das pessoas não receiam em condenar a Igreja Católica que, de resto, na história nem sempre gozou de uma posição apazível.

---

<sup>175</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 93.

Do lado das comunidades judaicas as vozes que surgiram relativamente à Igreja Católica foram bastante reconhecidas pela actividade que Pio XII para com os judeus. Alguns livros referem uma declaração de Albert Einstein enaltecendo o papel da Igreja neste período e que teria sido publicada na revista *Time* em Dezembro de 1940. De acordo com as fontes que dispomos a declaração sustentava:

*“(...) only the catholic church stood squarely across the path of Hitler’s campaign for suppressing the truth. I never had any special interest in the Church before, but now I feel great affection and admiration because the Church alone has had the courage and persistence to stand for intellectual truth and moral freedom. I am forced thus to confess that what I once despised, I now praise unreservedly”*<sup>176</sup>.

Outras vozes da comunidade judaica manifestaram também grande apreço pelo papel da Igreja durante a Segunda Guerra Mundial. É o caso de Chaim Weizmann que viria a ser o primeiro Presidente de Israel. Chaim Weizmann escreveu: *“the Holy See is lending its powerful help wherever it can, to mitigate the fate of my persecuted co-religionists”*<sup>177</sup>. Nomes como Golda Meir, o rabi Maurice Perlzweig, Moshe Sharett e o rabi de Roma Israel Zolli, agradeceram encarecidamente os esforços da Igreja Católica durante este período.

Após a morte de Pio XII surgiram novas mensagens de agradecimento à acção que este Papa teve durante a Segunda Guerra Mundial. Aos olhos da comunidade judaica, segundo as referências que pudemos obter, revelam um agradecimento especial à Igreja Católica, em particular ao Papa Pio XII. Tal como defende Pinchas Lapide, provavelmente nunca nenhum outro Papa na história foi tão gratulado pelos judeus como foi Pio XII<sup>178</sup>.

Aqueles que não acreditavam na acção da Igreja Católica em auxílio dos judeus começam lentamente a alterar as suas posições, motivados principalmente pelas novas informações que vão surgindo e que eram desconhecidas do grande

---

<sup>176</sup> Cf. DALIN, David, *The myth of Hitler’s Pope*, p. 99, disponível in <http://books.google.co.uk/books?id=qAmKnonoAB0C&pg=PP7&lpg=PP1&dq=the+myth+of+hitler%27s+pope>, acedido a 20-05-2013.

<sup>177</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 100.

<sup>178</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 103.

público. Um desses casos foi o do memorial ao Holocausto em Israel o *Yad Vashem*, que alterou o texto que fazia referência a Pio XII, destacando uma comunicação rádio feita pelo Sumo Pontífice no Natal de 1942, onde referia a morte de muitas pessoas motivada pela sua etnia ou raça<sup>179</sup>. Nessa comunicação de rádio Pio XII falou da nova ordem internacional, sustentando os pontos essenciais para a ordem e pacificação da sociedade humana e teceu considerações sobre a guerra que estava a decorrer naquele momento realçando:

“O que em tempos de paz jazia comprimido explodiu, ao romper da guerra, numa triste série de actos em oposição com o espírito humano e cristão. Os acordos internacionais para fazer menos desumana a guerra, limitando-a aos combatentes, e para regular as normas da ocupação e do cativo dos vencidos, ficaram letra morta em várias partes; e quem é capaz de ver o fim deste progressivo pioramento? (...) Este voto deve-o a humanidade às centenas de milhares de pessoas que sem culpa nenhuma da sua parte, às vezes só por motivos de nacionalidade ou raça, se vêem destinadas à morte ou a um extermínio progressivo”<sup>180</sup>.

Na temática sobre o auxílio da Igreja Católica neste período podemos ainda referir a acção de Angelo Roncalli, futuro Papa João XXIII, na ajuda aos judeus. Roncalli não só ajudou muitos judeus na Bulgária, tendo intercedido junto do Rei Boris da Bulgária, mas também na Turquia onde intercedeu junto das autoridades turcas a favor dos refugiados judeus. Para além disso acredita-se que tenha intervindo na questão da deportação dos judeus gregos.

Apesar de aqui revelarmos que muito foi feito pela Igreja em relação ao salvamento de judeus, não podemos de deixar de referir que continuam a existir múltiplas posições contrárias sobre esta matéria: apesar dos riscos a Santa Sé poderia ter assumido uma posição mais aguerrida na defesa dos judeus, mais

---

<sup>179</sup> Cf. *Israel's Yad Vashem Holocaust memorial amends text on Pope Pius XII*, disponível in <http://blogs.reuters.com/faithworld/2012/07/02/israels-yad-vashem-holocaust-memorial-amends-text-on-pope-pius-xii/>, acedido a 20-05-2013.

<sup>180</sup> Cf. Radiomensagem do Santo Padre Pio XII, “Con sempre nuova freschezza” (24 de Dezembro de 1942), disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/1942/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19421224\\_radiomessage-christmas\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19421224_radiomessage-christmas_po.html), acedido a 22-05-2013.

ainda quando as perseguições feitas a judeus durante séculos estiveram associadas à Igreja Católica e à sua doutrina.

Não obstante os registos que demonstram a ajuda da Igreja aos judeus, existem ao mesmo tempo questões que nos fazem questionar o alcance da sua actividade e a possibilidade de ter existido um compromisso obscuro com o regime hitleriano, sobretudo motivado pelo dinheiro que era retirado aos judeus.

Associado a esta questão surge um caso ambíguo que ainda hoje continua a ter algum destaque no interior do Vaticano. O chamado caso *Alperin vs. Vatican Bank* revela outra perspectiva do Vaticano na óptica de alguns sobreviventes do Holocausto. De acordo com os dados disponíveis,

*“A group of twenty-four individuals and four organizations (the “Holocaust Survivors”) claim that the Vatican Bank, known by its official title Istituto per le Opere di Religione, the Order of Friars Minor, and the Croatian Liberation Movement (Hrvatski Oslobodilacki Pokret), profited from the genocidal acts of the Croatian Ustasha political regime (the “Ustasha”), which was supported throughout World War II by Nazi forces. That profit allegedly passed through the Vatican Bank in the form of proceeds from looted assets and slave labor. The Holocaust Survivors brought suit in federal court claiming conversion, unjust enrichment, restitution, the right to an accounting, and human rights violations and violations of international law arising out of the defendants' alleged involvement with the Ustasha during and following World War II”*<sup>181</sup>.

Este caso prende-se com acusações de que a Santa Sé teria sido conivente e até auxiliado parte da Ustaše, o movimento terrorista croata, de matriz próxima do nazismo, na transferência para Roma de ouro que pertencera aos judeus após o final da Segunda Guerra Mundial.

A acusação, maioritariamente feita por sobreviventes sérvios, judeus, ciganos e ucranianos dos campos nazis, afirma ainda que na movimentação de grande parte deste dinheiro estariam ainda envolvidos muitos outros países europeus. Devemos destacar ainda o papel do Banco suíço nesta estratégia, pois teria também transferido parte do dinheiro judeu para o Vaticano. A acção que foi

---

<sup>181</sup> Cf. *Alperin vs. Vatican Bank*, disponível in <http://caselaw.findlaw.com/us-9th-circuit/1060713.html>, acedido a 22-05-2013.

interposta pelos sobreviventes do Holocausto no Estado da Califórnia não seria apenas contra o Instituto para as Obras de Religião (IOR), mais conhecido por Banco do Vaticano, mas também contra a Ordem dos Frades Menores, assegurando que durante os anos do conflito na Europa estes empreenderam acções contra os cristãos ortodoxos sérvios, judeus e ciganos e ajudaram na possibilidade de transporte do “ouro nazi” para Roma<sup>182</sup>. Este caso encontra-se encerrado desde 2009, tendo o tribunal salientado que “(...) *as an agency of a sovereign state, the Vatican bank is immune from such lawsuits*”<sup>183</sup>, apoiando-se no *Foreign Sovereign Act* de 1976, onde é formalmente estabelecida a protecção para com outros países soberanos, impedindo-os de virem a ser processados nos tribunais norte-americanos.

No sentido de se conseguir ter uma visão ampla dos factos sobre o papel da Santa Sé no período bélico é importante sublinhar a existência deste caso, de forma a conseguirmos perceber a extensão da actividade da Santa Sé, evidenciando, assim, que apesar de existirem muitos judeus reconhecidos pela actividade e ajuda da Santa Sé, existem outros que relatam uma situação diferente e que coloca em causa a atitude pacífica e incorruptível da igreja.

A concluir este ponto podemos dizer que a actividade desenvolvida pela Santa Sé em defesa dos judeus foi sem dúvida louvável. Existem no entanto questões que poderiam ter sido evitadas e outras que permanecem obscuras. O sentimento de acusação que se nutre pelo Vaticano e pelas suas políticas deve acima de tudo encontrar justificações concretas. Os pontos que aqui foram referidos sobre a questão judaica deixaram de fora certos casos particulares que poderiam ter sido aqui expostos, mas a extensão da matéria e a teia de ligações envolventes poderia fazer perder o rumo concreto deste trabalho.

Não se tentou tomar uma posição a favor ou contra a Santa Sé relativamente à ajuda a judeus. Tentou-se dar a conhecer a ampla informação que existe sobre tal matéria e deixar que os factos consigam abrir o caminho à verdade. Se podemos

---

<sup>182</sup> Cf. «Nazi-loot suit against Vatican dismissed», disponível in <http://ncronline.org/news/vatican/nazi-loot-suit-against-vatican-dismissed>, acedido a 24-05-2013.

<sup>183</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

criticar as acções que a Santa Sé teve neste período, devemos no entanto referir que foi um dos períodos da História em que muitas das potências envolvidas fecharam os olhos às políticas levadas a cabo pelo regime alemão. Como sustenta Éric Lebec:

*“L’anachronisme est presque inévitable lorsqu’on juge les acteurs d’une histoire contemporaine. La communauté juive américaine n’a pas voulu ouvrir les yeux sur la tragédie qui commençait. Elle s’est opposée avec succès à l’ouverture de l’asile que les Etats-Unis se flattent d’avoir créé en Amérique. Churchill et Roosevelt ont été largement indifférents à la shoah, dont le caractère particulier se confondait dans leurs regards avec les souffrances de la guerre.”*<sup>184</sup>

Ao termos em conta a conjuntura política e social da época, podemos afirmar que existiram muitas falhas que possibilitaram não só a ascensão dos regimes totalitários bem como das políticas rácicas e posterior extermínio em massa. De seguida iremos finalizar o tema da diplomacia da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial, evidenciando as movimentações e a atitude desta na parte final do conflito na Europa.

---

<sup>184</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 96.

- **A diplomacia da Santa Sé e o final do conflito bélico**

Ao longo da Segunda Guerra Mundial a Santa Sé optou sempre por uma política de neutralidade, sem no entanto prescindir da tentativa de alargamento da teia das suas relações diplomáticas e de promoção do regresso à paz. Como já foi referido anteriormente, desde o início do conflito a Santa Sé tinha-se manifestado no sentido de as potências resolverem prontamente os diferendos entre si. Porém, as agressões alemãs a países com os quais tinha firmado acordos, e até em relação a países neutros, indicavam que dificilmente a guerra teria um fim imediato, mais ainda depois da invasão da URSS pelo regime nazi.

Nos finais de 1942 Itália já tinha levado a cabo uma política de aproximação à Santa Sé, pois acreditava que só através desta poderia chegar-se a uma paz justa. Esta política teve a sua expressão máxima quando Mussolini enviou o seu genro, o Conde Ciano, como embaixador junto da Santa Sé. Este acto levantou críticas tanto da parte da Alemanha, que tinha começado a duvidar da fidelidade italiana, como da parte dos ingleses, que não confiavam nas manobras de Mussolini.

Em 1943 os Aliados chegam a Itália. A 19 de Julho os Aliados bombardeiam Roma, contrariando as informações que tinham dado a Pio XII. Alguns bairros em Roma foram afectados pelo bombardeamento, e o Papa manifestou-se contra este acontecimento e providenciou ajuda às pessoas afectadas. Como refere Giorgio Gariboldi,

*“(...) si erano abbattute case popolari, sconvolto il cimitero, distrutta la basilica di S. Lorenzo fuori di mura, una delle più antiche e venerande chiese di Roma. Le vittime furono numerose, valutate a circa millecinquecento morti e millecinquentonovanta-nove feriti”*<sup>185</sup>.

---

<sup>185</sup> Cf. GARIBOLDI, Giorgio, *Il Vaticano nella Seconda Guerra Mondiale*, p. 162.



O Papa deslocar-se-ia após os bombardeamentos à basílica de São Lourenço, para rezar no meio dos escombros junto da multidão abalada pela tragédia.

Por esta altura Pio XII e os Aliados tinham uma relação fria. Se da parte dos aliados não se entendia a contenção do Sumo Pontífice face à fatalidade humana e ao conflito que se abatia sobre a Europa, Pio XII não concordava com a forma como os aliados pretendiam chegar à paz. Nas conversações e telegramas que tinham sido efectuados entre norte-americanos, ingleses e a Santa Sé, esta tinha dado evidências em como não concordava que a paz com a Alemanha tivesse consequências brutais para este país, alegando que isso só iria influenciar um novo desequilíbrio de poderes na Europa e no mundo.

A 25 de Julho de 1943 Mussolini perde as suas funções de chefia do governo italiano, tendo sido designado pelo rei Vítor Emanuel III o marechal Pietro Badoglio para ocupar estas funções. Este acontecimento vem acelerar o desenrolar das estratégias militares em Itália para a sua libertação. Pouco tempo depois os ingleses bombardearam Roma, tendo estes bombardeamentos abrangido uma área próxima da Igreja de São João Latrão.

A 8 de Setembro foi assinado o armistício entre os italianos e os aliados de forma a fazer cessar os bombardeamentos contra civis. O marechal Badoglio informou o Vaticano deste passo em prol da paz e depressa o Sumo Pontífice percebeu que os alemães iriam responder a este acto.

Ainda em Setembro os alemães da Wehrmacht e das SS entraram em Roma, começando uma época conturbada para esta cidade. Os ghettos de Roma começaram a sofrer buscas e inúmeros judeus foram presos. Como refere Garibaldi,

*“(...) ebbe inizio la «razzia» degli ebrei di Roma, prima quelli del ghetto presso l'isola Tiberina, poi quelli di altri quartieri, sulla scorta delle liste del governo fascista del 1938”<sup>186</sup>.*

---

<sup>186</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 180.

Alguns prédios da Igreja sofreram as mesmas buscas pelos alemães, motivados pela ideia de que a Igreja teria escondido muitos judeus. Acredita-se que cerca de 1127 judeus tenham sido deportados para os campos de concentração nazi. Destes apenas 14 homens e uma mulher sobreviveram aos campos de concentração<sup>187</sup>.

Por esta altura começou a circular a ideia de que existia intenção do governo nazi de invadir o Vaticano e falava-se numa deportação do Papa. Falou-se que tal projecto tinha sido concebido por nomes de destaque do regime nazi, como Heinrich Himmler ou Martin Bormann. Nunca existiu uma confirmação oficial desta possibilidade, mas o embaixador alemão junto da Santa Sé, o barão Ernst von Weizsäcker, numa pró-memória escrita após o término da guerra, revela que Hitler chegou a idealizar a transferência do Papa Pio XII e de toda a Cúria papal para um castelo no Liechtenstein, ideia que teria sido imediatamente colocada de lado pelo Sumo Pontífice<sup>188</sup>.

Hitler sempre respeitou a neutralidade do Vaticano, mas num momento em que o seu poder começava a dar evidências de não ser invencível, Hitler acreditava que a queda de Mussolini e o entendimento entre a Itália e as tropas aliadas tinham tido ajuda do Vaticano. Era sabido desde a ascensão de Adolf Hitler que este não tinha grande reverência pela Igreja Católica e, neste período em que faltava pouco para os aliados chegarem a Roma,

*“Hitler non si fidava di papa Pacelli. I servizi segreti tedeschi si erano infiltrati in Vaticano. La Gestapo non ignorava che dentro le mura vaticane erano nascosti gli oppositori del regime nazista. Un’informazione segreta era pervenuta alla segreteria di Stato il 20 dicembre 1943, che metteva in allarme il Vaticano poiché non si escludeva un attacco contro la città del Vaticano da parte delle SS”*<sup>189</sup>.

Neste clima de instabilidade esperava-se que as tropas dos Aliados chegassem a Roma. Contudo, somente a 5 de Junho de 1944 Roma seria libertada pelas tropas aliadas. Após a libertação *“plusiers fois, le pape se montre à la loggia pour*

<sup>187</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>188</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 176.

<sup>189</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 179.

*bénir et inspirer le calme*”<sup>190</sup>, mantendo-se todavia frio e distante perante os festejos da libertação. Pio XII sentiu-se enganado, sobretudo pelos bombardeamentos que tinham afectado Roma. No entanto, a hora de libertação tinha chegado e parecia assim chegar ao fim um dos momentos mais negros para Itália. Apesar de nos restantes países ainda não se poder falar de paz, Pio XII sabia que pelo menos o perigo que ameaçava e vedava o Vaticano tinha passado, e esse era o ponto essencial para garantir a salvaguarda da Santa Sé.

Com a sucessão dos avanços das tropas aliadas sob os alemães, a vitória parecia certa. Após a libertação da Europa conheceram-se mais uma vez episódios lamentáveis como o tratamento dado a colaboradores com o regime nazi, e a revelação ao mundo da tragédia dos campos de concentração.

Pio XII tomou consciência de todos estes actos e lamentou profundamente a pérfida natureza humana. A 7 de Maio de 1945 a Alemanha rendeu-se aos aliados e no dia seguinte à União Soviética. A 9 de Maio Pio XII pronunciava uma radiomensagem sobre o fim da guerra:

“Finalmente terminou esta terrível guerra que amarrou a Europa com os laços do mais horrível e tremendo sofrimento, durante quase seis anos. Uma profunda e humilde exclamação de gratidão ergue-se do fundo de nosso coração (...) Que surja um mundo novo e melhor baseado no temor filial de Deus, na fidelidade a seus santos mandamentos, no respeito à dignidade humana e aos direitos comuns de todos os povos e de todos os estados, grandes ou pequenos, fracos ou fortes. A guerra criou um caos de ruínas, tanto no sentido moral como no material, tão grande como nunca antes a humanidade testemunhara no decorrer de toda sua longa história. Chegou agora o momento de reconstruir o mundo (...)”<sup>191</sup>.

Com a guerra terminada surgiam novos desafios para a comunidade internacional e para a Igreja. A acção que a Igreja desenvolveu ao nível político e diplomático antes e durante a guerra foi sem dúvida bastante movimentada e cheia de *nuances*. Se tentou por vezes mostrar proximidade para com os regimes

---

<sup>190</sup> Cf. LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, p. 110.

<sup>191</sup> Cf. Radiomensagem do Santo Padre Pio XII, “Ecco Alfine Terminata”, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19450509\\_radiomessage-war\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war_po.html), acedido a 25-05-2013.

totalitários aqui referidos, foi intuitivamente motivada pela luta contra o comunismo, desprezível aos olhos da Santa Sé. É importante referir que durante a guerra a URSS tentou uma aproximação à Santa Sé.

Como refere Ana Carletti, “com a ajuda americana, a URSS, considerando-se, de certa forma, já entre os vencedores, procurou se aproximar da Santa Sé, por intermédio da França”<sup>192</sup>. Contudo, a Santa Sé recusou tal aproximação, pois já se tinha manifestado não só contra a política soviética mas também contra o comportamento repressivo que a URSS tinha manifestado para com os missionários católicos em território soviético.

A condenação do comunismo deu à Santa Sé má reputação, sendo associada à aceitação das ideias e do consentimento da actividade que os regimes alemão e italiano defendiam. Porém, actualmente reconhece-se que a actividade diplomática levada a cabo pela Santa Sé foi desenvolvida com o intuito de evitar a guerra e, iniciada esta, com o propósito de que o conflito na Europa finalizasse em pouco tempo, afastando-se assim a ideia de colaboracionismo com aqueles regimes.

Relativamente à questão das perseguições aos judeus, sabe-se hoje que a Santa Sé fez esforços junto dos altos responsáveis para se conseguirem salvar judeus. Nesse sentido teve o precioso auxílio dos núncios que se encontravam nos países sob o domínio nazi e de outros acreditados em países livres, núncios que tentaram encontrar uma solução face à questão rácica. Todavia, poderia ter tido um papel mais incisivo nesta questão.

As suspeitas que se levantaram ulteriormente contra a passividade e, *quiçá*, a colaboração da Santa Sé com o regime nazi, sobretudo na questão da Croácia, continuarão a ser uma questão sem uma resposta conclusiva. Alguns documentos do Vaticano relativos a este tema foram abertos em 2010 e encontram-se

---

<sup>192</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 116, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 25-05-2013.

disponíveis para consulta *online* no site do Vaticano<sup>193</sup>. A colecção de Actos e Documentos relativos à Segunda Guerra Mundial tem mais de nove mil páginas e abrangem 5.125 documentos. O material que se encontra disponível revela os esforços da Santa Sé contra o regime de Hitler e as diligências efectuadas motivadas pela salvação dos judeus. Para além deste espólio, não poderemos ter mais certezas. O que se omitiu ou se perdeu permanecerá sempre um mistério e a verdade talvez nunca possa ser totalmente compreendida.

Eduardo Brazão refere que o final da Segunda Guerra Mundial trouxe um desfecho trágico para a Itália:

“Entende-se pois, ainda que horrorize, o desfecho da tragédia italiana. É que esta gente vê-se hoje não só com a vida inteiramente desfeita mas sem próximas perspectivas de melhoria. Uma economia paralisada, toda uma admirável rede eléctrica de comunicações ferroviárias destruída, uma inflação monetária de dimensões ciclópicas, os preços sem controlo possível, um cambio negro que surgiu timidamente e que hoje se organizou, se ramificou e se instalou, várias ocupações militares em poucos anos que destruíram material e moralmente uma sociedade, inúmeras obras de arte, orgulho legítimo deste povo e da civilização, inteiramente destruídas, uma monarquia abalada, a substituição do partido único pela poeira de partidos que se chocam, que se paralisam e que se destroem ... eis a Itália do dia de hoje, eis a Itália que ainda ontem chorou convulsivamente quando os sinos de Roma anunciaram o final da guerra”<sup>194</sup>.

Eduardo Brazão sustenta ainda que após este conflito, a Santa Sé devia reestruturar a Cúria Roma, e operar uma “desitalianização” deste órgão da Santa Sé:

“ É certo que o Santo Padre, por elegância, não irá neste momento difícil para a pátria italiana que é a sua, descarregar mais um golpe de ferida profunda que está bem aberta. Mas o início prático desta campanha deveria começar - segundo o nosso juízo que vemos aqui em Roma ter altos partidários - pelas camadas das congregações a

---

<sup>193</sup> Cf. *Actos e documentos da Santa Sé relativos ao período da II Guerra Mundial*, disponíveis in [http://www.vatican.va/archive/actes/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/actes/index_po.htm).

<sup>194</sup> Cf. BRAZÃO, Eduardo, relatório referente ao ano de 1944 intitulado *A internacionalização da Santa Sé*, pp. 10-11.

renovar com sangue novo e estrangeiro que mais tarde se reflectiria no próprio Sacro Colégio e quem sabe mesmo se em certo momento na própria cadeira de Pedro”<sup>195</sup>.

Esta ideia de Eduardo Brazão seria fundamental para se pôr em prática a verdadeira essência da Igreja Católica, que sendo universal não deveria ter o seu poder concentrado maioritariamente nas mãos de nativos italianos.

O mundo que despertava com o fim da Segunda Guerra Mundial traria novas esperanças e idealizações. Um ponto que viria alterar a conjuntura internacional foi o aparecimento de duas forças no cenário internacional: os Estados Unidos da América e a URSS. Duas forças antagónicas que mediriam continuamente as forças entre si, criando um mundo bipolar entre capitalismo e comunismo com áreas de influência e manobras políticas intensas. Perante este quadro a Santa Sé tomou muito cedo uma posição bem definida e viria a usar novamente as suas armas diplomáticas como fonte de mediação e combate ao comunismo. No ponto seguinte deste capítulo entraremos na tónica da diplomacia do Vaticano durante o período da “Guerra Fria”.

---

<sup>195</sup> Cf. *Idem, ibidem*, pp. 13-14.

## **2 – A diplomacia da Santa Sé no período “Guerra Fria”: posições, estratégias e jogos de bastidores**

O período que se iniciou após o fim da Segunda Guerra Mundial destaca o poder de duas potências no mundo: os Estados Unidos da América e a União Soviética. Apesar de se falar em “Guerra Fria” nunca chegou, de facto, a existir um conflito bélico entre estas duas potências, mas sim uma grande tensão ao nível político, económico e militar. Para além disso, existiu apoio destas duas potências em guerras localizadas que se sucederam a partir de meados do século XX.

O clima de terror que se vivia então, sempre sob a ameaça de uma guerra nuclear, causou um sentimento instável na humanidade que só viria a ser atenuado quando lentamente se encetaram medidas por parte dos dois blocos com vista ao fim deste clima de tensão. Como já foi referido anteriormente, não obstante o clima de terror motivado por uma ameaça nuclear, existia ainda um conflito ideológico entre uma doutrina capitalista defendida pelos Estados Unidos e uma doutrina comunista defendida pelo lado da União Soviética. E paralelamente a estes dois pólos contrários existiam ainda países ocidentais e orientais que apoiavam ou adoptavam uma posição próxima de uma ou outra ideologia, criando áreas de influência e definindo os “aliados” das partes envolvidas neste conflito.

A denominação “Guerra Fria” foi referida pela primeira vez em 1947 por Bernard Baruch, mas seria padronizada por Walter Lippmann. Tendo o mundo afastado a ideia de se lançar num conflito bélico das proporções da Segunda Guerra Mundial, este novo enquadramento político vai criar não só uma impossibilidade bélica à escala mundial mas ao mesmo tempo uma impossibilidade de paz verdadeira. Este clima de instabilidade ajusta-se na perfeição à denominação de “Guerra Fria”, pois recorria-se a uma política de dissuasão, de ameaças e rearmamento por ambas as partes.

Deve-se referir que apesar de se delimitar a “Guerra Fria” entre 1947 e 1989, algumas décadas contidas neste período vão ser muito ambivalentes, podendo

assim falar-se de um “conflito pleno” entre 1948 e 1955 e de um apaziguamento a partir de 1962. Nos finais dos anos 70 e até meados dos anos 80 surge novamente uma onda de maior agressividade entre ambas as partes. Posteriormente e até 1989 incentivaram-se novas políticas de conciliação entre os dois regimes, as quais colocariam um fim à “Guerra Fria”. Aos períodos de maior apaziguamento entre as partes dá-se o nome de *détente*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de reorganização da Europa e de paz no mundo pareciam ser os pontos mais importantes a ter em consideração. Ainda antes da guerra terminada já os Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética se tinham reunido de forma a conceptualizarem uma nova ordem mundial. Estes encontros entre as potências ficaram conhecidos como Conferência de Ialta (Ucrânia), decorrida em Fevereiro de 1945, e como Conferência de Potsdam (Alemanha), realizada em Agosto do mesmo ano. Destes encontros saiu ainda a idealização da Alemanha dividida em quatro zonas de influência: soviética, norte-americana, francesa e inglesa.

No final dos anos 40 assiste-se ao adensar das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, e a luta contra o comunismo reforçou-se a partir do início de 1947. Como sustenta Sale, esta luta

*“(...) ebbe come punto di riferimento ideologico-politico il celebre discorso che il Presidente fece al Congresso il 12 marzo, definito dagli osservatori politici del tempo come «dottrina Truman». In esso per la prima volta si fece esplicito riferimento alla cosiddetta strategia di contenimento nei confronti dell' espansionismo sovietico, che l'Amministrazione si impegnava davanti alla Nazione a portare avanti con determinazione per frenare l'avanzata comunista in ogni parte del mondo”*<sup>196</sup>.

Tendo em conta o novo enquadramento político internacional, é importante referir a posição da Santa Sé sobre a reorganização do mundo e o destaque que os Estados Unidos e a União Soviética viriam a ter no cenário internacional. Nesse

---

<sup>196</sup> Cf. SALE, Giovanni, *De Gasperi gli USA e il Vaticano: all'inizio della Guerra Fredda*, p. 92, disponível in <http://books.google.it/books?id=GfVRUf9U0V4C&pg=PA91&lpg=PA91&dq=il+vaticano+e+la+guerra+fredda+e+cias&source=bl&ots=YRcpqbI2aC&sig=5HrRBwpKanfkV2xTm0IEPfo7-XE&hl=it&sa=X&ei=h37IUbmtPMXB7AaJiYDIDw&ved=0CFgQ6AEwCA#v=onepage&q=il%20vaticano%20e%20la%20guerra%20fredda%20e%20cia&f=false>, acedido a 27-05-2013.



sentido, podemos dizer que a Santa Sé reforçou os incentivos para a reconstrução da Europa e fez votos para que este renascimento se fundasse nos preceitos cristãos que desde há séculos faziam parte da identidade europeia. Pode ainda acrescentar-se que durante o período da Guerra Fria a diplomacia da Santa Sé continuou a ter uma posição de destaque.

Finda a Segunda Guerra Mundial, e apercebendo-se da ascensão dos dois blocos supramencionados, o Papa Pio XII tomou consciência que doravante se iria travar um combate entre o comunismo e o pensamento livre do ocidente e apelou à criação de uma Europa unida. Perante o clima de instabilidade que agora surgia, Pio XII deu o seu apoio ao projecto de construção europeia que lentamente começava a ser delineado, realçando a necessidade de este ser construído com base nos preceitos cristãos. Como refere Giovanni Barberini:

*“Era una logica che intendeva contrapporsi, non soltanto sul piano etico e religioso, ma anche nella politica internazionale, al marxismo-leninismo divenuto sistema politico che in quegli anni, che non possono essere dimenticati, perseguiva la religione e la chiesa cattolica in particolare”*<sup>197</sup>.

De qualquer forma, Pio XII acreditava que as metas que se afiguravam necessárias neste período eram a de uma política totalmente anticomunista e de uma Europa unida como salvaguarda perante a ameaça comunista. Tendo em conta os dois pólos de influência no mundo, Pio XII sabia que novamente teria de fazer escolhas e elas mostravam-se bastante evidentes. Cedo tomou uma posição a favor do lado ocidental e criou laços fraternos com os Estados Unidos.

Porém, apesar de totalmente contrário às ideologias comunistas, Pio XII também não defendia totalmente o capitalismo norte-americano e um novo estilo de vida baseado no consumismo e no liberalismo. De resto, durante o pontificado de Pio XII, tendo em conta esta divisão entre o pensamento ocidental e o pensamento comunista, nunca se procurará uma política de abertura a Leste, onde a matriz do comunismo era bastante forte.

---

<sup>197</sup> Cf. BARBERINI, Giovanni, *L'Ostpolitik della Santa Sede*, p. 50.

Pio XII sabia bem da situação da Igreja Católica nos países sob o jugo comunista a Leste e não aceitava abrir diálogo com os líderes desses regimes. Logo em 1949, sob a direcção de Pio XII, o Santo Ofício lançou um decreto de condenação do comunismo, onde sustentava a excomunhão *ipso facto* de todos os católicos que defendessem a ideologia comunista. Apesar de este acto parecer muito penalizador e irreconciliável da parte da Igreja Católica, a verdade é que não fora a primeira condenação desta ao comunismo.

Na verdade, quando as ideias comunistas começaram a ser difundidas no século XIX muitos pontífices mostraram-se contra a nova doutrina. Na encíclica *Qui pluribus*, em 1846, Pio IX aludira ao comunismo como uma doutrina funesta e contrária ao direito natural<sup>198</sup>. Posteriormente, com a sua encíclica *Rerum novarum*, em 1891, Leão XIII reafirmara a posição contrária da Igreja a esta ideologia e expressara e fundamentara a doutrina social da igreja que definiria o movimento social católico. Com as revoluções que começaram a decorrer na Rússia e que posteriormente levariam à queda do czar Nicolau II, em 1917, a Santa Sé tomou conhecimento da amplitude que os ideais defendidos pelo comunismo tinham alcançado e começou a temer a expansão destes actos. De resto, como sublinha Barberini,

*“Gli storici affermano che gli eventi rivoluzionari dell’ottobre successivo colsero di sorpresa il Vaticano, dove fu subito chiaro che dagli eventi rivoluzionari guidati da Lenin la Santa Sede avrebbe avuto molto da perdere; anche se si manifestava, sotto la prudente guida del card. Gasparri, segretario di stato, la tendenza per il momento a non drammatizzare”*<sup>199</sup>.

Logo após estes acontecimentos, a Santa Sé começou a encontrar dificuldades ao nível das funções da Igreja Católica na Rússia. O regime bolchevista previa um desenraizamento religioso da população e isso iria criar sérios obstáculos à prática religiosa. Por volta de 1923 surgiu uma outra questão que viria a acentuar o clima pesado entre a Santa Sé e o regime russo: a condenação à morte do arcebispo católico monsenhor Cieplak.

---

<sup>198</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>199</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 10.

Apesar das dificuldades entre a Santa Sé e a Rússia, o sistema russo decidiu voltar atrás e acabou por libertar o arcebispo, talvez temendo afectar a sua imagem, num período ainda inicial do novo regime. Se Bento XV foi parco em palavras e acções contra o regime comunista, Pio XI foi mais incisivo em condenar os regimes totalitários: a sua encíclica *Divini Redemptoris* é profundamente direccionada contra o comunismo.

Além disso, Pio XI fazia sempre que possível referência nas suas alocuções à condição da Igreja Católica na Rússia e à perseguição que este regime fazia aos membros da Igreja. Acresce que Pio XI levou a cabo iniciativas com vista à ajuda e solidariedade, não só em relação à Igreja Católica na Rússia mas também à população russa, enviando para este efeito uma missão guiada pelo padre Walsh e auxílio monetário para a acção na Rússia. Pio XI continuou a condenar o comunismo e as dificuldades que a Igreja Católica passava na Rússia. No entanto também fez esforços junto das autoridades soviéticas de forma a se conseguir ajustar a situação do catolicismo neste país. Pediu ao núncio apostólico em Berlim, na altura monsenhor Pacelli, que iniciasse conversações com a embaixada da Rússia de forma a se conseguir chegar a uma situação mais adaptável à Igreja Católica.

Porém, do lado dos soviéticos não houve qualquer abertura quanto a esta questão. A chegada ao poder de Estaline também veio dificultar a situação, tendo aumentado exponencialmente as perseguições aos católicos e ao respectivo clero. Quando o contexto internacional trouxe consigo a ascensão das ideologias totalitárias referidas nos pontos anteriores, a Santa Sé olhou para estas como uma forma de travarem o comunismo e, apesar de vir a condenar a acção dos regimes totalitários, sempre teve maior aproximação (estratégica) a estes regimes do que ao comunismo, que a Igreja via como uma maldição baseada em ideais ateus.

Como se vê, muito antes de Pio XII se distanciar do comunismo, já a Santa Sé se tinha pronunciado sobre esta nova ideologia. Mas a aversão que a Igreja teve para com o comunismo vai manter-se durante o pontificado de Pio XII e de certa forma até intensificar-se; várias referências e acções deste Papa assim o

demonstram. A ruptura de relações entre o Governo soviético e a Santa Sé criou uma forte separação, traduzida no não apoio ou anuência a este regime, o que tornou difícil a ajuda por parte da Igreja aos seus membros que se encontravam presos. As condenações e perseguições a diversos bispos e padres causavam bastantes problemas à Santa Sé, podendo resumir-se a presença da Igreja católica na Rússia a:

“Pastores presos e exilados, casas religiosas e mosteiros confiscados, seminários fechados ou reduzidos ao mínimo, congregações religiosas, escolas católicas e organizações jovens suprimidas, cúrias episcopais controladas por emissários governamentais, clero dizimado e afastado de todas as realidades sociais, os jovens, os funcionários, os militares e professores impedidos de frequentar as igrejas”<sup>200</sup>.

Compreende-se, assim, a posição fechada e intransigente de Pio XII. Se para muitos as posições deste Papa foram severas de mais em relação ao regime comunista, a verdade é que na Rússia a situação também não era amigável para com os católicos. Deste modo, a Igreja passou a utilizar a denúncia como arma contra a atitude do regime soviético, como defende Céline Cros:

*“Les actions du bloc communiste, et, en particulier, de son leader l’URSS, sont durement et publiquement condamnées par le Vatican à travers chaque épisode de la guerre froide. Ces condamnations sont particulièrement sévères lorsque les intérêts de l’Église sont directement en jeu. La persécution de l’Église catholique dans les pays de l’Est, dont les plus graves sont contemporains de la guerre froide, est constamment dénoncée par le Saint-Siège”*<sup>201</sup>.

Através dos seus missionários formados no Collegium Russicum, a Igreja Católica tentou que se pudesse introduzir uma força vinda do exterior para fomentar a união da mesma, mas a verdade é que, lentamente, a Igreja começou a perder influência e o pouco poder que detinha na Rússia. Como refere Karlheinz Deschner:

---

<sup>200</sup> Cf. CASAROLI, Agostino, *O martírio da paciência*, p. 5.

<sup>201</sup> Cf. CROS, Céline, «Le Vatican et la guerre froide», p. 2, disponível in <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/autres/le-vatican-et-la-guerre-froide-article-n-1-vol-37-pg-48-49-979134>, acedido a 28-05-2013.

*“In fondo, Roma in Russia aveva perduto tutto; nel 1936 in tutta l’URSS c’erano ancora circa cinquanta preti cattolici, nel 1937 ancora dieci o undici chiese cattoliche aperte, nel 1939 soltanto due: quella di Mosca con l’assunzionista Braun e quella di Leningrado con il domenicano francese Florent”*<sup>202</sup>.

Podemos assim dizer que, antes do pontificado de Pio XII e antes do início da Segunda Guerra Mundial, a Igreja Católica já se tinha confrontado com a ideologia comunista. Durante os anos da guerra as relações vão manter-se imutáveis. No entanto, como já foi registado no ponto anterior, existiu da parte da União Soviética uma tentativa de aproximação à Santa Sé, que esta recusou. O anticomunismo de Pio XII foi sempre um ponto assente até ao fim do seu pontificado: defendia que só uma Europa unida podia travar o alastramento desta ideologia.

Em Itália, logo após o fim da guerra, a Santa Sé apoiou a criação do partido democrata cristão, tendo como objectivo evitar o crescimento dos partidários de esquerda em Itália. De facto, durante a Segunda Guerra Mundial, grande parte da resistência italiana era mais a favor dos ideais de esquerda e Pio XII sabia que era possível estes ganharem terreno entre a população italiana.

As acções que a Santa Sé empreendeu contra o comunismo foram bastante evidentes, mas a Igreja tinha que ter em conta os inúmeros problemas que existiam com os católicos do leste europeu sob o jugo comunista, onde a situação era mais crítica. Países como Jugoslávia, Hungria, Polónia, Checoslováquia, Bulgária e Roménia tinham uma política anti-religiosa manifesta e que já tinha causado algumas vítimas no seio da hierarquia católica, como foram os casos de monsenhor Stepinac, arcebispo de Zagreb, do cardeal Mindszenty na Hungria ou do cardeal Wyszyński na Polónia.

No final do pontificado de Pio XII a União Soviética mostrou sinais de aproximação ao Vaticano. Como descreve Giovanni Barberini

*“(…) nel luglio 1957 l’ambasciatore sovietico a Bonn aveva manifestato al giornale tedesco «Frankfurter Allgemeine Zeitung» il desiderio del governo sovietico di*

---

<sup>202</sup> Cf. DESCHNER, Karlheinz, *La politica dei Papi nel XX secolo*, pp. 104-105.

*allacciare relazioni diplomatiche con la Santa Sede, in considerazione della grande influenza morale da essa esercitata nel mondo (...)*<sup>203</sup>.

O Vaticano considerava todas as manifestações de aproximação por parte do regime soviético como meramente instrumentais e manteve a sua posição distante e incompatível com este regime. Estas pequenas movimentações vão dar um novo contributo para a possibilidade de diálogo entre as partes. No entanto, os soviéticos ainda teriam de esperar algumas mudanças no interior do Vaticano e essas pareciam estar próximas.

Com a morte de Pio XII abre-se um novo capítulo na história e diplomacia da Santa Sé. O Papa João XXIII torna-se o novo Sumo Pontífice da Igreja Católica após anos de funções diplomáticas ao serviço da Igreja. Defende-se que com João XXIII se abre um novo ciclo na Igreja, não só ao nível da relação da Santa Sé com a União Soviética, mas sobretudo ao nível interno da Igreja.

É com este papa que se inicia o Concílio Vaticano II, acontecimento renovador para a Igreja, visando a adaptação desta aos desafios do mundo moderno e a definição de uma nova conceptualização e aproximação aos povos. É ainda sob o pontificado de João XXIII que vão ocorrer algumas tensões ao nível da “Guerra Fria”, com a Crise dos Mísseis de Cuba, mas ao mesmo tempo defende-se que este foi o primeiro Papa a criar bases para se promover o diálogo entre a União Soviética e a Santa Sé.

Esta política de abertura denomina-se Ostpolitik, expressão de origem germânica que se refere a um projecto de harmonia entre os países do Este e Leste europeu. Podemos definir Ostpolitik como a “política levada a cabo pela RFA durante o governo de Willy Brandt (1969-1974), a fim de normalizar as relações diplomáticas com os países do Leste, apesar dos contenciosos pendentes; dependia a potenciação do entendimento e da distensão, bem como o estabelecimento de relações comerciais importantes”<sup>204</sup>. Contudo, ao nível da Igreja Católica esta definição toma outro sentido, na medida em que

---

<sup>203</sup> Cf. BARBERINI, Giovanni, *L'Ostpolitik della Santa Sede*, p. 58.

<sup>204</sup> Cf. Lexicoteca Moderna Enciclopédia Universal, volume 14, p. 140.

pretende referir-se às movimentações e actuações por parte da Santa Sé, tendo em vista uma aproximação aos países comunistas, de forma a regular a situação da Igreja nestes países.

Apesar de se definir este pontificado como ponto de mudança nas relações entre a Santa Sé e os regimes comunistas do leste da Europa, já ficou referido que as primeiras iniciativas para se promoverem conversações entre as duas partes tinham começado no final do pontificado de Pio XII. Esta aproximação da União Soviética motivou-se pela “desestalinização” que começava a ocorrer na Rússia. A nova política de coexistência pacífica levada a cabo por Nikita Khrushchev abria a possibilidade para o diálogo com a Igreja e criava a possibilidade de reajustar a situação dos católicos nos países comunistas. A política isolacionista adoptada pela Igreja no pontificado anterior tinha-a condicionado bastante. Apesar disso, João XXIII acreditava que era o momento de quebrar barreiras.

Quando o Concílio Vaticano II foi convocado, João XXIII manifestou interesse na presença dos bispos dos países comunistas do Centro-Leste da Europa e na participação de algumas igrejas de outro rito cristão, em particular as ortodoxas. Exceptuando os representantes da China e da Albânia, muitos representantes dos episcopados do Leste conseguiram estar presentes, como foi o caso da Jugoslávia, da Polónia, da Hungria, da Checoslováquia e da Alemanha do Leste, entre outros. De facto, só estas presenças já asseguravam uma mudança de atitude do lado comunista, em particular de Moscovo, pois o comparecimento destes membros do bloco de Leste

“(...) pressupunha um consentimento dos governos do bloco soviético, mas sobretudo do Kremlin. (...) sem dúvida, um sinal dos mais indicativos de uma novidade incipiente que abria o coração do Papa a esperanças maiores”<sup>205</sup>.

Ao mesmo tempo que se abria o Concílio, no panorama internacional nascia um conflito que parecia por em risco todo o mundo: a crise dos mísseis de Cuba, que opôs os Estados Unidos da América à URSS e veio reforçar o perigo de uma

---

<sup>205</sup> Cf. CASAROLI, Agostino, *O martírio da paciência*, p. 19.

guerra nuclear à escala planetária. Neste contexto de tensão máxima entre potências antagónicas, o Papa João XXIII tentou conciliar ambas as partes do conflito. Como sustenta Anna Carletti:

“Durante a crise dos mísseis, entre Estados Unidos e URSS, João XXIII dialogou com todas as partes envolvidas, telefonando várias vezes ao presidente americano, Kennedy, e escrevendo ao presidente russo, Khrushchev. Já no ano precedente, em 1961, por meio de uma mensagem radiofónica dirigiu-se às grandes potências enviando um apelo em favor da paz mundial e pelo fim da Guerra Fria. Essa nova atitude do papado surpreendeu a opinião pública internacional que seguiu atentamente também a actuação da mediação pontifícia na crise dos mísseis, considerada por alguns, entre os quais João XXIII, como um «teatro de sombras chinesas»”<sup>206</sup>.

A mediação de João XXIII apelando à paz foi importante para os dois presidentes voltarem atrás nos seus objectivos de conflito, sendo relevante para futuras conversações entre ambas as partes o diálogo que iniciou com o Presidente Khrushchev. O Presidente Khrushchev chegou a fazer bastantes referências à acção do Papa João XXIII, elogiando o seu humanismo e tudo o que tinha feito pela paz<sup>207</sup>.

A partir de então podemos dizer que, da parte soviética, começou a existir interesse em reabilitar as relações com a Santa Sé. Um dos movimentos que a URSS fez para se aproximar da Santa Sé foi a questão do arcebispo ucraniano Slipij, que se encontrava desterrado na Sibéria. Khrushchev atendeu aos pedidos que tinham sido feitos pela Igreja, concedendo perdão a Slipij e depois libertando-o. João XXIII decidiu recorrer a Agostino Casaroli para promover o diálogo com o Leste. Casaroli, na altura subsecretário da primeira secção dos Negócios Estrangeiros do Vaticano, seria uma peça-chave para a Ostpolitik da Santa Sé, sobretudo no decorrer dos anos 60 e 70, em que parecia difícil de penetrar para além da Cortina de Ferro. Apesar de podermos pensar que a sua actividade teria algum interesse político, a verdade é que esta se resumia

---

<sup>206</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 130, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 28-05-2013.

<sup>207</sup> Cf. CASAROLI, Agostino, *O martírio da paciência*, p. 22.



simplesmente à tentativa de reestabelecer e encorajar a “Igreja do silêncio” existente a Leste.

Casaroli revela que no momento em que iniciou as suas movimentações a Leste, parecia-lhe que um novo sentimento pairava sob estes países fechados ao ocidente:

“Para mim, foi motivo de perplexidade, entre outras coisas, a naturalidade com que me ordenavam que passasse fronteiras que há muito nos estavam ferreamente fechadas. Contudo, posso acrescentar que esta parte foi a menos difícil da empresa, pois os funcionários das embaixadas da Hungria e da Checoslováquia em Viena, com quem tive de tomar contacto para a organização da minha viagem às suas respectivas capitais, não pareceram surpreendidos por um pedido de ‘visto’ que, noutros tempos, os teria feito saltar de incredulidade; era como se esperassem e tivessem já instruções para concedê-lo e facilitar a minha viagem. Isto espantou-me deveras, tanto mais que ainda percebia pouco de certos atalhos ou canais secretos das diplomacias”<sup>208</sup>.

A tarefa que Agostino Casaroli iria encetar resumia-se, assim, a questões relacionadas com a nomeação dos bispos, às novas circunscrições diocesanas fruto do conserto geográfico de grande parte dos países do Leste e ao reconhecimento da liberdade de culto e do ensino religioso nestes países. No âmbito das conversações da Igreja Católica com os países comunistas deve destacar-se o papel dos dirigentes comunistas, sem os quais não teria sido possível chegar a uma quase normalização da actividade daquela nestes países, mas que ao mesmo tempo se mostravam pouco preparados para as conversações com a igreja. Como afirma Marcel Merle referindo-se aos dirigentes comunistas, estes

*“(...) ont donc été obligés de consentir à toute une série de concessions auxquelles ils étaient, à l’origine, peu préparés ; mais ils se trouvent au bout du compte légitimés d’une certaine manière en tant qu’interlocuteurs du pouvoir*

---

<sup>208</sup> Cf. CASAROLI, Agostino, *O martírio da paciência*, p. 25.

*ecclésiastique local sinon de la hiérarchie romaine.(...) Quoi qu'il en soit, un pas décisif a été franchi :l'Église de l'Est est sortie du silence*"<sup>209</sup>.

A reforçar este espírito de aparente abertura a Leste, foi publicada a encíclica *Pacem in Terris* a 11 de Abril de 1963. Nela vêm expressos apelos à paz e subentende-se uma referência ao diálogo com o bloco de Leste:

“A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, mas um movimento, mergulhado como está em situações históricas em contínuo devir, não pode deixar de lhes sofrer o influxo e, portanto, é susceptível de alterações profundas. De resto, quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da recta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos dignos de aprovação? Pode, por conseguinte, acontecer que encontros de ordem prática, considerados até agora inúteis para ambos os lados, sejam hoje ou possam vir a ser amanhã, verdadeiramente frutuozos. Decidir se já chegou tal momento ou não, e estabelecer em que modos e graus se hão-de conjugar esforços na demanda de objectivos económicos, sociais, culturais, políticos, que se revelem desejáveis e úteis para o bem comum, são problemas que só pode resolver a virtude da prudência, moderadora de todas as virtudes que regem a vida individual e social”<sup>210</sup>.

Pode assim dizer-se que, para a Santa Sé, o diálogo mostrava-se auspicioso e dava a entender, de certa forma, o sucesso perante as exigências que a mesma fazia aos regimes do bloco comunista. Assim,

*“En faisant le point des démarches entreprises, les responsables du Vatican étaient devenus optimistes. Selon eux, les dirigeants des pays communistes avaient appris qu'en persécutant l'Église, on ne la supprimait pas mais on la réduisait à la clandestinité. Ils n'avaient donc plus d'autre alternative que de la tolérer dans les conditions les plus acceptables pour eux”*<sup>211</sup>.

Todavia, apesar do quadro de relações da Igreja Católica com os regimes comunistas, ainda não poderia falar-se de uma proximidade efectiva entre ambas as partes. As movimentações que eram feitas apenas ajudavam a uma

<sup>209</sup> Cf. MERLE, Marcel, "Le Saint-Siège dans les relations Est-Ouest", in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 108.

<sup>210</sup> Cf. Encíclica *Pacem in Terris*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_xxiii/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html), acedido a 29-05-2013.

<sup>211</sup> Cf. ROUXEL, Jean-Yves, *Le Saint-Siège sur la scène internationale*, p. 231.

harmonização entre ambas as partes e foram crescendo passo a passo. Uma questão que ilustra este crescimento progressivo foi o aumento do número de participantes do clero do bloco comunista da primeira para a segunda sessão do Concílio Vaticano II. Contudo, tal não revela a pacificação da actividade católica nestes países. Assim, não obstante a política de “degelo” face à Igreja que se operou a Leste, ainda seriam necessários alguns passos para se conseguir chegar a uma situação de regulação plena entre ambas as partes.

Com o Papa Paulo VI nasceria um novo estilo de pontificado. Pela primeira vez podemos falar de um Papa viajante, que se preocupava com as Relações Internacionais e os problemas mais relevantes nesse momento em tal domínio. Paulo VI insistiu fortemente na *détente*, apoiando-se no diálogo enquanto forma evangelizadora que possibilitava a aproximação entre as partes. Este pontífice vai ser produtivo no incentivo a uma política de Leste e, ao mesmo tempo, na tentativa de conciliar as diferentes opiniões de alas existentes dentro do Vaticano sobre o assunto. A consideração que Paulo VI tinha pela sociedade internacional manifestou-se sempre ao longo do seu pontificado, não só devido às suas viagens apostólicas, mas pela importância que via nas organizações internacionais. Em Outubro de 1965 Paulo VI visita as Nações Unidas. No seu discurso proferido na ONU, Paulo VI fez referência à paz no mundo:

“A paz, vós o sabeis, não se constrói somente por meio da política e do equilíbrio das forças e dos interesses. Ela constrói-se com o espírito, as ideias, as obras da paz. Vós trabalhais nesta grande obra. Mas não estais ainda senão no começo da vossa tarefa. Chegará um dia o mundo a mudar a mentalidade particularista e belicosa que até agora tem tecido uma tão grande parte da sua história? É difícil prevêê-lo (...)”<sup>212</sup>.

Apesar de ter profundo interesse pelas questões internacionais, que na época se prendiam com valores importantes que a Santa Sé defendia, a verdade é que Paulo VI teve muitas dúvidas em relação a estabelecer o diálogo a Leste. Não temia o diálogo, mas antes o resultado que este poderia dar à imagem da Santa

---

<sup>212</sup> Cf. *Discurso do Papa Paulo VI na Sede da O.N.U.*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_po.html), acedido a 29-05-2013.

Sé. Pio XII tinha sido cauteloso e fechado ao ponto de achar que o diálogo com os países comunistas podia significar uma aprovação desta política; Paulo VI também pensava nesta questão. Ao mesmo tempo o Vaticano sabia que tinha de agir em favor da Igreja Católica, que na maior parte desses países vivia em situações de clandestinidade, e percebia que ao iniciar conversações não poderia depois servir-se de uma política acusadora como tinha feito Pio XII. Para além disso, alguns sectores da Igreja Católica temiam que as movimentações a Leste pudessem prejudicar ainda mais a Santa Sé, pois esta ainda continuava a ser vista como retrógrada aos olhos da comunidade internacional e, agora, parecia tornar-se conciliadora com os regimes comunistas.

A verdade é que, por muitas contrariedades que existissem dentro da Igreja Católica sobre esta matéria, Paulo VI sabia que algo devia ser feito, e a abertura que o bloco de Leste tinha começado a dirigir à Santa Sé parecia ser propícia para a resolução das divergências entre esta e os países comunistas. Paulo VI tinha ainda conhecimento sobre as movimentações que Agostino Casaroli tinha feito em torno desta questão e sabia que não se podia colocar de lado todo o trabalho já feito.

A política diplomática levada a cabo pela Santa Sé começou por se dirigir para a Hungria, a Checoslováquia e a Jugoslávia, apesar de neste grupo de países ser na Checoslováquia que existia uma situação mais difícil e menos amistosa para com a Igreja Católica. Lentamente conseguiram-se algumas conquistas. Em Setembro de 1964 será assinado um acordo com a Hungria, intitulado Protocolo Anexo; mais tarde, em 1966, é a vez de a Jugoslávia assinar um acordo com a Santa Sé, onde ficava consagrada a autoridade dos bispos sobre os católicos; em 1969 e 1972 dois outros acordos foram feitos com a Hungria, o que permitiu à Santa Sé nomear alguns bispos e regular a catequese das crianças. Porém, como foi referido, com a Checoslováquia a questão sempre foi mais difícil e, como refere Jean-Yves Rouxel:

*“(...) le Pape Paul VI réussira à nommer quelques évêques grâce à la négociation d’un Modus Vivendi, mais qui ne permit pas de faire repartir les écoles et la presse*

*catholique, ni de faire revenir le gouvernement sur le principe de l'interdiction des congrégations*”<sup>213</sup>.

Após a Primavera de Praga foi ainda mais difícil à Igreja Católica criar laços com a Checoslováquia. O mesmo acontecia na Roménia e na Bulgária, onde a Igreja Católica, para além de ter presença reduzida, vira a sua hierarquia eclesiástica praticamente dizimada. Na Alemanha de Leste, apesar de existir também uma minoria católica, conseguiram-se grandes avanços para a Igreja. Contudo, um país destacava-se a Leste: a Polónia. Apesar de se encontrar sob o jugo comunista, o catolicismo na Polónia surgia como ponto unificador de toda a população, que sendo apegada às suas tradições não permitia colocar a religião em segundo plano. Pese embora a existência de situações complicadas com membros do clero, a verdade é que na Polónia a Igreja ainda detinha alguma autonomia e tinha conseguido transformar a fé no cordão opositor ao seu regime comunista. Assim,

*“Les polonais évitèrent bien des tensions qui se déroulent pourtant lorsque les catholiques s’opposèrent à certaines mesures prises par le gouvernement comme le projet de législation de 1960 sur l’avortement, et que le gouvernement répliqua par des mesures de rétorsion comme des impôts supplémentaires”*<sup>214</sup>.

Pode dizer-se que a necessidade de estabelecer relações com estes países prendia-se com três pontos essenciais: num primeiro ponto existia a necessidade do reconhecimento da autoridade do Papa sobre os católicos destes países; depois era necessário o restabelecimento da hierarquia das dioceses; e por fim desejava-se a comunicação do clero dos países comunistas com o clero de Roma, e vice-versa<sup>215</sup>. Apesar de as relações entre a URSS e a Santa Sé, ao nível da regulação da Igreja Católica, nunca terem chegado a um ponto de grande abertura, existiu sempre da parte da Santa Sé uma motivação para apelar à situação dos católicos na Lituânia, na Bielorrússia e na Letónia.

<sup>213</sup> Cf. ROUXEL, Jean-Yves, *Le Saint-Siège sur la scène internationale*, p. 233.

<sup>214</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>215</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 234.

A partir do início do pontificado de Paulo VI e durante a década de 70, a URSS não cessou de promover uma aproximação ao Vaticano. Andrei Gromyko, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, teve vários encontros com Paulo VI. Para muitos talvez fossem incompreensíveis estes encontros. Todavia, como refere Giovanni Barberini, estas conversações tinham sobretudo a ver com temas da política internacional como as relações do Leste com os países do Oeste, o processo de distensão e a questão da Conferência de Helsínquia que se aproximava<sup>216</sup>. Pode questionar-se a importância da Santa Sé para a URSS nesse momento. Afinal de contas, a Santa Sé era um elemento religioso, que não se identificava com a doutrina marxista nem com o ateísmo militante desta região da Europa. Talvez a URSS visse no Vaticano um canal de cooperação que podia pouco a pouco aproximar o bloco de Leste dos políticos do Ocidente, para além de ter percebido, desde a questão dos Mísseis de Cuba, que a voz do Papa era poderosa em várias matérias, sobretudo em relação à paz e conciliação entre os povos. Possivelmente também percebeu que a sua diplomacia podia funcionar como um canal adjacente para se promover uma maior abertura dos países do bloco comunista. O certo é que existiu um incremento de relações entre a URSS e a Santa Sé, de tal forma que, durante os preparativos para a Conferência de Helsínquia, a URSS pediu que a Santa Sé estivesse presente na futura conferência por ser um elemento importante na moderação internacional.

A ideia desta conferência partiu dos países signatários do Pacto de Varsóvia e a importância deste acontecimento está relacionado com a conjuntura política da época e a ameaça à segurança mundial, assunto a ter em conta nesta época. Assim:

*“La conferenza di Helsinki ha segnato, aldilà di ogni riserva o perplessità, un momento di aggregazione di tutti i paesi europei rappresentati nel momento più significativo, quello della firma dell’atto finale, dai loro capi di stato e di governo, e il primo generale incontro dopo la seconda guerra mondiale”*<sup>217</sup>.

---

<sup>216</sup> Cf. BARBERINI, Giovanni, *L’Ostpolitik della Santa Sede*, p. 101.

<sup>217</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 325.

A Santa Sé participou na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, conferência que ficaria mais conhecida como Conferência de Helsínquia e que decorreu entre 1973 e 1975. Foi enviado como representante do Sumo Pontífice o cardeal Agostino Casaroli e, tal como sustenta Anna Carletti:

“Pela primeira vez, a Santa Sé participava como protagonista no mesmo nível que outros Estados discutindo temas relevantes como o respeito dos direitos humanos, a liberdade de pensamento e em particular a liberdade de religião. O Cardeal Casaroli participou da conferência e da redacção do documento final discutindo com personagens do mundo comunista como Leonid Brezhnev, Josip Broz Tito, Nicolai Ceausescu e figuras do mundo ocidental como Henry Ford, Valéry Giscard D’Estaing e Harold Wilson”<sup>218</sup>.

Desta conferência resultaram políticas que viriam a favorecer o apaziguamento das relações entre os dois blocos, como o reconhecimento das fronteiras estipuladas após 1945, ponto importante para a URSS porque implicava a admissão da sua legitimidade num mundo bipolar.

Ao mesmo tempo que a posição da Santa Sé no cenário internacional foi ganhando importância no diálogo com o comunismo, a mesma começa lentamente a apontar o dedo ao capitalismo selvagem do ocidente. Assim, antes da representação na Conferência de Helsínquia, já Paulo VI, com a encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, tinha condenado o modelo imperante nos países ricos do ocidente:

“ (...) não resta dúvida alguma de que o equipamento existente está longe de bastar para se opor à dura realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu mecanismo arrasta o mundo, mais para a agravação do que para a atenuação da disparidade dos níveis de vida: os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns

---

<sup>218</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 144, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 30-05-2013.

produzem em excesso géneros alimentícios, que faltam cruelmente a outros, vendo estes últimos tornarem-se incertas as suas exportações”<sup>219</sup>.

Com esta posição Paulo VI não pretendeu optar pelo lado comunista. A sua intenção foi a de tentar denunciar que, tal como o comunismo estava impregnado de teorias perigosas, também o capitalismo surgia como uma ideologia desregrada que cada vez mais estabelecia uma disparidade entre os países ricos e os países pobres, criando ilusões nas pessoas e sustentando uma sociedade fútil. Através deste equilibrar de malefícios, Paulo VI tentou mostrar que na sociedade da era “Guerra Fria” nenhum dos lados estava isento de culpa e seria exactamente destacando a imperfeição de ambas as partes que talvez se pudesse chegar a uma nova sociedade internacional suportada por preceitos éticos mais sãos para a condição humana.

Neste ponto é ainda importante referir que a *Ostpolitik* que a Santa Sé levou a cabo face aos regimes comunistas de Leste foi anterior à *Ostpolitik* que Willy Brant encetaria em relação aos países do Leste da Europa, colocando de lado os preceitos da doutrina Hallstein. Na verdade, as políticas de abertura que começaram com Willy Brant são a verdadeira definição de *Ostpolitik*. Da parte do Vaticano, aquilo que existiu foi uma diplomacia de diálogo que pretendia aliviar as punições e perseguições que vinham a ser feitas ao clero católico no bloco comunista. No entanto, não se pode dizer que a Santa Sé não tenha visto com bons olhos as políticas de aproximação levadas a cabo por Willy Brant, tendo existido até uma parceria e suporte de ambas as partes. Destaca-se nesse sentido o encontro entre Paulo VI e Willy Brant em Julho de 1970, apoiando o Papa as novas políticas de aproximação levadas a cabo pelo Chanceler da Alemanha, e ainda após a Conferência de Helsínquia esta reciprocidade continuou, tendo sido criada uma estratégia entre a Santa Sé, Bona e o Leste, que foi bastante importante para o seguimento das políticas de “degelo”.

---

<sup>219</sup> Cf. Encíclica *Populorum Progressio*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html), acedido a 30-05-2013.



No final do pontificado, Paulo VI ver-se-ia confrontado com novos problemas motivados pelo comunismo e pelos ideais de esquerda. Esses problemas surgiram em Itália, onde o terrorismo das Brigadas Vermelhas parecia querer destruir o poder da Democracia Cristã, bastião da Igreja Católica. Para além disso, a lei do divórcio em Itália tinha representado uma grande derrota da Igreja Católica neste país. As mudanças sociais em Itália faziam a Igreja temer uma perda de poder nesta sociedade. Quando o primeiro-ministro italiano Aldo Moro foi sequestrado, Paulo VI apelou às Brigadas Vermelhas a favor da sua libertação. As suas palavras não foram atendidas e Aldo Moro acabaria por morrer. O assassinato deste seu amigo causou grande comoção a Paulo VI e, apenas alguns meses após esta tragédia em Itália, Paulo VI viria a falecer. A este Papa deve-se um forte interesse pela comunidade internacional, mas também um maior diálogo com o bloco comunista. A sua política de *modus non moriendi* relativamente aos países comunistas, por mais útil que fosse para o catolicismo nestes países fez com que muitos fiéis reprovassem o diálogo entre a Santa Sé e os regimes comunistas, olhando para esta questão como uma espécie de “parceria com o inimigo”.

Noutro plano, foi Paulo VI que encerrou o Concílio Vaticano II e teve de actuar de forma cuidadosa sobre as questões que se prendiam com os meios de contracepção, que permitiam regular a sexualidade humana, através da encíclica *Humanae Vitae*, sendo alvo de muitas críticas de vários sectores da sociedade. Paulo VI teve assim um precioso contributo em relação à política internacional, mas sabia que ainda muito precisava de ser feito em relação ao comunismo.

O breve pontificado de João Paulo I não durou o suficiente para conhecermos as posições deste Papa sobre a política internacional ou sobre o papel da Santa Sé em relação aos regimes comunistas. O discurso que proferiu ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé<sup>220</sup> insere-se na tónica dos seus antecessores, salientando os esforços de Paulo VI para com a diplomacia, sobretudo ao nível da

---

<sup>220</sup> Cf. Discurso do Papa João Paulo I ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_i/speeches/documents/hf\\_jp-i\\_spe31081978\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_i/speeches/documents/hf_jp-i_spe31081978_diplomatic-corps_po.html), acedido a 30-05-2013.

paz. De resto, o curto pontificado de João Paulo I ficará mais associado ao tema do escândalo do Banco do Vaticano do que propriamente aos seus intentos a Leste.

Com o seguinte Papa abre-se um novo período na Igreja, não só ao nível do estilo mediático e comunicador de que se revestiu o seu pontificado, mas também ao nível da estratégia diplomática, transformando-se esta num elemento a ter em conta para a futura queda do comunismo. João Paulo II era o Papa de Leste, que desde os primeiros dias do seu pontificado mostrou um novo estilo e parecia ser o Papa ideal para se promover uma solução nesta zona da Europa. A sua vivência no Leste dava-lhe outra perspectiva sobre a situação desta parte da Europa e acreditava que a matriz cristã destes povos seria um elemento a ter em consideração para uma possível reunificação da Europa. Assim,

*“Il rilancio della rilevanza dei popoli slavi e del loro cristianesimo costituì un elemento-cardine di un progetto culturale e politico di papa Wojtyla, che aveva come obiettivo ultimo una riunificazione del continente europeo, anticipando i mutamenti politico-istituzionali del 1989 in una visione allora quasi utopica, che in qualche modo voleva prepararli, ma che, comunque, è risultato poi vincente nella storia delle relazioni internazionali”*<sup>221</sup>.

Apesar da influência que a Igreja teve no derrube do comunismo, a verdade é que não se podem considerar as suas movimentações como a causa única e decisiva para que o bloco comunista começasse a desmembrar-se. Contudo, a eleição de um Papa de Leste veio dar um novo sopro para a idealização de uma nova Europa. Saber se esta eleição foi alguma manobra secreta por parte da Santa Sé para facilitar a queda do comunismo será uma questão que dificilmente terá resposta credível. A verdade é que na época em que João Paulo II chega a Roma o comunismo parecia uma ideologia consolidada e já se tinha espalhado a outros pontos do globo, e a ideia de uma Europa dividida em dois sistemas políticos tinha ficado esclarecida nos Acordos de Helsínquia.

---

<sup>221</sup> Cf. BARBERINI, Giovanni, *L'Ostpolitik della Santa Sede*, p. 387.

O carácter particular de João Paulo II logo no início do seu pontificado começou a manifestar-se em relação à “igreja do silêncio”. Os seus discursos, as suas viagens e a sua forma de alertar para a realidade dos povos que viviam para lá da Cortina de Ferro foram fundamentais para estes povos se sentirem de certa forma representados, e rapidamente a sua voz ganhou importância a nível internacional. Neste plano o comunismo parecia fortemente consolidado, mas João Paulo II parecia ver que o tempo era de mudança e que a Igreja Católica podia ajudar nesta mudança. Após a morte do Cardeal Villot, Secretário de Estado do Vaticano até Março de 1979, João Paulo II escolheu o cardeal Agostino Casaroli para seu sucessor. Casaroli era um conhecedor profundo da situação dos países comunistas, como já foi referido. A escolha de Casaroli como novo Secretário de Estado significou para muitos uma mudança estratégica da Santa Sé, que parecia virar-se para uma política a Leste e atacar o “problema comunista” com insistência.

Na sua primeira viagem apostólica João Paulo II deslocou-se à sua Polónia natal. Esta viagem foi importante para se conhecer o estilo do novo Papa e para que ele reforçasse junto da população polaca a união como forma de oposição ao regime comunista. Posteriormente, ao discursar na Unesco em 1980, a comunidade internacional conseguiu ler nas entrelinhas o interesse de João Paulo II por um mundo livre. Como refere Bernard Lecomte, o discurso de João Paulo II “em substância, sublinha que a crise do mundo moderno é a do humanismo, e que é na *cultura* que se encontrará a resposta para essa crise. Ora, a cultura não é produto das forças económicas, como afirmam os marxistas, mas do espírito humano”<sup>222</sup>. Desta forma, João Paulo II pretendia reforçar a ideia de que somente através da cultura um povo consegue dominar os totalitarismos de que é vítima e, assim, desassociado do sistema marxista, o Homem não pertence a um sistema, antes pertence à sua cultura, ao seu povo e às suas tradições, que são muito anteriores ao comunismo.

---

<sup>222</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, p. 334.

João Paulo II promove um discurso com base nos valores cristãos primitivos de todas as nações que integram o bloco de Leste e, ao mesmo tempo, pede a todos os bispos destes países para recuperarem as festividades cristãs que tinham sido suprimidas sob o jugo comunista, multiplicando assim as acções e pressão a Leste. Ao mesmo tempo, inúmeros representantes desta zona da Europa começam a invadir os corredores do Vaticano, não só para serem recebidos pelo Santo Padre, mas também para ocuparem novos cargos neste mini-Estado, denotando assim que a política do “degelo” se fazia também sentir no interior do Vaticano. Paralelamente a este reforço com o clero católico dos países do bloco comunista, a Santa Sé não cessou de manter conversações com a Rússia. Pouco tempo após a sua eleição, João Paulo II recebeu em Roma Andrei Gromyko, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, tendo o tema deste encontro incidido sobre as violações à liberdade religiosa na URSS. Após este encontro, a URSS percebeu que estaria perante um Papa com um carácter diferente daqueles com quem tinha iniciado conversações e que a ideia de uma cooperação moderada entre a Rússia e a Santa Sé poderia estar em risco.

Ao mesmo tempo que continua o diálogo a Leste, João Paulo II consegue reforçar os laços com os Estados Unidos da América. Em 1984, durante a governação Reagan, a Santa Sé consegue firmar laços diplomáticos com os Estados Unidos. A 10 de Janeiro de 1984 os Estados Unidos anunciaram o estabelecimento de relações com a Santa Sé e, em Março do mesmo ano, o Senado norte-americano confirmou William A. Wilson como o primeiro embaixador junto da Santa Sé. Por parte da Santa Sé foi enviado o arcebispo Pio Laghi como primeiro Núncio Apostólico nos Estados Unidos. Este fortalecimento de relações entre a Santa Sé e os Estados Unidos também foi bastante útil para reforçar o embate contra o comunismo. Apesar de existirem algumas reservas de ambas as partes, como sustenta Anna Carletti:

“Os pontos de convergência entre os dois governos encontraram-se na luta antimarxista e antiliberal, mesmo se existiam divergências entre as visões do papa e do

presidente norte-americano, como, por exemplo, a divergência relativa à política beligerante de Reagan”<sup>223</sup>.

Se a Santa Sé tinha interesse em fazer valer a acção da Igreja para lá da cortina de ferro, os Estados Unidos tinham interesse em expandir a sua influência para esta área e em lucrar, sobretudo a nível dos mercados.

De todo o modo a Santa Sé precisava de aliados nesta luta contra o comunismo e, apesar de na história da queda do comunismo muitas outras questões terem sido mais relevantes e incisivas para uma nova conjuntura internacional, toda a actividade que a Santa Sé levou a cabo, de forma oficial ou mais secretamente, teve um papel marcante para o futuro destes povos. Ao mesmo tempo que a Igreja se movia entre os dois blocos, na Polónia pequenas movimentações faziam querer que algo iria mudar naquele país.

A Polónia, que sempre usara o catolicismo como arma unificadora da população contra o regime que aí imperava, vivia no início da década de 80 um período bastante difícil a nível económico e social. Neste clima nascem as agitações operárias, sendo formado posteriormente o sindicato livre *Solidarnosc* chefiado por Lech Walesa. As movimentações deste sindicato serão decisivas para destabilizar progressivamente o regime polaco. Defende-se que João Paulo II ajudou a financiar este sindicato, com o auxílio dos Estados Unidos. Carl Bernstein, num artigo publicado anteriormente na revista *Time*, sustenta que no primeiro encontro entre o Presidente Reagan e João Paulo II, a 7 de Junho de 1982, se teriam lançado as bases de apoio:

*“In that meeting, Reagan and the Pope agreed to undertake a clandestine campaign to hasten the dissolution of the communist empire. Declares Richard Allen, Reagan's first National Security Adviser: «This was one of the great secret alliances of all time»”*<sup>224</sup>.

---

<sup>223</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 164, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 31-05-2013.

<sup>224</sup> Cf. BERNSTEIN, Carl, «Cover story: The Holy Alliance», disponível in [http://www.carl-bernstein.com/magazine\\_holy\\_alliance.php](http://www.carl-bernstein.com/magazine_holy_alliance.php), acedido a 31-05-2013.

Para além desta posição, defende-se ainda que existiu uma rede secreta europeia para destabilizar o bloco comunista.

A ideia de uma rede europeia contra o bloco soviético é defendida por Constance Cesari, que se refere a ligações entre os serviços secretos franceses e os serviços secretos do Vaticano:

*“(...) a rede Pax, organizada entre Paris e Roma, entre o SDECE e a célula de «assuntos especiais» da Santa Sé, foi classificada por Constantin Melnik, coordenador do SDECE, nos anos 60, como a «operação mais bem-sucedida dos serviços secretos do pós-guerra; aquela que produziu as consequências mais duradouras e profundas”<sup>225</sup>.*

As operações secretas levadas a cabo durante o pontificado de João Paulo II demonstram que os esforços para derrubar o comunismo partiram de várias partes. Todos os esforços e acções paralelas da Santa Sé provavelmente não teriam o fim conhecido se Gorbatchev não tivesse chegado ao poder. Assim, a partir de 1985, várias reformas que este vai lançar no sistema comunista vão ser fulcrais para o desmembramento da URSS. As políticas conhecidas como *perestroika* (reforma) e *glasnost* (transparência) inauguram um novo período na URSS, surgindo assim uma reestruturação económica, mais autonomia financeira para as empresas e estímulo salarial com base na competitividade. Para além disso, iniciou-se uma política de maior transparência, passo importantíssimo para se proporcionar uma maior abertura política e uma maior liberdade informativa, garantindo assim direitos indispensáveis para a população.

Em Junho de 1988 João Paulo II envia o cardeal Casaroli a Moscovo para as celebrações do milénio do nascimento de São Vladimiro. Nesta ocasião Casaroli entrega a Gorbatchev uma carta do Papa em que este convida Gorbatchev para uma visita ao Vaticano, onde se propunha a falar-lhe sobre o restabelecimento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a URSS, sobre a liberdade de consciência para os crentes da URSS e por, fim, sobre a

---

<sup>225</sup> Cf. CESARI, Constance, *Urbi et Orbi – a geopolítica do Vaticano*, p. 129.

situação dos católicos uniatas na Ucrânia<sup>226</sup>. Gorbachev aceita o convite, sabendo que o encontro com o Papa iria passar a imagem de bênção da Santa Sé para com as novas políticas iniciadas na URSS e que isso ajudaria a sua perseguição.

Assim, a 1 de Dezembro de 1989 Gorbachev encontra-se com João Paulo II. Na conversa que tiveram o líder soviético sustentou que as mudanças empreendidas no Leste deveriam ser feitas da forma pretendida por estes povos e não de acordo com o modelo ocidental, ideia que mereceu a concordância de João Paulo II. Como defende Bernard Lecomte, tomando as palavras de João Paulo II, este encontro seria o culminar das etapas de uma longa peregrinação rumo à liberdade<sup>227</sup>. De resto, nesse ano de 1989 tinham-se dado uma série de acontecimentos que pareciam indicar o fim do comunismo. Apoiando-nos nas palavras de Bernard Lecomte, podemos resumir assim as mudanças a Leste:

“Na Polónia, a 24 de Agosto, o católico Tadeusz Mazowiecki, velho amigo do Papa, tornou-se chefe do governo. Na Alemanha Democrática, em Setembro, as manifestações conjuntas das igrejas de Leipzig e de Berlim obrigaram o velho líder comunista, Erich Honecker, à reforma antecipada. Na Hungria, o reformador Imre Poszgay (...) declarou que o país já não era «socialista». Na Checoslováquia, a 12 de Novembro, a canonização de Inês da Boémia desencadeou a «revolução de veludo» de que Vaclav Havel saiu vencedor. (...) E sobretudo, a 9 de Novembro, o Muro de Berlim foi derrubado”<sup>228</sup>.

Na Rússia as mudanças ao nível da liberdade religiosa fizeram-se sentir. Em Março de 1990 a Santa Sé estabeleceu relações diplomáticas com a URSS. Ainda nesse ano, em Outubro, é aprovada uma lei sobre a liberdade de consciência e as organizações religiosas<sup>229</sup>. No final de 1991 dá-se a desintegração da URSS. Em Janeiro de 1992 a Santa Sé reconheceu a

---

<sup>226</sup> Cf. LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, p. 345.

<sup>227</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 347.

<sup>228</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*.

<sup>229</sup> Cf. CICCIO, Elisa, *Le Vatican sous Jean-Paul II: quelle puissance?*, p. 63, disponível in [http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO\\_Elisa\\_2007.pdf](http://urs-srv-eprints.u-strasbg.fr/259/01/DICICCIO_Elisa_2007.pdf), acedido a 31-05-2013.

Federação Russa como sucessora jurídica da URSS. Contudo, apesar da Santa Sé ter estabelecido relações diplomáticas com a Rússia e de as representações desta junto da Santa Sé terem carácter permanente, não lhes era conferida a categoria de embaixada. Só após o encontro do Papa Bento XVI com o Presidente russo Dimitri Medvedev, em 2009, se estabeleceram relações plenas entre ambas as partes, sendo o escritório russo da representação permanente junto da Santa Sé elevado à categoria de embaixada.

Apesar de existir um entendimento diplomático entre a Santa Sé e a Rússia desde 1990, durante alguns anos continuaram pendentes algumas reservas. Estas manifestaram-se sobretudo na questão de uma viagem apostólica do Papa João Paulo II à Rússia. Ainda antes do desmembramento da URSS o Papa tinha mostrado interesse em efectuar uma viagem à Rússia. O governo soviético, embora apreensivo, equacionou essa possibilidade. Contudo, da parte da Igreja ortodoxa russa surgiu uma recusa formal em relação a uma possível visita do Papa àquele país. Com efeito, muito embora as relações da Igreja Católica com outras comunidades cristãs tenham conhecido grandes avanços, a Igreja ortodoxa russa continuou a mostrar-se separatista, algo que era incompreensível para muitos, visto que esta tinha enviado representantes junto do Concílio Vaticano II. Ainda hoje a Igreja ortodoxa russa continua a acusar a Igreja Católica de proselitismo e existe um desentendimento entre ambas relativamente à Igreja ucraniana. Esta indisposição entre as duas Igrejas inibe também os líderes deste país de convidar o Papa para se deslocar à Rússia. Porém, desde do aprofundamento das relações entre a Rússia e a Santa Sé em 2009, a ideia de uma viagem apostólica poderá equacionar-se.

Nesta temática cabe ainda fazer menção à tentativa de assassinato de João Paulo II. Apesar de ser um assunto que ainda se encontra obscuro, muitos defenderam tratar-se de uma conspiração vinda da URSS com vista a pôr fim às políticas que este Papa tinha adoptado até então, em particular ao apoiar o *Solidarnosc*, o primeiro sindicato livre num país comunista do Leste Europeu. A



verdade é que poucas certezas existem sobre este ponto, e até mesmo Ali Agca, o terrorista turco que cometeu o atentado, mudou várias vezes a sua versão dos acontecimentos. Contudo, existem pontos que levam a corroborar a ideia mencionada. Em 2006, um documento preliminar de uma comissão parlamentar italiana concluiu que a União Soviética esteve por detrás da tentativa de assassinato de João Paulo II<sup>230</sup>. Apesar de este documento não ser decisivo para se comprovar a ideia de conspiração, levantou novas suspeitas nesse sentido. A possibilidade da URSS estar envolvida nesta questão parece fazer sentido se olharmos para toda a política virada para o Leste que João Paulo II levou a cabo, ameaçando destabilizar um sistema que parecia inquebrável no seio da comunidade internacional. De resto, sem provas concretas é impossível que se chegue à verdade absoluta dos factos. Talvez com o passar do tempo se possa vir a conhecer mais informação oficial sobre o assunto.

Em resumo, pode afirmar-se que a Ostpolitik da Santa Sé teve um balanço positivo, quer ao nível religioso, quer ao nível político. O papel da Igreja foi incisivo e viu reconhecido os seus propósitos. Contudo, a Santa Sé teria de contar com um novo cenário internacional, que traria novos desafios, pois

“Com o fim da Guerra Fria, começava um período de transição. A desintegração da rival da superpotência norte-americana deixou um vazio de poder que nenhum outro país estava à altura de ocupar. A formação de blocos de poder regionais ao longo da década de 1990 indicava que a nova ordem internacional se formaria como um sistema multipolar”<sup>231</sup>.

É com base neste pressuposto que a Santa Sé tem vindo a diversificar o seu espaço de acção e as relações entre Estados.

Apesar de termos aludido ao comunismo do Leste europeu, a verdade é este sofreu um alastramento por outras zonas do globo. Uma dessas zonas foi a

---

<sup>230</sup> Cf. Jornal Público, *Comissão Parlamentar italiana afirma que ex-URSS planeou assassinato de João Paulo II*, disponível in <http://www.publico.pt/mundo/noticia/comissao-parlamentar-italiana-afirma-que-exurss-planeou-assassinato-de-joao-paulo-ii-1249482>, acedido a 31-05-2013.

<sup>231</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 167, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 31-05-2013.

América Latina, que seria o berço da chamada teologia da libertação, de inspiração marxista. Pode pois afirmar-se que, vencido um combate, novos apareciam e a Santa Sé não iria recuar perante estes.

No capítulo seguinte iremos debruçar-nos sobre uma perspectiva mais variada da actividade diplomática da Santa Sé, que corresponde aos desafios do mundo actual e às novas ameaças que têm vindo a surgir, pois é na adaptabilidade desta diplomacia às questões actuais que ela se vai fortificando e ampliando estrategicamente o campo de acção da Santa Sé.

## **CAPÍTULO IV**

### **1 – Questões particulares da diplomacia da Santa Sé: China, Islão e Médio Oriente**

Na actualidade a Santa Sé deparar-se com novos desafios. A alteração do quadro internacional quanto às potências que dominam ou emergem neste século, bem como as políticas e dilemas que se afiguram fulcrais neste início de século, são importantes para a Santa Sé e para o papel que esta desempenha no mundo. O terrorismo e a emergência de novas potências vêm trazer novos desafios à Igreja Católica e a constante alteração do quadro internacional, obriga a grande dinâmica por parte da diplomacia da Santa Sé. No plano interno, a internacionalização da Cúria Romana reflecte o modo como a Igreja vê o seu papel no mundo, sublinhando a importância de uma actividade planetária e de unidade entre povos.

No entanto, existem questões que ainda continuam a suscitar preocupação para a Igreja e que hoje se revestem de particular importância. Essas questões prendem-se com o Islão e Médio Oriente e a China. Relativamente ao Islão, a situação com os Estados desta matriz assume hoje outro interesse. Apesar de terem existido períodos em que se fazia sentir uma tensão entre os cristãos e os crentes do Islão, a verdade é que hoje se procuram criar laços entre ambos os lados, e esta necessidade intensificou-se após o terrorismo, associado na actualidade aos princípios fundamentalistas islâmicos, ter ganho um enorme destaque na sociedade internacional como um dos maiores problemas do mundo actual. Para além disso, após o discurso de Bento XVI na Universidade de Regensburg em Setembro de 2006, as comunidades islâmicas sentiram-se ofendidas com as palavras do Papa. Este acontecimento motivou o reforço de uma política de aproximação da Santa Sé aos países islâmicos e seus crentes, com o intuito de solucionar o problema criado. Associado a este

problema existe a questão do Médio Oriente, que envolve as comunidades muçulmanas, judaicas e cristãs existentes nestes territórios. Perante a cooperação ou ajustamento de posições da Santa Sé face a estas comunidades, é necessária uma contínua actividade em prol da paz nesta região e a tomada de posições bem ponderadas por parte da Igreja Católica. Por fim, outra questão parece ser um entrave no domínio das relações diplomáticas da Santa Sé: a questão da China, com a qual cortou relações há muito tempo. Cada vez mais a Santa Sé pretende solucionar este problema, sobretudo quando este país se assume como um dos principais países do futuro, torna-se estrategicamente importante estimular as relações diplomáticas com o mesmo. Assim, é tendo em conta estas perspectivas que se procurará dar a conhecer os dilemas recentes mais importantes para a Santa Sé no campo das relações com outros Estados e confissões religiosas. Primeiramente abordar-se-á a questão do Islão e do Médio Oriente.

No que respeita ao Islão a Santa Sé, desde o início do século XX, tem vindo a aumentar a sua rede de relações com alguns países islâmicos. No entanto, ainda está longe de se poder falar em relações plenas com estes países. A questão religiosa continua a ser muito forte em tais países e é ainda muito difícil a aceitação de relações com a Igreja Católica. Apesar de existirem alguns países islâmicos mais abertos, o peso que a Santa Sé tem nos mesmos ainda é muito diminuto. Ao mesmo tempo, questões caras à Santa Sé, como a liberdade religiosa e o diálogo inter-religioso, não são vistas com bons olhos pelos países islâmicos mais fundamentalistas. Apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos pela Santa Sé com vista ao diálogo com o Islão, ainda falta um longo caminho a percorrer.

A aproximação da Igreja Católica em relação às confissões não-cristãs ficou bem assente no Concílio Vaticano II, com a declaração conciliar *Nostra Aetate*, de 28 de Outubro de 1965, sublinhando que todas as religiões tinham pontos comuns de união, dando ao Homem suporte e direcção sobre as questões mais profundas da humanidade e ajudando-o através de testemunhos

de bondade e desígnios de salvação<sup>232</sup>. Nesta declaração a Santa Sé fez referência ao Budismo, ao Hinduísmo, ao Islamismo e ao Judaísmo, fazendo votos no sentido da multiplicação dos laços entre estas religiões e a Igreja Católica. No que diz respeito mais concretamente ao Islão, a Santa Sé reconheceu as dificuldades existentes entre as duas religiões no passado e fez votos para que se fortalecessem os laços entre ambas. Como ficou expresso na declaração em questão:

“No decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens”<sup>233</sup>.

Motivada pelo propósito de diálogo com outras religiões, a Santa Sé criou em 1964 o Secretariado para os Não-Cristãos (*Secretariatus pro non christianis*), de forma a promover o diálogo entre as diferentes religiões. Este dicastério da Cúria Romana foi depois alterado em 1988, durante o pontificado de João Paulo II, e elevado à categoria de conselho pontifício, tornando-se assim no Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso. Neste Conselho existe uma comissão para as relações com os muçulmanos. Criada em 1974, esta comissão revela a importância de que se reveste para o Vaticano o diálogo com o Islão, procurando sempre que possível reforçar as relações com os países islâmicos e incentivando a aproximação destes aos cristãos. Para além disso, deve destacar-se o papel que as viagens pontifícias e os discursos dos Papas tiveram no fomento de relações com os países do Islão. Neste domínio cumpre salientar o papel de João Paulo II, não só pelas viagens que conseguiu fazer a alguns países muçulmanos, mas também pelas iniciativas a favor do diálogo entre religiões, como foi o caso do Encontro de Assis em 1986.

---

<sup>232</sup> Cf. Declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, disponível in [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_nostra-aetate\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html), acessado a 05-06-2013.

<sup>233</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Defende-se que o diálogo entre a Santa Sé e o Islão sempre foi mais fácil do que com o Judaísmo, não só pela reservas teológicas da Igreja Católica em relação aos judeus durante séculos, mas também pela importância que os países do Islão, em particular do Norte de África e Médio Oriente, vieram a conquistar a nível económico. Este particular interesse parte sobretudo de Itália, mas o Vaticano, ainda dependente das relações externas deste país, participa deste interesse, por saber que qualquer apoio a Israel iria boicotar os negócios que Itália tivesse com países islâmico. Para além disso, a maior parte dos cristãos do Médio Oriente encontram-se em zonas árabes, e isso reforça o incentivo a relações com os países do Islão, muitas vezes em detrimento das relações com Israel. Deste modo, numa primeira análise, pode dizer-se que a aproximação da Santa Sé aos países islâmicos teve e continua a revestir-se de grande interesse para a Igreja Católica e, em certo sentido, foi uma aproximação prejudicial para as suas relações com o Estado de Israel.

Quanto ao Islão, existem duas posições no interior da Igreja Católica: uma relaciona-se com os católicos do Ocidente e outra com os católicos que vivem na zona do Médio Oriente. A primeira defende que, tendo os católicos ocidentais vivido de perto a situação de perseguição aos judeus, devem fazer-se esforços de aproximação entre os cristãos e os judeus, enquanto que a segunda pende para a causa palestiniana, devido sobretudo a uma maior preponderância de cristãos em terras árabes. Esta ideia é defendida por George Emile Irani, segundo o qual “(...) judaísmo e Israel ocupam grande lugar na escala de prioridades da Cristandade ocidental, ao passo que a Igreja Oriental está geralmente em simbiose com a causa palestiniana e com o diálogo islamo-cristão”<sup>234</sup>.

As políticas de aproximação da Santa Sé ao Islão mostraram-se a partir de um dado momento como elemento essencial para a abertura ecuménica que a

---

<sup>234</sup> Cf. IRANI, George, *A Santa Sé no Médio Oriente*, p. 33. Quanto à dicotomia entre Islamismo e Judaísmo tentar-se-á mais à frente dar a conhecer as posições da Santa Sé relativamente ao conflito existente entre estas duas religiões, cujo epicentro se situa no Médio Oriente.

Igreja queria alcançar, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, momento em que se colocou para trás um passado sangrento entre o cristianismo e a religião muçulmana. Muitos foram os movimentos que a Igreja Católica encetou junto das comunidades islâmicas. Destaca-se a ida a Roma de uma delegação da Arábia Saudita em Outubro de 1974, quando se promoveram conferências e debates sobre o desenvolvimento, justiça e Direitos do Homem. Posteriormente, entre 1 e 6 de Fevereiro de 1976, em Trípoli, o Secretariado para os Não-Cristãos juntou-se a representantes africanos e árabes num seminário islamo-cristão.

Os temas debatidos neste seminário consistiram em religião e ideologia, bases comuns da fé e dos valores, fé e justiça social, eliminação de preconceitos e reconhecimento recíproco<sup>235</sup>. Após estes dois encontros, somente em 1985 se realizaria um novo encontro, por iniciativa do Secretariado para os Não-Cristãos em colaboração com o Instituto Vidyajyoti de Deli. Paralelamente a estas acções deve salientar-se ainda o papel de alguns institutos associados à Santa Sé, como é o caso do Instituto Pontifício de Estudos árabes e islâmicos, instituído com este nome em 1979, que desempenha um papel importante no plano da divulgação da cultura e da língua árabe, conjuntamente com o Instituto Pontifício para o diálogo Inter-religioso e outras universidades pontifícias.

Actualmente o diálogo entre o mundo muçulmano e a Santa Sé tem também uma rede considerável de parceiros. Destaca-se a World Islamic Society, que desde 1976 mantém relações com a Santa Sé, o Comité permanente da Universidade de Al-Azhar do Cairo, desde 1985, o International Islam Forum for Dialogue da Arábia Saudita, desde 1995, o Royal Institute for Interfaith Studies da Jordânia, desde 1999 e, por fim, o

---

<sup>235</sup> Cf. BORRMANS, Maurice, "Le Saint-Siège et les états islamiques", in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 286.

Doha International Center for Dialogue, em 2006<sup>236</sup>. Se tivermos em conta o número de países que fazem parte da Organização da Conferência Islâmica (OCI), devemos ainda considerar que, das 57 nações pertencentes a esta organização, 47 mantêm relações diplomáticas com a Santa Sé. Depreende-se assim que apenas 10 nações que fazem parte da OCI não têm ainda relações formais com a Santa Sé. O estabelecimento de relações com estas nações é um dos objectivos da Santa Sé. Todavia, não se devem descurar as relações já existentes com outros Estados islâmicos. Os esforços que foram feitos por ambas as partes não podem ser esquecidos e ambas devem compreender o enriquecimento cultural e espiritual que estas relações envolvem. Como defende Maurice Borrmans,

*“(...) l’extension même de relations diplomatiques que le Saint-Siège a développées avec les États islamiques, l’accueil réservé à ses représentants lors de leurs visites et la multiplicité croissante des colloques, rencontres et collaborations constituent autant de chances que les hommes de dialogue, du côté chrétien comme du côté musulman, devraient savoir intelligemment exploiter pour le bien futur des relations islamo-chrétiennes”*<sup>237</sup>.

Como se referiu, no diálogo entre a Santa Sé e os muçulmanos existiram dificuldades bem patentes, mas as iniciativas a favor de uma maior aproximação entre representantes da Igreja Católica e os crentes do islamismo foram-se multiplicando, apesar de terem continuado a existir obstáculos intransponíveis, essencialmente motivados pelo fundamentalismo que impera dentro de alguns Estados muçulmanos.

Contudo, esta onda de proximidade seria abalada com o aludido discurso que o Papa Bento XVI proferiu na Aula Magna da Universidade de Regensburg ou, em português, Ratisbona, a 12 de Setembro de 2006, sob o título “Fé, razão e universidade: Recordações e reflexões”. Neste discurso

---

<sup>236</sup> Cf. TAURAN, Jean-Louis, «Le triple défi du dialogue islamo-chrétien», disponível in <http://www.eglise.catholique.fr/eglise-et-societe/relations-avec-l-islam/le-triple-defi-du-dialogue-islamo-chretien-par-le-cardinal-jean-louis-tauran.html>, acedido a 07-06-2013.

<sup>237</sup> Cf. BORRMANS, Maurice, “Le Saint-Siège et les états islamiques”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 291.



Bento XVI usou palavras de uma discussão entre o imperador bizantino Manuel II Paleólogo e um persa, no qual o imperador frisava a violência com que os muçulmanos difundiam a sua fé, sendo que nas palavras deste tal violência era contra a razão e desta forma um preceito contrário à natureza de Deus. Contudo, antes de proferir as palavras que magoariam a comunidade muçulmana, Bento XVI fez uma ressalva sobre as palavras do Imperador que iria citar, seguindo depois com a infame afirmação sobre Maomé:

“Naturalmente, sobre a guerra santa, o imperador conhecia também as disposições que se foram desenvolvendo posteriormente e se fixaram no Alcorão. Sem se deter em pormenores como a diferença de tratamento entre os que possuem o «Livro» e os «incrédulos», ele, de modo surpreendentemente brusco – tão brusco que para nós é inaceitável –, dirige-se ao seu interlocutor simplesmente com a pergunta central sobre a relação entre religião e violência em geral, dizendo: «Mostra-me também o que trouxe de novo Maomé, e encontrarás apenas coisas más e desumanas tais como a sua norma de propagar, através da espada, a fé que pregava»<sup>238</sup>.

Bento XVI pretendeu usar esta passagem que se encontra na obra *Conversações com um muçulmano, Sétimo colóquio*, de Theodore Khoury, para explicar a oposição entre violência e razão. No entanto, a forma como delineou o seu discurso não foi cautelosa. Terá pensado que num ambiente universitário, como era aquele em que discursava, estas afirmações fossem vistas por outro prisma, entendendo-se o ponto essencial do seu discurso. Porém, não foi isso que sucedeu e estas afirmações suscitaram alguns protestos junto do mundo islâmico.

Antes de proferir este discurso teria sido prudente ter avisado alguns membros de relevância da política e diplomacia da Santa Sé e até, em certa medida, pedir uma opinião ao Instituto Pontifício de Estudos árabes e islâmicos, sobre os eventuais efeitos das suas palavras junto dos muçulmanos.

---

<sup>238</sup> Cf. Discurso de Bento XVI na Aula Magna da Universidade de Regensburg, com o título “Fé, razão e universidade: Recordações e reflexões”, disponível in [http://www.vati-can.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2006/september/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20060912\\_university-regensburg\\_po.html](http://www.vati-can.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html), acedido a 08-06-2013.

Antes de as proferir, poderia talvez aludir a pontos negativos que a Igreja Católica teve no passado e até evidenciar que também a fé católica recorreu no passado a métodos menos correctos, como guerras e tratamento censurável de judeus e muçulmanos. Ao não ter tomado estas medidas incorreu numa posição pouco cautelosa, tanto mais que para o Ocidente, após o 11 de Setembro, a ideia de violência se encontrava associada ao Islão, em dissonância com os princípios desta religião. Aliás, no ano anterior ao do seu discurso na Universidade de Regensburg, na Jornada Mundial da Juventude em Colónia, Bento XVI tinha apelado ao fim dos fundamentalismos, tendo ainda visitado comunidades muçulmanas e judias apelado ao diálogo e ao fim das hostilidades entre ambas. Esta mensagem anterior contra o fundamentalismo iria ser depois refutada e praticamente esquecida com o discurso que proferiu, tendo gerado inúmeras reprovações por todo o mundo.

O episódio de Regensburg desencadeou várias críticas por parte dos muçulmanos: seguiram-se inúmeros protestos no Egipto, na Malásia, no Paquistão, no Afeganistão, na Jordânia, Irão e Turquia. Um dos líderes muçulmanos da Turquia, Ali Bardakoglu considerou os comentários de Bento XVI como infelizes e preocupantes<sup>239</sup>. Estes efeitos aconselhavam a uma contextualização das palavras de Bento XVI e um novo diálogo com o Islão.

A Santa Sé decidiu pronunciar-se sobre o discurso do Papa. O Cardeal Tarcisio Bertone declarou que o Papa lamentava algumas passagens do seu discurso, sobretudo aquelas que tinham parecido ofensivas ao mundo muçulmano<sup>240</sup>. Posteriormente, no Angelus de 17 de Setembro do mesmo ano, Bento XVI lamentou a ofensa contida no seu discurso a todo o povo muçulmano, afirmando:

---

<sup>239</sup> Cf. Jornal Público, *Muçulmanos criticam discurso do Papa*, disponível in <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/muculmanos-criticam-discurso-do-papa-1270273>, acedido a 08-06-2013.

<sup>240</sup> Cf. Bento XVI e o Islão, do discurso teológico à polémica, disponível in <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1284865-5602,00.html>, acedido a 09-06-2013.

“No presente momento desejo apenas acrescentar que estou vivamente amargurado com as reacções suscitadas por um pequeno trecho do meu discurso na Universidade de Regensburg, considerado ofensivo para a sensibilidade dos crentes muçulmanos, embora se tratasse de uma citação de um texto medieval, que não expressa de modo algum o meu pensamento pessoal. Ontem, o Senhor Cardeal Secretário de Estado tornou pública, a este respeito, uma declaração na qual explicou o autêntico sentido das minhas palavras. Espero que isto valha para aplacar os ânimos e para esclarecer sobre o verdadeiro significado do meu discurso, o qual na sua totalidade era e é um convite ao diálogo franco e sincero, com grande respeito recíproco. Este é o sentido do discurso”<sup>241</sup>.

Algum tempo depois um grupo de 38 intelectuais e líderes muçulmanos e 138 investigadores universitários enviaram uma carta ao Papa e a outros chefes religiosos do cristianismo onde expressavam o descontentamento pelas palavras de Bento XVI. Como refere Jean-Louis Tauran:

*“Le Cardinal Secrétaire d’État, Tarcisio Bertone répondit en exprimant entre autres, la disponibilité du pape Benoît XVI à recevoir une délégation des signataires tout en souhaitant que s’engage un dialogue entre eux et des institutions catholiques œuvrant dans le domaine du dialogue”*<sup>242</sup>.

Várias foram as palavras e acções do Vaticano para atenuar os efeitos das palavras proferidas por Bento XVI. Em certa medida o descuido de Bento XVI viria a ser propício para fortalecer as relações com os países islâmicos; pode mesmo dizer-se que as acções posteriores tiveram mais efeitos e resultados benéficos do que grande parte da política de proximidade levada a cabo por João Paulo II a estes crentes. De resto, em 2007 abrir-se-ia uma nova aproximação entre as duas religiões, quando o rei da Arábia Saudita visitou Bento XVI, tal como sustenta Anna Carletti:

“A visita histórica do rei da Arábia Saudita, em 6 de Novembro de 2007, pareceu confirmar tal confiança por parte do povo muçulmano. O soberano

---

<sup>241</sup> Cf. Bento XVI, *Angelus* de 17 de Setembro de 2006, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/angelus/2006/documents/hf\\_ben-xvi\\_ang\\_20060917\\_po\\_.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/angelus/2006/documents/hf_ben-xvi_ang_20060917_po_.html), acedido a 09-06-2013.

<sup>242</sup> Cf. TAURAN, Jean-Louis, «Le triple défi du dialogue islamo-chrétien», disponível in <http://www.eglise.catholique.fr/eglise-et-societe/relations-avec-l-islam/le-triple-defi-du-dialogue-islamo-chretien-par-le-cardinal-jean-louis-tauran.html>, acedido a 09-06-2013.

Abdullah, guardião das mesquitas sagradas de Meca e Medina, quis presentear o papa com uma espada de ouro como símbolo de confiança. O embaixador saudita junto ao Estado italiano explicou o simbolismo desse presente explicando que «Na tradição árabe, doar a alguém uma arma, um objecto simbólico como uma espada, significa depositar confiança nessa pessoa. Aquele que recebe a arma poderia usá-la, se quisesse, contra quem a deu a ele. Essa é a origem do simbolismo»<sup>243</sup>.

A partir de então seguiram-se novos desafios para o diálogo entre a Santa Sé e o Islão. Em Novembro de 2008 teve lugar no Vaticano o primeiro fórum católico-muçulmano, tendo como tema “Amor de Deus, amor pelo próximo no Cristianismo e no Islão”. Segundo Jean-Louis Tauran, deste fórum saíram as seguintes directivas:

*“L’homme et la femme ont la même dignité et les mêmes droits; la possibilité de pratiquer sa religion en privé et en public; le respect dû aux symboles et aux pratiques propres à toutes religions; la condamnation de l’utilisation de la religion pour justifier le fondamentalisme ou le terrorisme”*<sup>244</sup>.

O mesmo Autor sustenta que existem alguns desafios importantes para a manutenção do diálogo entre cristãos e muçulmanos. Na sua óptica estes desafios assentam em três pontos relevantes: o primeiro ponto é o desafio da identidade, que assenta na necessidade de compreendermo-nos e aceitarmos como somos; o segundo ponto é o desafio da alteridade, que nos permite compreender que as nossas diferenças são uma fonte de enriquecimento e que existe um direito à diferença; por fim, o terceiro desafio importante para as relações entre cristãos e muçulmanos é o desafio da sinceridade: os crentes não podem renunciar a propor a sua fé, mas esta acção deve ser feita com limites, tendo em consideração o respeito e dignidade de cada ser humano<sup>245</sup>.

---

<sup>243</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 193, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 09-06-2013.

<sup>244</sup> Cf. TAURAN, Jean-Louis, «Le triple défi du dialogue islamo-chrétien», disponível in <http://www.eglise.catholique.fr/eglise-et-societe/relations-avec-l-islam/le-triple-defi-du-dialogue-islamo-chretien-par-le-cardinal-jean-louis-tauran.html>, acedido a 10-06-2013.

<sup>245</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*.

Deste modo, pode afirmar-se que a Igreja Católica decidiu reforçar a sua política de diálogo com o Islão, apesar de existirem algumas oposições a esta política no Vaticano. Contudo, a estratégia de reparação iniciada na sequência do discurso de Regensburg parece ser algo que a Santa Sé não quer colocar de lado. Para Bento XVI, no entanto, o diálogo inter-religioso e o diálogo intercultural eram duas áreas distintas, e relativamente ao Islão só conseguia estabelecer o diálogo numa perspectiva intercultural.

O actual Sumo Pontífice, Papa Francisco, tem uma perspectiva diferente da do seu antecessor. Não só acredita que o diálogo inter-religioso e o diálogo cultural são indissociáveis, como já tinha praticado diversas acções de aproximação às religiões muçulmana e judaica, quando ainda era arcebispo de Buenos Aires. Para além de acreditar que as religiões com raízes em Abraão devem unir-se para colaborarem a favor da justiça, enquanto arcebispo de Buenos Aires, por ocasião de um *Te Deum*, a liturgia de acção de graças, tomou como iniciativa convidar:

*“Ai leader delle altre religioni di partecipare alla cerimonia e, negli ultimi anni, invitava anche loro a dire una preghiera. Chissà se vorrà riproporre questo gesto di fraternità tra le religioni anche ora che è diventato Papa, in occasione del tradizionale Te Deum di fine anno. Ma non mancheranno certamente gesti significativi, forse clamorosi, per sottolineare l'importanza del dialogo tra le fedi”*<sup>246</sup>.

Constata-se que para este Pontífice a questão do diálogo com outras religiões, sobretudo com o Islão, é um tema importante. Numa recepção ao corpo diplomático acreditado no Vaticano, o Papa Francisco expressou a sua vontade de diálogo com as várias religiões, em particular com o Islão, e frisou ainda a importância de a Igreja Católica se aproximar dos não-crentes. Compreende-se a motivação da Santa Sé.

O islamismo destaca-se na actualidade por uma forte conotação com um dos principais problemas do mundo como é o terrorismo, mas ao mesmo

---

<sup>246</sup> Cf. INGRAO, Ignazio, «Se Papa Francesco ricuce con l'Islam», disponível in <http://cultura.panorama.it/arte-idee/papa-francesco-islam>, acedido a 12-06-2013.

tempo é uma religião imperante nos países que detêm algum interesse económico, e nesse sentido, é fundamental manter laços com países que são vitais para o desenvolvimento global. Noutra perspectiva pode dizer-se que se trata de uma religião também importante para a questão do Médio Oriente, questão ainda muito conturbada no panorama internacional e com a qual a Santa Sé está relacionada por razões quase existenciais.

Na verdade, a Igreja Católica sempre teve particular interesse pelo Médio Oriente, especialmente porque é nesta zona que se situa a denominada “Terra Santa”. Esta zona foi berço de algumas das maiores religiões do mundo: o judaísmo, o islamismo e o cristianismo. E é lá que se situam os lugares sagrados associados ao nascimento e morte de Jesus Cristo.

Todavia, os conflitos que começaram a surgir nesta parte do globo, em particular a partir dos finais dos anos 40, tornaram-na uma zona bastante conturbada e díspar ao nível do relacionamento entre religiões e ao nível das guerras que ali nasceram. O Médio Oriente é uma região que se pode definir entre o leste do mediterrâneo e o golfo pérsico, sendo um enclave entre o continente africano e a Eurásia. Pode ainda acrescentar-se que o Médio Oriente actual nasceu após a desagregação do Império Otomano.

A multiplicidade de etnias, culturas e religiões são uma realidade, contudo a religião continua a ser a questão mais complexa desta zona do globo, associando-a a políticas geoestratégicas por parte de alguns Estados, fazendo dela uma das áreas mais violentas e conflituosas do mundo. Os países desta região são bastante diversificados e têm várias realidades culturais e religiosas dentro das suas fronteiras. Após a Segunda Guerra Mundial, o número de conflitos nesta região aumentou exponencialmente. De entre os vários conflitos destacamos alguns, como o conflito israelo-palestiniano, a guerra civil libanesa, a guerra Líbia-Egipto, a guerra do Suez, a guerra Irão-Iraque, a Guerra do Golfo, a Guerra do Iraque, e, mais recentemente, as Primaveras Árabes trouxeram uma nova onda de instabilidade a esta região.

Tendo em conta o quadro descrito, a Santa Sé procurou servir como mediadora perante os conflitos que foram surgindo naquela região, destacando-se a sua mediação na guerra do Líbano, que começou em 1975. O modelo de vivência implantado no Líbano em 1943 através do Pacto Nacional, onde cristãos, muçulmanos e judeus gozam dos mesmos direitos sem qualquer discriminação, é o modelo exemplar que a Santa Sé tem defendido como solução para esta região. Segundo Béchara Raï, pelo citado Pacto,

“(...) os muçulmanos renunciaram a qualquer pretensão com relação à possibilidade de instaurar uma teocracia islâmica enquanto os cristãos, por sua vez, renunciaram ao laicismo de modelo ocidental. Deste modo construiu-se no Líbano um Estado que é a metade do caminho entre a teocracia oriental e os regimes secularizados ocidentais. É um país civil, que respeita a dimensão religiosa de todos os cidadãos; não pode ser imposto um sistema teocrático, nem uma religião de Estado”<sup>247</sup>.

Dos inúmeros conflitos nascidos no Médio Oriente o israelo-árabe continua a subsistir. A Santa Sé vê neste conflito uma ameaça constante à estabilidade da região e, deste modo, tem apoiado os esforços de cooperação e mediação que ao longo de anos foram realizados entre as partes envolvidas. A política da Santa Sé para o Médio Oriente foca-se assim, persistentemente, neste conflito.

E pode resumir-se em três princípios: a Santa Sé pretende actuar como mediadora entre árabes e israelitas; tendo em conta o seu carácter religioso não pretende apresentar soluções práticas para a questão, mas agir como quem abre caminho; finalmente a Santa Sé reconhece os legítimos direitos, quer dos israelitas quer dos palestinianos<sup>248</sup>. Tendo em conta esta realidade, a Santa Sé sabe que o seu papel nesta questão é complexo. A sua posição pode parecer como a de um *outsider*, mas a verdade é que também tem interesses

---

<sup>247</sup> Cf. Entrevista com Béchara Raï por Davide Malacaria, “Do Líbano, uma mensagem de convivência”, disponível in [http://www.30giorni.it/articoli\\_id\\_77607\\_l6.htm](http://www.30giorni.it/articoli_id_77607_l6.htm), acedido a 12-06-2013.

<sup>248</sup> Cf. IRANI, George, *A Santa Sé no Médio Oriente*, p. 27.

espirituais e temporais na Terra Santa e deste modo a sua tarefa de mediadora não se reveste de total imparcialidade.

Na questão do conflito israelo-palestiniano a Santa Sé tem, assim, de conciliar em grande medida a sua relação com o Estado de Israel e a Palestina, e esta dualidade nem sempre foi muito pacífica e favorável para o Vaticano. Existe da parte da Santa Sé uma política de não manutenção de relações diplomáticas com qualquer Estado que não tivesse as suas fronteiras definidas e reconhecidas. Para além disso, a Santa Sé tem em consideração a situação dos cristãos árabes e durante muito tempo, temia ser mal vista por estes se iniciasse relações diplomáticas com o Estado de Israel. Acrescente-se que a ideia de estabelecer relações com Israel previa, da parte da Santa Sé, algumas garantias para os católicos que vivessem em Israel, para além de existirem fortes objecções por parte da Cúria em reconhecer o Estado de Israel. Apesar desta instabilidade, em 1993 a Santa Sé conseguiu estabelecer relações com o Estado de Israel através de um Acordo Fundamental e em 2000 estabeleceu um Acordo base com a Autoridade Palestina.

Durante muito tempo o principal objectivo da Santa Sé foi o de assegurar a protecção e sobrevivência dos católicos e, de forma generalizada, dos cristãos no Médio Oriente. Hoje os propósitos da Santa Sé são bastante diferentes. O Direito Internacional e os seus princípios passaram a ser decisivos na forma como a Santa Sé encara o seu envolvimento nesta zona do globo.

As acções que teve aquando do conflito israelo-palestiniano e da Guerra do Golfo ilustram esta ideia. No conflito israelo-palestiniano, a Santa Sé reconheceu o direito de todo o povo à dignidade, à paz e prosperidade, mas manifestou-se contra a anexação de territórios através da força<sup>249</sup>.

O esforço para se conseguir o diálogo entre as duas partes também foi apoiado pela Santa Sé, tendo nesse sentido o Papa João Paulo II apelado a um

---

<sup>249</sup> Cf. TAURAN, Jean-Louis, «The Holy See and the Middle East», disponível in <http://public-affairs.cua.edu/RDSpeeches/99Tauran.cfm>, acedido a 14 -06-2013.



entendimento entre ambas. Em relação à Guerra do Golfo também ficaram evidentes as posições da Santa Sé, continuando a defender o diálogo como uma forma de entendimento para se evitar a guerra, como refere Jean-Louis Tauran:

*“Pope John Paul II spoke of the war as “an adventure without return” and made a point of rebuffing the attribution to the crisis of any religious motive or interpretation. By unceasingly inviting the protagonists to engage in dialog, to follow untiringly the path of negotiation and to weight the proportions between the remedies aimed at eliminating a wrong and the negative humanitarian consequences, the pope once again demonstrated the independence of the international action of the Holy See, the conduct of which is founded on international legal and moral principles”*<sup>250</sup>.

Em suma, quanto ao conflito israelo-palestiniano, pode dizer-se que a Santa Sé surge como mediadora e que o seu poder moral se torna importante para o diálogo entre os respectivos lados do conflito. Contudo, sabe perfeitamente que tem de adoptar uma política cautelosa, sob pena de a sua reputação ficar manchada e de a sua presença nesta região ser afectada, como sustenta George Emile Irani,

*“(...) a política da Santa Sé deriva simultaneamente de uma perspectiva a longo prazo e de outra a curto prazo. Na de longo prazo, a Santa Sé continua a incitar tanto os palestinianos como os israelitas a procurarem uma solução pacífica. (...) Assim, as relações entre Israel e a Santa Sé ficam inteiramente dependentes do fluxo e refluxo dos conflitos entre árabes e israelitas. E dependem também das decisões do Estado judaico no que diz respeito à cidade de Jerusalém e especialmente à sorte das comunidades cristãs da Terra Santa”*<sup>251</sup>.

Neste sentido, os Lugares Santos e Jerusalém são temas caros à Igreja Católica e motivadores do seu envolvimento em questões particulares do Médio Oriente, como referido anteriormente.

---

<sup>250</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>251</sup> Cf. IRANI, George, *A Santa Sé no Médio Oriente*, p. 78.

Os Lugares Santos mais relevantes para o Cristianismo são a Basílica do Santo Sepulcro, o Cenáculo, a Igreja de Santa Ana, o túmulo da Virgem, o Jardim de Getsémani, a Igreja da Ascensão e o Monte das Oliveiras.

Alguns pontífices, em particular Paulo VI e João Paulo II, reforçaram e defenderam a ideia do carácter único e sagrado da cidade de Jerusalém. Porém, a questão de Jerusalém continua a ser um tema muito controverso e fruto de particularidades muito adversas. Como foi referido, Jerusalém é uma cidade com forte significado para três das grandes religiões monoteístas do nosso tempo: o cristianismo, o islamismo e o judaísmo. O percurso histórico desta cidade fez com que a multiplicidade de crenças, domínios e influências criasse uma amálgama de diversidade e de convivência que nem sempre foi justa.

Durante o tempo em que Jerusalém esteve sob o domínio de árabes ou do império otomano, as minorias religiosas à época, os cristãos e os judeus, que viviam na Terra Santa, eram designados como *dhimmis*, sendo tolerados pela maioria muçulmana. Como defende George Emile Irani, “os cristãos eram tratados como estrangeiros e suspeitos de serem agentes de potências estrangeiras. A sua lealdade era muitas vezes posta em dúvida”<sup>252</sup>. Deste modo compreende-se que durante muito tempo o principal interesse da Santa Sé fosse o de garantir a protecção dos cristãos que viviam na Terra Santa.

A seguir à Segunda Guerra Mundial, a possível concretização da criação de um Estado Judeu na Terra Santa foi seguida com atenção pela Santa Sé, mas esta absteve-se de tomar posição sobre esta questão. Os esforços da Santa Sé nesta altura recaiam sobre a ideia de um estatuto internacional para a cidade de Jerusalém. Esta ideia vem expressa em duas encíclicas, *In multiplicibus curis*, de 1948, e *Redemptoris nostri*, de 1949. Posteriormente as Nações Unidas viriam a confirmar este estatuto de criar em Jerusalém um

---

<sup>252</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 92.

*corpus separatum*, sob a alçada de um representante das Nações Unidas<sup>253</sup>. A verdade é que a questão da internacionalização de Jerusalém nunca chegou a ser cumprida como estava designado.

Deve ainda acrescentar que as reservas que a Santa Sé mantinha sobre a questão de Israel foram lentamente caindo e logo durante o Concílio Vaticano II a Santa Sé mostrou uma nova perspectiva em relação a outras religiões, como foi o caso do Judaísmo. Apesar de se poder achar que a questão religiosa nada tem a ver com o desenvolvimento estratégico e político de Israel, a verdade é que está profundamente associada. Para além disso, a Igreja Católica e o Judaísmo tiveram uma relação distante durante longos anos e, após o final da Segunda Guerra Mundial, o ressentimento que existia da parte judaica em relação à Igreja Católica ainda estava bastante presente. Foi preciso a Igreja Católica proceder a uma aproximação a esta religião, colocando de lado um passado negro entre estas duas religiões, através da declaração conciliar *Nostra Aetate*, já referida anteriormente. Com esta declaração, abriu-se uma nova perspectiva da Santa Sé sobre a comunidade judaica e pode mesmo afirmar-se que, a partir de então, passou a justificar a existência do Estado de Israel como uma concepção meramente política, como defende Silvio Ferrari:

*“Des récentes documents du Vatican, comme les Notes pour une présentation fidèle des juifs et du judaïsme, ont ultérieurement éclairci cette orientation, en déclarant que «l’existence de l’État d’Israël et ses options politiques doivent être situées dans une optique qui n’est pas en elle-même religieuse, mais qui, au contraire, se réfère aux principes communs du droit international»”*<sup>254</sup>.

A partir de 1967, após a introdução de novos membros do Terceiro Mundo nas Nações Unidas e a ocupação de Jerusalém por Israel, a Santa Sé idealizou uma nova política em relação à cidade de Jerusalém. Paulo VI teve uma atitude de destaque neste tema. Num discurso ao Sacro Colégio em 1967,

---

<sup>253</sup> Cf. FERRARI, Silvio, “Le Saint-Siège, l’État d’Israël et les lieux saints de Jérusalem”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 304.

<sup>254</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 305.

o Sumo Pontífice sustentou que a defesa e liberdade de culto nos Lugares Santos deviam ser objectivos a considerar pelas três religiões predominantes na região. Acrescentou ainda ser importante a protecção dos direitos civis e religiosos das comunidades que viviam no território. Tratava-se apenas de uma forma de a Santa Sé evidenciar a ineficácia da medida de internacionalização não concretizada pela ONU e de pedir que os Lugares Santos e os direitos civis e religiosos das comunidades tivessem uma garantia internacional.

A Santa Sé parecia desviar-se dos meandros políticos e assumir uma posição meramente espiritual e moral. Pretendia assim frisar a importância das comunidades cristãs, judaicas e muçulmanas no processo de pacificação da Terra Santa, olhando para Jerusalém como um pólo de unidade e de referência ímpar. Esta opção da Santa Sé não iria ser bem vista por Israel, uma vez que esta idealização para Jerusalém seria um entrave à soberania total de Israel. Ao longo dos tempos nem sempre a Santa Sé e Israel estiveram em uníssono e posteriormente a Santa Sé viria novamente a alterar a sua posição sobre Jerusalém e os Lugares Santos.

George Emile Irani defende que ao todo foram quatro as posições que a Santa Sé teve sobre este assunto. A primeira posição traduziu-se na defesa inflexível da supremacia e dos direitos dos católicos. Numa segunda fase posicionou-se a favor do processo de internacionalização desenhado pela ONU e pelo livre acesso dos peregrinos aos Lugares Santos. A terceira posição baseava-se na ideia de um estatuto especial para Jerusalém e os Lugares Santos, sob a alçada de uma entidade internacional, na defesa pela manutenção dos direitos civis e religiosos das comunidades aí existentes e no reconhecimento de igualdade das três religiões preponderantes. Por fim, em quarto lugar, a Santa Sé aceitava uma soberania nacional em Jerusalém, desde que esta fosse supervisionada ao nível internacional<sup>255</sup>. Este mesmo autor indica três factores decisivos para a evolução da política da Santa Sé:

---

<sup>255</sup> Cf. IRANI, George, *A Santa Sé no Médio Oriente*, p. 114.

“A existência de um regime internacional para Jerusalém tornou-se obsoleta por causa do conflito árabe-israelita e do desinteresse internacional; a anexação e «judaização» de Jerusalém pelo governo de Israel foram julgadas inaceitáveis; a necessidade por parte da Santa Sé de achar um compromisso entre os interesses religiosos externos sobre a Terra Santa, tais como os direitos dos peregrinos, e os interesses mais fortemente vinculados com o gozo pleno de direitos civis e religiosos pelas comunidades residentes na Terra Santa”<sup>256</sup>.

Estas posições da Igreja Católica não foram muito bem recebidas por Israel, que acredita ter provas dadas no bom diálogo com os cristãos da Terra Santa. No entanto, a Santa Sé entende que esse diálogo tem sido cumprido sobretudo na esfera espiritual, ao passo que na esfera civil continuam a existir alguns entraves à vida dos cristãos. Para além disso, a posição da Santa Sé de apelar também aos direitos dos árabes da região não é bem vista pelo Governo israelita. Contudo, não podemos esquecer que existe proximidade entre os cristãos e a causa palestiniana, sobretudo quando a maior parte dos cristãos da região são árabes.

Em 1984 o Papa João Paulo II publica a carta apostólica *Redemptionis Anno*, referindo-se à cidade de Jerusalém como património de todos os fiéis e ponto conciliador dos povos do Médio Oriente. Nas palavras de João Paulo II, Jerusalém aparecia como um ponto unificador e motivação para o fim do conflito israelo-palestiniano:

*“Sento anche il pressante dovere, di fronte alle comunità cristiane, a coloro che professano la fede nel Dio unico e che sono impegnati nella difesa dei valori fondamentali dell'uomo, di ripetere che la questione di Gerusalemme è fondamentale per la giusta pace nel Medio Oriente. È mia convinzione che l'identità religiosa della città e in particolare la comune tradizione di fede monoteistica possono appianare la via a promuovere l'armonia tra tutti quelli che variamente sentono la Città santa come propria”*<sup>257</sup>.

---

<sup>256</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>257</sup> Cf. Carta Apostólica *Redemptionis Anno*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_letters/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_20041984\\_redemptionis-anno\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_20041984_redemptionis-anno_it.html), acedida a 15-06-2013.

Entende-se assim que João Paulo II apelava a uma solução para a situação da cidade de Jerusalém, olhando-a como um meio conciliador entre os judeus e os muçulmanos. Depois de João Paulo II, também Bento XVI aludiu à questão israelo-palestiniana, aquando da sua deslocação à Terra Santa em 2006, reunindo-se com os líderes máximos das comunidades israelitas e palestinianas. Nestes encontros Bento XVI frisou a posição da Santa Sé sobre o conflito entre estas duas comunidades.

Como refere Anna Carletti, “nos dois encontros, o papa fez questão de sublinhar qual era a posição da Santa Sé diante do conflito, ou seja, ela defenderia a existência dos dois Estados, o de Israel e o da Palestina”<sup>258</sup>. O Papa apelou ao fim dos ódios e guerras entre estas duas comunidades. Aludiu ainda às políticas de Israel, como a construção do Muro da Separação, alertando para a inutilidade de divisões como esta para a resolução da questão israelo-palestiniana<sup>259</sup>. As posições defendidas por Bento XVI integram-se mais uma vez no papel de mediação da Santa Sé neste conflito, reforçando a união entre povos como única solução para o fim de uma guerra que é mais política do que étnica ou religiosa.

A motivação da Santa Sé parte sobretudo do princípio de diálogo inter-religioso, mas percebe que o destino de Jerusalém está fortemente dependente do rumo do conflito israelo-palestiniano. Neste quadro de relações complexas a Santa Sé continua a fazer esforços de cooperação e diálogo com o Governo israelita, e continua aberta ao diálogo com as comunidades judaicas.

A problemática de Jerusalém e dos Lugares Santos também está relacionada com a convivência das diferentes igrejas cristãs que coexistem nesta área. Existem bastantes igrejas cristãs em Jerusalém, mas em traços gerais podem ser divididas em católicas, ortodoxas, monofisitas e protestantes, partilhando a Igreja Católica a presença em alguns dos Lugares

---

<sup>258</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do vaticano*, p. 194, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 15-06-2013.

<sup>259</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 195.

Santos com estas e outras igrejas cristãs. O respeito por toda a fé torna-se primordial para a pacificação desta zona do globo, podendo referir-se ainda que as iniciativas da Santa Sé quanto à questão de Jerusalém são também um desafio às relações da Santa Sé com as outras religiões.

Nesta abordagem sobre a diplomacia da Santa Sé no Médio Oriente ficou de fora o problema da guerra no Líbano. Apesar de ser interessante, sob o ponto de vista do papel da Santa Sé nesta parte do globo, trata-se de uma questão cujos contornos políticos e religiosos se situam noutra perspectiva bastante abrangente, com particularismos a que não se justifica aludir neste trabalho. De resto, o conflito israelo-palestiniano continua sem resolução, ao passo que a questão da guerra no Líbano conseguiu um relativo apaziguamento em relação às comunidades cristãs.

Não obstante a complexidade do quadro religioso e político da região em apreço, o maior valor desta zona do mundo está profundamente enraizado na espiritualidade e é sob a égide de cooperação e do diálogo entre as diferentes religiões que se poderá encontrar a chave de alguma harmonia para esta região. No entanto, enquanto as supremacias imperarem e não se chegar a uma razoabilidade e terminarem os anseios por mais possessões geográficas, continuará um conflito sem fim.

Para terminar este ponto respeitante aos novos desafios diplomáticos da Santa Sé, é necessário ainda falar sobre a questão da China. Desde 1951 a China rompeu as relações diplomáticas que mantinha com a Santa Sé. Neste início de século a China surge como um dos países do mundo cujo desenvolvimento e competição tem vindo a crescer e é apontada como importante pólo económico do futuro. Uma das principais questões associadas à quebra de relações entre a Santa Sé e a China é o facto de esta não aceitar qualquer tipo de ingerência de um chefe de Estado estrangeiro nos assuntos internos chineses, como refere Anna Carletti:

“O governo chinês ainda hoje apenas suporta com relutância a ligação da Igreja Católica na China com o papa, já que os governantes chineses não aceitam o facto

de que, sendo o papa chefe do Estado da Cidade do Vaticano — considerado pelos chineses como um estado estrangeiro — ele seja o chefe espiritual dos católicos que se encontram presentes, mesmo se em pequena percentagem, também em território chinês<sup>260</sup>.

Apesar deste desentendimento, a Santa Sé e a China têm tentado uma aproximação lenta e complexa que tem tido avanços bastante frutíferos. Porém, a história da Igreja Católica na China foi ao longo dos séculos uma questão muito difícil e com problemas de aceitação interna por parte dos dirigentes chineses. É neste quadro complexo que assentam as relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé.

O Cristianismo foi introduzido na China há cerca de 1300 anos. No ano de 635 o nestorianismo entra na China, sendo que posteriores perseguições viriam abalar a permanência desta doutrina. No século XIII João de Montecorvino entra na China, levando a fé cristã. Construiu igrejas em Pequim e traduziu partes do Novo Testamento para a língua *uigur*. Conseguiu com êxito a evangelização do Norte e Leste da China e é por isso comumente apelidado primeiro apóstolo da China. Mais tarde, sob a dinastia Ming, o Cristianismo viria novamente a ser banido. No século XIV dá-se novo impulso ao cristianismo na China, através do padre jesuíta Matteo Ricci e de seus companheiros. Nesta mesma altura as missões católicas no Extremo Oriente, em particular as missões levadas a cabo pelos jesuítas, tiveram grande influência na expansão da fé católica nestas terras, destacando-se neste sentido o papel da presença portuguesa no Oriente. Estes missionários fizeram esforços para adaptar a fé cristã à cultura chinesa, sendo estas aproximações alvo de censura por parte da Santa Sé.

O catolicismo continuou na China, apesar de avanços e recuos em relação à sua permanência e posição, destacando-se ainda algumas perseguições a membros do clero. Para além disso, os católicos chineses foram muitas vezes

---

<sup>260</sup> Cf. CARLETTI, Anna, «República Popular da China e Santa Sé», p. 55, disponível in <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>, acedido a 16-06-2013.



estigmatizados e considerados antipatrióticos por professarem uma fé vinda do estrangeiro. A partir do século XIX, a situação teve algumas melhorias. Como refere Jérôme Heyndrickx, no século XIX os missionários católicos tiveram permissão de voltar à China, “(...) *dans le cadre de «traités inégaux» que les chinois furent forces de signer après avoir perdu la guerre de l’Opium. A ce moment, des milliers de missionnaires vinrent en Chine après une période de persécution officielle de leur religion*”<sup>261</sup>.

O catolicismo continuou assim a sua missão tendo vindo a aumentar a sua importância na sociedade chinesa. Contudo, o clero que continuava na China era estrangeiro. Só em 1926, graças aos esforços de Vincent Lebbe, missionário belga, o Papa Pio XI instituiu os seis primeiros padres de origem chinesa. Todavia, algumas das decisões mais importantes relativamente à Igreja Católica na China continuavam nas mãos de padres estrangeiros. Em 1943 a China e a Santa Sé estabeleceram relações diplomáticas. Em 1946 a Santa Sé envia o seu primeiro núncio apostólico para a China, Monsenhor Antonio Riberi, já que anteriormente só mantinha um delegado apostólico neste país.

Nesta época, apesar da defesa de muitos prelados na constituição de uma Igreja Católica na China com a sua autoridade nas mãos de membros nativos e no reforço de consagração de mais membros chineses, a Igreja Católica continuava a aparecer aos olhos do comum chinês como um bastião estrangeiro e, portanto, uma contínua ameaça à soberania chinesa. Esta questão iria permanecer na consciência dos chineses após a instauração do novo regime, uma vez que a quase inexistência de uma hierarquia católica com membros nativos vai reforçar a ideia de legado estrangeiro neste país.

As relações entre a China e a Santa Sé foram, porém, decorrendo de forma prática. Esta situação seria totalmente alterada com a instauração do novo regime na China. O posicionamento da Santa Sé após a Segunda Guerra

---

<sup>261</sup> Cf. HEYNDRICKX, Jérôme, “L’Église en Chine et le Saint-Siège”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 369-370.

Mundial deu-lhe uma reputação de defensora dos regimes fascistas. Apesar de tal posicionamento ser particularmente *sui generis*, como foi notado no capítulo anterior, aos olhos da comunidade internacional a Santa Sé ficou fortemente conotada como apologista das ideologias mencionadas e acérrima opositora do comunismo, o que não era ignorado pela China. Se até então o catolicismo tinha sido visto como um peso estrangeiro dentro da China, com a ascensão do novo regime neste país a situação da Santa Sé parecia comprometida. Esta posição é defendida por Anna Carletti, assegurando ainda que o fervor anticomunista de Pio XII não lhe permitiu ver que noutra ponta do globo, na China, o comunismo parecia surgir como o regime que guiaria o futuro daquele país e não procurou uma aproximação nos primeiros tempos do novo regime:

“Após a Segunda Guerra Mundial, o alinhamento da Santa Sé ao lado das potências ocidentais, contra o bloco comunista, foi um dos elementos que dificultou suas relações com o novo governo chinês. As autoridades chinesas conheciam a luta acirrada do então papa Pio XII contra o comunismo. Empenhado radicalmente nesta luta, ele não conseguiu avaliar com clareza algumas das aberturas que os comunistas, no primeiro estágio da revolução, estavam dispostos a conceder à Igreja Católica na China”<sup>262</sup>.

A instabilidade na China era bem conhecida após o final da dinastia Qing, em 1911. A oposição entre forças nacionalistas, formadas pelo Partido Nacional do Povo, mais conhecido por Kuomintang (KMT), e as forças comunistas do Partido Comunista da China (PCC), tinha levado a conflitos internos.

Durante a fase da invasão japonesa, em 1937, e durante a Segunda Guerra Mundial existiu uma trégua entre estes dois lados, sob o mote do combate ao inimigo comum. Após o final da Segunda Guerra Mundial, entre 1946 e 1949, os conflitos entre os nacionalistas e comunistas voltaram a surgir de forma mais intensa. Da parte dos nacionalistas destacou-se a figura do general

---

<sup>262</sup> Cf. CARLETTI, Anna, «República Popular da China e Santa Sé», p. 58-59, disponível in <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>, acedido a 16-06-2013.

Chiang Kai-shek, e do lado dos comunistas a figura de Mao Tsé-tung. As ofensivas comunistas foram saindo cada vez mais vitoriosas, até ser praticamente impossível a vitória dos nacionalistas. Estes conflitos teriam fim quando, a 1 de Outubro de 1949, foi proclamada a República Popular da China e os nacionalistas fugiram da China para Taiwan. Assim, em Outubro de 1949 nasceria uma nova China, iniciando-se o jugo comunista neste país.

Nos primeiros anos do domínio do comunismo na China, não existiu expressamente um entrave à Igreja Católica na China. No entanto, a oposição de Pio XII ao comunismo fazia prever que as relações futuras entre os dois lados poderiam vir a ser afectadas. Entre 1949 e 1951 começaram a ocorrer algumas mudanças a nível interno, quando foram expulsos todos os missionários estrangeiros na China. Começaram lentamente a nascer posições que defendiam uma Igreja Católica autónoma de Roma, reforçando assim os ideais pró-nacionalistas do novo regime.

Pio XII afastou imediatamente esta ideia, e acabaria por condenar não só o regime comunista chinês como todos os representantes católicos na China que pactuassem com o mesmo. Contudo, apesar da condenação da Santa Sé ao comunismo, salientada no capítulo anterior, existiram ainda dois episódios que parecem ter tido um peso significativo para, da parte do Governo chinês, se ter estimulado o afastamento da Santa Sé.

Em 1951 o regime chinês expulsou de Nanquim o núncio apostólico António Riberi, considerando-o *persona non grata*. Esta atitude veio reforçar a aversão da Santa Sé pelo regime comunista chinês. Segundo Jérôme Heyndrickx, o governo de Chiang Kai-shek, que se encontrava em Taiwan, insistiu junto da Santa Sé para que o núncio em Nanquim se deslocasse para esta ilha. No entanto, “*le nonce ne quitta Nankin qu’après qu’une longue campagne fut lancée contre lui à travers la presse et des affiches le stigmatisant comme un espion et un collaborateur des impérialistes*”<sup>263</sup>.

---

<sup>263</sup> Cf. HEYNDRICKX, Jérôme, “L’Église en Chine et le Saint-Siège”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 371.

Vendo-se alvo de um enorme oposição por parte do regime chinês à sua permanência na China, o núncio Riberi transferiu-se para Hong Kong e só posteriormente para Taiwan. Esta atitude do núncio apostólico iria ser apresentada pelo Governo chinês como prova da aludida hostilidade da Santa Sé em relação ao novo regime chinês, e o facto de a Santa Sé ser o único país europeu a reconhecer diplomaticamente Taiwan. Todavia, as objecções que se colocam à posição da Santa Sé relativamente a Taiwan não são propriamente como a China ilustra, uma vez que o núncio apostólico foi forçado a abandonar a China, não por vontade própria ou por tomar posição a favor de Taiwan, mas sim devido à pressão chinesa contra a Igreja Católica.

Outra questão que parece ter também influenciado a posição da China em relação à Santa Sé foi a questão de Manchukuo. Na década de 30 a criação do Estado de Manchukuo, na região da Manchúria, gerou uma situação controversa a nível regional e internacional. Este Estado foi criado por antigos oficiais da dinastia chinesa Qing e com o apoio do Japão imperial. Os interesses e administração deste Estado estavam nas mãos dos japoneses, tendo estes designado o último imperador da China, Puyi, como regente nominal e imperador deste novo Estado. O Vaticano enviou um representante para junto deste Estado e a China não esqueceu esta posição da Santa Sé, olhando-a como expressão de apoio às agressões que o Japão fizera aos territórios chineses.

De resto, esta situação pareceu justificar as oposições da China à Igreja Católica, em particular à soberania que a Santa Sé detinha sobre o catolicismo naquele país. Porém, Gianni Valente, afirma que esta situação não teve os propósitos que se conhecem. Segundo o autor, a criação deste “Estado fantoche” não teve grande receptividade por parte da comunidade internacional. A Sociedade das Nações recusou-se a reconhecer este novo Estado, destacando-se apenas o reconhecimento por parte do Japão, da Itália e

da Alemanha, estando estes dois últimos países sob a influência do fascismo e do nacional-socialismo<sup>264</sup>.

Estes três países enviaram ainda representantes para junto do novo Estado. Para a Santa Sé a ideia mais importante naquele momento era a de salvaguardar as missões que tinha na área geográfica onde havia nascido o novo Estado, sobretudo quando este tinha proibido o contacto do clero católico local com os seus superiores e com o delegado apostólico na China. Assim, em 1934, a Santa Sé envia um representante para junto do novo Estado. Gianni Valenti afirma que tal atitude não significa que a Santa Sé tenha reconhecido o novo Estado. Apoiando-se nas palavras de um missionário francês, Charles Lemaire, Gianni Valenti afirma:

“Lemaire documenta tudo com precisão de detalhes, até mesmo técnico-protocolares, que demonstram a natureza não diplomática das relações daqueles anos entre o representante nomeado pelo Vaticano e o governo do Manchukuo. «Para enfrentar as necessidades das Igrejas locais», escreve, «o Vaticano queria ter alguém que o representasse em meio as Igrejas e junto ao governo. Mas queria também, e muito firmemente, abster-se de reconhecer a legitimidade do governo da Manchúria; não queria realizar nem mesmo um acto que pudesse parecer uma ‘legitimação implícita’». As funções do representante correspondiam mais ou menos às que o Código de Direito Canónico atribui à figura do delegado apostólico. Mas a Santa Sé não queria fornecer nenhum pretexto, nem lexical, às previsíveis instrumentalizações do governo fantoche”<sup>265</sup>.

Podemos assim afirmar que as divergências entre a China e a Santa Sé encontram a sua raiz em questões pouco transparentes.

A Igreja Católica, apesar do clima pesado com a China, não se absteve de apontar o dedo ao tratamento dos católicos neste país. Na carta apostólica *Cupimus imprimis* de 1952, Pio XII aludiu às perseguições feitas à Igreja Católica:

---

<sup>264</sup> Cf. VALENTE, Gianni, «Vaticano-Manchukuo, mea culpa não servem», disponível in [http://www.30giorni.it/articoli\\_id\\_9678\\_l6.htm](http://www.30giorni.it/articoli_id_9678_l6.htm), acedido a 17-06-2013.

<sup>265</sup> Cf. VALENTE, Gianni, «Vaticano-Manchukuo, mea culpa não servem», disponível in [http://www.30giorni.it/articoli\\_id\\_9678\\_l6.htm](http://www.30giorni.it/articoli_id_9678_l6.htm), acedido a 17-06-2013.

“(…) siamo stati sommamente rattristati nel sapere che tra voi la chiesa cattolica viene considerata, presentata e combattuta come nemica della vostra gente; che i suoi vescovi, gli altri sacri ministri e i religiosi e le religiose molto spesso, purtroppo, o vengono allontanati dalle loro sedi, o sono ostacolati nel libero esercizio delle loro mansioni, come se essa non fosse al servizio delle cose celesti, non si adoperasse per coltivare e rafforzare negli animi la virtù, per illuminare le menti nelle scuole, per alleviare infine le umane sofferenze negli ospedali e consolare bimbi, fanciulli e vecchi negli ospizi, ma invece obbedisse a interessi umani e alla bramosia di potere terreno”<sup>266</sup>.

Em 1957 o Governo chinês cria a Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC) e inicia-se assim uma época de confrontação entre a China e a Santa Sé. Esta associação tinha como principal função a coordenação por parte do partido comunista chinês da situação da Igreja Católica na China. No entanto, a sua acção foi mais expansiva do que fazia querer. Como refere Jérôme Heyndrickx, “*en fait, il prit le contrôle de toute l’Église, de l’élection des évêques, etc. Bientôt, certains évêques et prêtres catholiques, estimant que c’était la meilleure manière de sauver l’Église, pensèrent qu’il valait mieux collaborer*”<sup>267</sup>. A Santa Sé não gostou desta atitude do Governo chinês.

Em 1958 a Associação Patriótica Católica Chinesa decidiu submeter à Santa Sé dois candidatos a bispos católicos, que tinham sido aprovados pelo partido comunista chinês. A Santa Sé recusou-se a nomear estes bispos, abrindo uma brecha maior nas relações com a China. No dizer de Anna Carletti, a Santa Sé não conseguiu ler nas entrelinhas este pedido de aprovação por parte do governo chinês, uma vez que segundo a autora este gesto “(…) representava uma clara declaração de comunhão com o Papa, mesmo se a situação contingente parecia sugerir o contrário”<sup>268</sup>.

<sup>266</sup> Cf. Carta Apostólica *Cupimus Imprimis*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520118\\_cupimus-imprimis\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520118_cupimus-imprimis_it.html), acedido a 17-06-2013.

<sup>267</sup> Cf. HEYNDRICKX, Jérôme, “L’Église en Chine et le Saint-Siège”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 372.

<sup>268</sup> Cf. CARLETTI, Anna, «República Popular da China e Santa Sé», p. 60, disponível in <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>, acedido a 18-06-2013.

Pio XII viria manifestar-se contra a nomeação de bispos católicos por parte do governo chinês com a encíclica *Ad Apostolorum Principis* considerando este acto uma rebeldia:

“Uma prova desse espírito de rebeldia à Igreja, um facto gravíssimo que é causa de amargura profunda e inexprimível para o nosso coração de pai e de pastor universal das almas, é o que devemos mencionar agora. Há algum tempo, com propaganda insistente, o assim chamado "movimento patriótico" vem proclamando um pretenso direito dos católicos de eleger, de sua iniciativa, os bispos, afirmando que esta eleição seria indispensável para providenciar com a solicitude devida ao bem das almas, e para confiar o governo das dioceses a pastores aceites pelas autoridades civis, enquanto não se opõem às orientações ideológicas e políticas próprias do comunismo”<sup>269</sup>.

Esta situação da Igreja Católica na China iria criar divisões dentro do próprio clero deste país, onde nasceriam três classes de bispos católicos: o primeiro grupo de bispos era composto por uma minoria que se tinha associado ao governo chinês, reforçando assim a ideia da criação de uma Igreja Católica independente de Roma; o segundo grupo era mais extenso e dizia respeito aos bispos católicos que permaneciam ao lado do governo chinês, mas secretamente procuravam, após a consagração episcopal estabelecida pelo governo chinês, reforçar os laços com o Papa, sendo o principal objectivo destes o colaboracionismo com o governo chinês e a tentativa de conseguirem manter viva na China as verdadeiras sementes do catolicismo; por fim, o terceiro grupo abrangia os bispos que tinham escolhido a clandestinidade e a não cooperação com o regime chinês, tendo estes sido alvo de bastantes perseguições, prisões e torturas<sup>270</sup>.

Assim, pode dizer-se que o quadro da Igreja Católica na China se tornou bastante dividido, criando facções dentro de uma comunidade que devia ter-se mantido unida face ao poder do regime.

---

<sup>269</sup> Cf. Carta Encíclica *Ad Apostolorum Principis*, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061958\\_ad-apostolorum-principis\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061958_ad-apostolorum-principis_po.html), acedido a 18-06-2013.

<sup>270</sup> Cf. CARLETTI, Anna, «República Popular da China e Santa Sé», p. 62, disponível in <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>, acedido a 19-06-2013.



Os primeiros sinais de abertura e de diálogo da parte da Santa Sé ocorrem durante o Concílio Vaticano II, sob o pontificado de João XXIII, cessando deste modo os discursos mais condenatórios relativamente ao Governo chinês. Com Paulo VI deram-se novos passos de abertura, tendo este apoiado a entrada da China nas Nações Unidas.

Ao mesmo tempo que a Santa Sé começava a abrir o diálogo em relação à China, este país passava por tempos bastante difíceis e com mais repressão. Seria somente nos anos 80, após a chegada ao poder de Deng Xiaoping, que se começaria uma maior abertura na China. Sob a égide da modernidade, a China pensava promover o crescimento económico, mas também alterar a imagem que até então tinha passado para o exterior. E, nesse sentido, esta motivação da China foi importante para a possibilidade de diálogo com a Santa Sé:

“Os governantes chineses perceberam que, entre as populações da maioria dos países com os quais eles tinham intenção de enlaçar relações diplomáticas e económicas, a maioria era católica, assim como católicos eram os muitos chineses emigrados (*huaqiao*) que queriam retomar os relacionamentos com a própria pátria. Neste contexto, a aproximação com a Santa Sé é algo que lhe facilitaria as relações com o resto do mundo e ajudaria na sua intenção de mostrar ao mundo uma nova face da China. Aos poucos as igrejas foram reabertas e os católicos puderam participar de novo das celebrações religiosas. As comunidades religiosas acabaram beneficiando da política de abertura inaugurada por Deng Xiaoping, mas tiveram que aceitar as condições oferecidas pelo governo”<sup>271</sup>.

Motivado por esta abertura, João Paulo II fez vários apelos para que a aproximação à China fosse possível. Num discurso em Manila, em 1981, João Paulo II falou ao povo chinês sob o tema “*Serem verdadeiros cristãos e autênticos chineses*”, reforçando a ideia de que não existia impossibilidade entre estas duas identidades<sup>272</sup>. Tendo em conta a iniciativa de diálogo por parte da Santa Sé, a China justificava-se dizendo que o que importava nesta

---

<sup>271</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 61.

<sup>272</sup> Cf. HEYNDRIX, Jérôme, “L’Église en Chine et le Saint-Siège”, in AA.VV. (J-B. ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, p. 374.



querela era a busca da verdade dos factos que tinham originado o corte de relações, contestava o apoio que o Vaticano dava à Igreja clandestina, mas realçava a importância de a Santa Sé romper relações com Taiwan para um possível reatar de relações com a China. Como condição para o restabelecimento de relações, acrescentava ainda que a Santa Sé deveria deixar de se intrometer em assuntos internos da China, ou seja, na nomeação de bispos, na hipótese de comunicação destes com Roma e na possibilidade de estes se encontrarem com o Papa na visita *ad limina*.

Com a política de abertura e modernização na China, o posicionamento em relação à religião alterou-se neste país, passando a serem reconhecidas cinco religiões, entre elas o catolicismo. No entanto, na Constituição da República Popular da China de 4 de Dezembro de 1982 o artigo 36 estabelece que naquele território nenhuma religião é submetida ao domínio estrangeiro. O maior desejo dos católicos chineses é recuperar o elo que os une ao Papa, como símbolo da universalidade da Igreja Católica. Trata-se de uma questão de consciência e não de uma questão de domínio estrangeiro ou política, assim como a nomeação dos bispos é uma questão de ordem religiosa e não política, e talvez tenham sido estes entraves que tenham motivado o crescimento da igreja clandestina na China, que tantos problemas causa ao Governo chinês.

Pequenos passos foram dados em prol da reconciliação e da regulação da situação da Igreja na China. Em 1987 o cardeal Sin de Manila encontrou-se com Zhao Ziyang, secretário-geral do partido comunista chinês, tratando de questões sobre a Igreja Católica na China.

Em 1989 a igreja clandestina tentou organizar uma nova Conferência Episcopal, por oposição à autorizada pelo governo em 1980. A Santa Sé talvez não querendo criar uma situação perigosa, acabaria por não reconhecer nem uma nem outra Conferência. Em 1995 o Governo chinês envia uma delegação à Jornada Mundial da Juventude em Manila e nesse mesmo ano é aprovada pelo Governo chinês a presença de uma delegação da Santa Sé em

Pequim, para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher organizada pelas Nações Unidas. Em 1999 surgiram rumores de que a aproximação diplomática entre a China e a Santa Sé estaria iminente, mas as nomeações de bispos por parte da China no início do ano 2000 veio contrariar esta ideia<sup>273</sup>.

Quanto à objecção da China à permanência da Santa Sé em Taiwan, esta revelou uma posição muito peculiar, como refere Michel Masson:

*“Le Saint-Siège a aussi sa propre conception de l'unité de la Chine. Depuis 1949, le Annuario Pontificio n'a jamais mentionné ni la RPC, ni la Republic of China (ROC) à Taiwan, mais seulement 'la Chine' (Cina). Cette terminologie est d'une ambiguïté remarquable. Ainsi, pour cet Annuario, l'ambassadeur de Taipei auprès du Saint-Siège est l'ambassadeur de la Chine, même si, pour le gouvernement de Taipei, c'est l'ambassadeur de la ROC (qui, certes, ne prétend plus être le gouvernement de facto de toute la Chine mais continue d'affirmer, dans sa Constitution, son droit de souveraineté sur toute la Chine)”*<sup>274</sup>.

Seguindo a lógica da Santa Sé e apoiando-se nas palavras do Cardeal Angelo Sodano, Michel Masson acrescenta que, para esta, *“la nonciature de Taipei est la nonciature du Saint-Siège en Chine. D'abord établie à Pékin, elle fut ensuite transférée à Nankin, Hong Kong et, finalement, à Taipei”*<sup>275</sup>. Desta forma, para a Santa Sé parece não existir uma incompatibilidade de manutenção de relações diplomáticas com a China, ficando entendido que se trata de uma questão de terminologia e de entraves por parte do Governo chinês.

Durante o pontificado de João Paulo II os esforços de aproximação não alcançaram os objectivos pretendidos: apesar de muitos apelos e tentativas de reconciliação, a resposta da China foi sempre negativa. Com a eleição de Bento XVI abriu-se um novo período de relações. Pode dizer-se que entre 2006 e 2010 existiu um apaziguar das tensões entre a Santa Sé e a China, sendo a consagração de bispos aprovada conjuntamente por ambas. Pode não

<sup>273</sup> Cf. MASSON, Michel, «Les rapports entre le Saint-Siège et la Chine : un dialogue non abouti», p. 56.

<sup>274</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 71.

<sup>275</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 72.

se compreender o porquê da transformação da atitude da China para com a Igreja Católica, mas Anna Carletti aponta uma possibilidade:

“O governo chinês não conseguiu derrotar a religião, não conseguiu nacionalizar a Igreja Católica na China, tornando-a uma instituição exclusivamente chinesa. Lembramos que esta tendência à «chineização», à absorção de fenómenos estrangeiros pela cultura chinesa, foi uma constante na história chinesa. Foi assim com a introdução do Budismo da Índia, que se converteu em um Budismo chinês, com suas próprias escolas. Foi assim com os povos e seus líderes que, derrotando a China e fundando as próprias dinastias, acabavam adoptando os costumes e as tradições chinesas, abandonando os costumes originários”<sup>276</sup>.

Deste modo, a presença do catolicismo na China e as constantes denúncias de prisões de membros do clero por parte de outros governos reforçaram a ideia da necessidade de uma política de “simpatia” para com a Igreja Católica. Outra possibilidade que se levanta para explicar este sereno relativo ao catolicismo é o facto do Governo chinês ter chegado à conclusão de que a Associação Patriótica Católica Chinesa tem atrapalhado mais do que ajudado em matérias religiosas, chegando a bloquear qualquer aproximação do Governo chinês à Santa Sé.

Entre 2006 e 2010 a nomeação de bispos decorreu sem problemas, apesar de não existir um acordo entre ambas as partes sobre a nomeação de bispos. Contudo, em 2010 as nomeações sofreriam nova intervenção do Governo chinês sem aprovação da Santa Sé, com a nomeação de um novo bispo por parte da Associação Patriótica Católica Chinesa e a possibilidade de se seguirem outras. Este acto teve a reprovação do Vaticano, provocando atrito entre a Santa Sé e o Governo chinês. Neste sentido, a Associação Patriótica Católica Chinesa é uma forte instigadora da separação e conflito entre as partes envolvidas nesta questão.

À medida que a Santa Sé se move para acertar o relacionamento com a China, levantam-se no Ocidente algumas críticas sobre se esta aproximação

---

<sup>276</sup> Cf. CARLETTI, Anna, «República Popular da China e Santa Sé», p. 64, disponível in <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>, acedido a 20-06-2013.

será boa para a Santa Sé a longo prazo. Existem algumas razões para a Santa Sé não confiar nas relações com a China.

Em primeiro lugar pode dizer-se que com o actual regime chinês é impossível acreditar que este mantenha a sua palavra relativamente à nomeação de bispos. Depois, fomentar relações com Pequim significaria colocar de lado Taiwan, algo que poderia colocar em causa a perspectiva dos católicos de Taiwan, para além de a ideia de coadunar os dois laços ser difícil sequer de idealizar.

Por fim, a ideia de relações plenas da Santa Sé com a China poderia ser vista pela comunidade internacional como uma aprovação à situação interna chinesa, relativamente à violação dos direitos humanos e à estratégia política deste país. Tal situação poderia comprometer a imagem da Santa Sé, apesar de ser claro que o mais importante para ela, num primeiro ponto, é a situação dos católicos. Os benefícios que poderia retirar desta ligação seriam mais abrangentes, mas até agora encontram-se na sombra. A verdade é que o caminho percorrido até este momento foi longo e difícil, cheio de altos e baixos, mas apesar de todos os entraves a tentativa de diálogo continua a ser um objectivo da diplomacia da Santa Sé.

Em 2007 Bento XVI escreveu uma carta aos católicos chineses onde manifestou o seu amor e proximidade à comunidade católica. Mais recentemente, o Cardeal Tong, arcebispo de Hong Kong, falou da possibilidade de diálogo entre a Santa Sé e a China como uma grande esperança para o futuro<sup>277</sup>. A Santa Sé pretende ainda criar uma comissão permanente de diálogo com a China, para que seja possível a criação de uma solução estável entre ambas as partes.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que, no tocante ao corte de relações diplomáticas entre China e Santa Sé, Taiwan continua a ser a grande moeda de troca para a possibilidade de reatamento e, apesar de todas as

---

<sup>277</sup> Cf. *Cardinal Tong: dialogue between Holy See and China would be “great hope for the future”*, disponível in <http://www.zenit.org/en/articles/cardinal-tong-dialogue-between-holy-see-and-china-would-be-great-hope-for-the-future>, acedido a 20-06-2013.

posições anteriores da Santa Sé em relação a Taiwan, parece ser esta a posição que ganha mais força. Se a Santa Sé romper relações diplomáticas com Taiwan, se Pequim der garantias de liberdade religiosa aos católicos chineses e se a questão da nomeação dos bispos for revista, talvez possa equacionar-se o mencionado reatamento. Contudo, estas condições são bastante delicadas ao nível estratégico e dificilmente a Santa Sé abdicará da sua posição.

A proximidade continua a ser muito desejada, mas ainda falta muito para se conseguirem alcançar certas garantias para os católicos chineses. Enquanto a ideia de unidade chinesa assentar em pressupostos ideológicos e contrários à influência estrangeira será muito difícil operar-se uma verdadeira abertura na China. Enquanto isso a Igreja Católica terá de continuar neste país uma vivência que em tudo se assemelha à vivência dos primeiros cristãos. Talvez seja esta a força de uma Igreja que, apesar de desprovida dos seus direitos, continua a sobreviver.

## **2 – Novos desafios diplomáticos e nova reestruturação**

Durante a elaboração deste trabalho verificou-se a renúncia do Papa Bento XVI. Este acto apanhou de surpresa grande parte do mundo, mas ao mesmo tempo revelou capacidade de discernimento do Sumo Pontífice sobre os limites da actividade de liderança da Igreja Católica. No pontificado de Bento XVI grande parte da política diplomática foi descurada. As políticas levadas a cabo pelo Secretário de Estado Tarcisio Bertone colocaram de lado temas de grande importância para a estratégia diplomática da Igreja Católica. Apesar de tudo, logo no início do seu pontificado, Bento XVI fez referência à importância da diplomacia e dos contributos desta para o diálogo entre os homens, e fez votos para que a Igreja não cessasse de proclamar e defender os direitos humanos<sup>278</sup>.

O estilo pessoal deste Pontífice e a estratégia das viagens que fez mostram grandes diferenças em relação ao estilo de João Paulo II. Como sustenta Anna Carletti,

“O diálogo com as multidões não se caracterizou mais pela teatralidade dos gestos, mas por uma sobriedade que deixou espaço e visibilidade às palavras pronunciadas pelo papa teólogo. Ele mesmo quis cuidar de sua imagem, de seus discursos abandonando o estilo mediático de João Paulo II”<sup>279</sup>.

O que mais interessava a Bento XVI a nível diplomático era o diálogo com a Rússia, a China e com os países do Islão. Relativamente à Rússia conseguiram-se grandes avanços, mas a China continua a ser uma questão sem conclusão. Relativamente ao Islão gerou-se o conturbado episódio do discurso da Universidade de Regensburg que, como foi referido anteriormente, apesar de ter tido um impacto negativo nas sociedades

---

<sup>278</sup> Cf. Discurso do Papa Bento XVI ao Corpo acreditado junto da Santa Sé, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html), acedido a 25-06-2013.

<sup>279</sup> Cf. CARLETTI, Anna, *O internacionalismo do Vaticano*, p. 190, disponível in [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf), acedido a 25-06-2013.

muçulmanas, ao mesmo tempo ajudou a abrir o diálogo com estes povos e tornou-se assim num “dano proveitoso” para a Santa Sé.

O estilo deste Papa foi bastante diferente do do seu antecessor João Paulo II. Não podemos esquecer, porém, que os desafios que se apresentavam a João Paulo II eram diferentes daqueles que Bento XVI teve de enfrentar. João Paulo II tornou-se Papa numa época em que o cenário internacional era bastante complexo e a Igreja tinha de enfrentar novos desafios e até novas separações internas que pareciam afectar o seu rumo. Bento XVI vai herdar uma Igreja que precisava de uma reforma profunda, sobretudo numa época em que a religião vinha a perder terreno no mundo. Para além disso, Bento XVI surgiu como o Papa que teve que dar a cara em relação a algumas polémicas no seio da Igreja Católica, como foi o caso dos abusos sexuais por membros da Igreja. Foi este Papa que pediu perdão e incentivou a criação de medidas mais restritivas sobre esta matéria.

Ao mesmo tempo Bento XVI foi o Papa que apelou às raízes cristãs da Europa, em particular numa época em que o significado do Cristianismo parecia suplantado por outros incentivos, como o materialismo, o hedonismo e os princípios ateus e agnósticos. De resto, este tema do Cristianismo associado às raízes cristãs já era bastante evidente nos seus escritos. De certa forma, pode dizer-se que este Papa salientou os preceitos nos quais assenta o Cristianismo e reforçou os ideais dos quais um cristão se deve valer. Foi em certo sentido mais teórico que activo, mas as suas palavras acabariam por incitar à acção.

Deve ainda salientar-se que durante o pontificado de Bento XVI surgiram alguns escândalos associados à gestão do Instituto para as Obras da Religião, ao relatório feito a seu pedido onde estão especificados casos de homossexualidade, corrupção e abuso de poder dentro da Igreja, e, por fim, ao roubo de alguns documentos do Papa pelo seu mordomo que seriam depois entregues à imprensa. Este último caso ficaria conhecido como *Vatileaks*, depois de o porta-voz do Vaticano, Federico Lombardi, ter feito uma

comparação com o conhecido caso do *Wikileaks*. Todos estes casos abalaram profundamente Bento XVI. No seu discurso de renúncia, o motivo que refere como determinante para a sua decisão é a perda das suas capacidades físicas:

“Depois de ter examinado repetidamente a minha consciência diante de Deus, cheguei à certeza de que as minhas forças, devido à idade avançada, já não são idóneas para exercer adequadamente o ministério petrino. Estou bem consciente de que este ministério, pela sua essência espiritual, deve ser cumprido não só com as obras e com as palavras, mas também e igualmente sofrendo e rezando. Todavia, no mundo de hoje, sujeito a rápidas mudanças e agitado por questões de grande relevância para a vida da fé, para governar a barca de São Pedro e anunciar o Evangelho, é necessário também o vigor quer do corpo quer do espírito; vigor este, que, nos últimos meses, foi diminuindo de tal modo em mim que tenho de reconhecer a minha incapacidade para administrar bem o ministério que me foi confiado”<sup>280</sup>.

Contudo, talvez existisse um certo desalento deste Papa perante os escândalos que vieram a público e pensasse já não ter capacidade para lhes pôr fim.

O seu sucessor foi eleito a 13 de Março deste ano de 2013 e escolheu o nome Francisco. Do Papa Francisco esperam-se grandes feitos para Igreja e aponta-se o seu estilo como um regresso ao pontificado de João XXIII. Todavia, grandes desafios se apresentam para este Papa. Espera-se que leve a cabo algumas reformas na Igreja, de forma a afastar a imagem corrupta e os escândalos conhecidos pelo público.

O Papa Francisco sabe que, hoje, a maior parte dos católicos está no hemisfério sul e que nestes países existem grandes problemas, não só a nível da pobreza, mas também de vivência com outras religiões, como é o caso de África e de algumas regiões da Ásia. Para além disso tem nascido um forte

---

<sup>280</sup> Cf. Declaratio de Bento XVI, disponível in [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2013/february/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20130211\\_declaratio\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio_po.html), acedido a 26-06-2013.



sentimento anticristão em algumas áreas do globo, levando a perseguições e violência nas áreas do Médio Oriente, África subsaariana, Índia e Eritreia<sup>281</sup>.

A questão da Síria surge ainda como um ponto que este Papa não deve esquecer, pois é um dos países onde as perseguições a cristãos têm aumentado e muitos líderes cristãos deste país acreditam que a Síria se irá transformar no próximo Iraque. Depois, o Papa Francisco vai ter de saber enfrentar seriamente o problema dos abusos sexuais na Igreja Católica, sendo necessário acrescentar que tem vindo a dar passos de forma a reforçar as medidas de penalização a membros do clero que cometam este crime. Terá ainda de ter em conta a situação da Igreja na Europa e na América do Norte, onde existem mais dificuldades de imposição da Igreja na sociedade. Não se pode deixar de referir que a sociedade moderna encontra-se distante dos preceitos cristãos.

É nesta perspectiva que o Papa Francisco deve reforçar a acção da Igreja e ter em conta as diversas fragmentações doutrinárias que começam a surgir no interior da Igreja e podem levar à perda de mais fiéis. Por fim, deve ainda fazer frente aos problemas no interior do governo da Igreja e combater aquilo que foi referido como *lobby gay* no interior do Vaticano. Estas questões são graves e têm muitas implicações. Em virtude do peso moral que lhe é frequentemente atribuído no cenário internacional, a Santa Sé tem de ter em conta que estas situações afectam a credibilidade da Igreja, que perde bastante com os escândalos e má conduta dos seus membros.

Pode assim dizer-se que se espera do Papa Francisco um Papa de reformas essenciais para a Igreja Católica, auxiliando-se na sua rede diplomática para conseguir combater os problemas mais graves da Igreja e ao mesmo tempo reforçar os laços com outros Estados.

Tendo em conta o quadro contemporâneo, existem inúmeros desafios para a Igreja Católica no mundo. Não só no plano interno, mas também no

---

<sup>281</sup> Cf. ALLEN, John, «The Pope's four biggest challenges», disponível in <http://religion.blogs.cnn.com/2013/03/16/the-popes-four-biggest-challenges/>, acedido a 26-06-2013.

domínio das relações com outros Estados. Ao longo dos séculos a Igreja passou por diversas fases de prestígio e poder. Porém, a sua diplomacia foi sempre uma arma indispensável para a coordenação da Igreja espalhada pelo mundo e depois para a estabelecimento de relações com os Estados. De relevante posição política, passou a veladora da moral e dos direitos humanos no cenário internacional, procurando o diálogo inter-religioso e o ecumenismo como pilares de um mundo cada vez mais esquecido da fé. É tendo em conta esta perspectiva que poderemos ver a importância de que se reveste a diplomacia da Santa Sé no panorama internacional e constatar como a Santa Sé contribuiu para a resolução de certas questões internacionais.

É olhando para os desafios do futuro que se continuará este caminho, pois a mais antiga diplomacia do mundo já deu provas da sua singularidade e tem um notório reconhecimento da sua obra no mundo inteiro.

## CONCLUSÃO

Com este trabalho pretendeu-se dar a conhecer a diplomacia da Santa Sé, que assenta em meandros complexos ainda pouco perceptíveis para a maioria das pessoas. A extensa rede que compõe esta diplomacia reforça a importância do seu papel no mundo e demonstra muito trabalho diplomático geralmente desconhecido. Contudo, este trabalho permitiu-nos compreender a extensão da actividade diplomática da Santa Sé, bem como os diferentes tipos de representantes que actuam ao serviço do Sumo Pontífice.

Ao longo dos tempos a diplomacia pontifícia foi sofrendo alterações e adaptando-se aos desafios do mundo. Desde o início da criação dos primeiros representantes, em que a figura do Papa se revestia de importância política e estratégica, passando pela perda de influência papal nos Estados, a diplomacia pontifícia não cessou a sua actividade e contribuiu significativamente para a construção da diplomacia moderna.

Neste trabalho traçou-se o percurso da diplomacia pontifícia desde a criação do primeiro enviado até às alterações das funções e dos tipos de legados durante o Concílio Vaticano II. Analisou-se ainda a importância da Santa Sé no cenário internacional, quer no plano dos acordos que tem com os Estados, quer no domínio da sua actividade e representação junto das organizações internacionais.

Além disso, aludiu-se ao funcionamento da Secretaria de Estado, órgão orientador da diplomacia da Santa Sé. Fez-se referência à geoestratégia da Santa Sé, reforçando a ideia de que, numa sociedade globalizada como aquela em que vivemos, a Santa Sé soube envolver-se nesta dinâmica, usando as viagens apostólicas como arma importante, com influência simultaneamente religiosa e política, sobretudo quando existiam situações políticas complexas. Seguidamente analisaram-se casos concretos, focando a dinâmica da diplomacia pontifícia durante o período da Segunda Guerra Mundial e da

Guerra Fria. Neste sentido tentou-se perceber de que forma a posição da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial foi a de aliada dos poderes totalitários e como a questão do Holocausto se reveste de contornos pouco transparentes.

No que diz respeito à Guerra Fria, o principal objectivo foi mostrar como existiram situações de afastamento e de proximidade entre a Santa Sé e o bloco soviético, e na tónica da proximidade frisou-se a importância da *Ostpolitik* da Santa Sé como peça fundamental para fazer valer os direitos dos católicos no bloco comunista. Ao mesmo tempo salientou-se a importância da eleição de João Paulo II para o fim da Guerra Fria, associando este Papa à estratégia dos Estados Unidos da América.

Foram referidas questões recentes, ainda sem desfecho previsível, que são de extrema importância para a Santa Sé: o corte de relações diplomáticas com a China desde os anos 50; a controvérsia gerada pelo discurso de Bento XVI na Universidade de Regensburg e a análise das relações da Santa Sé com os muçulmanos; e a questão do Médio Oriente, especialmente relevante para a Santa Sé, não só pela ideia de paz que se torna vital para esta região, mas também por questões históricas, na medida que esta zona do globo é importante para cristãos, muçulmanos e judeus. Por fim, foi feita breve alusão aos novos desafios que a Igreja Católica tem que enfrentar e ao papel relevante a desempenhar nesse âmbito pela diplomacia pontifícia.

Ao longo desta análise referimos o quanto a actividade diplomática da Santa Sé é intensa e bastante abrangente. Os acontecimentos oficiais em que interveio e que foram aqui aludidos são apenas uma parte da sua vasta actividade. A verdade é que a diplomacia é uma das áreas mais secretas e distantes. Contudo, a diplomacia da Santa Sé reveste-se ainda de mais secretismo e distanciamento, o que potencia a criação de teorias e mistérios e a dificuldade de separar a realidade da ficção. A discrição, que é tão característica desta diplomacia, torna-a ainda bastante valorizada pelos outros diplomatas, como foi possível destacar neste trabalho.

Muitos poderão não compreender a necessidade de os Estados fazerem acordos com a Santa Sé e receberem os seus diplomatas. Todavia, tal reveste-se de grande importância, não só para a salvaguarda dos católicos que existem em cada país, mas também porque, como é sabido, a vasta informação e conhecimento nas mãos da diplomacia da Santa Sé suscitam o interesse dos Estados na criação ou manutenção de laços diplomáticos com a Santa Sé. Quando percebemos que a rede de relações diplomáticas desta tem aumentado exponencialmente, percebe-se que deverá existir um prestígio nesta diplomacia bastante aliciante para os Estados.

Os meandros da política internacional parecem não ser desconhecidos dos diplomatas pontifícios. Porém, a actividade que esta diplomacia tem nessas matérias só é revelada muito depois de se ter verificado, como aconteceu no tocante à actividade paralela da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial, só recentemente conhecida.

Para além deste aspecto, a diplomacia da Santa Sé parece ter como principal motivação a defesa da dignidade da pessoa humana e da paz. Neste sentido, funciona também como um auxílio de recurso quando o diálogo entre os Estados não consegue os resultados esperados, podendo os representantes pontifícios serem mediadores em questões delicadas. Assim, a diplomacia pontifícia goza, no cenário internacional, de grande respeito e reconhecimento, sendo útil não só em questões humanitárias mas também auxiliando muitas vezes os Estados. Acima de tudo pode dizer-se que o peso desta diplomacia nasce também da relevância da Santa Sé.

A existência de controvérsias associadas à Santa Sé é bem evidente desde os seus primórdios até aos dias de hoje. Contudo, a forma como esta tem ultrapassado todos os danos que sofreu evidencia a força e a relevância da sua presença no mundo. Esta presença reveste-se hoje de importância moral, de acordo com o carácter que a própria Santa Sé lhe atribui. Os interesses políticos e, quiçá, económicos, encontram-se noutro plano, mais reservado, mais diplomático.

Tendo em conta o trabalho desenvolvido, podemos concluir que a Santa Sé e a sua diplomacia são elementos de destaque no âmbito das Relações Internacionais, com actividade à escala mundial. A cooperação existente entre a Santa Sé e os Estados é uma forma de alcançar os seus interesses, apoiando-se no diálogo e prestígio da sua diplomacia como peça-chave da sua estratégia internacional.

Após o Concílio Vaticano II a Igreja decidiu reformular a sua posição e abrir-se ao mundo. Esta posição tem-se mostrado favorável para a Igreja e a sua diplomacia tem favorecido a presença desta no mundo. A eleição de um Papa mediático como foi o caso de João Paulo II deu um novo alento à Igreja de Roma, ao tornar-se um elemento de destaque na comunidade internacional.

A atipicidade que a Santa Sé ocupa ao nível das Relações Internacionais é sem dúvida importante de compreensão. Contudo, numa sociedade que tem alcançado grandes avanços, a Santa Sé continua ainda com posições pouco ajustáveis ao nosso tempo. A sua legitimidade não dependerá apenas das posições tantas vezes inflexíveis que toma no cenário internacional. As transformações que deverão ocorrer com o passar dos tempos deverão contribuir para aproximar ainda mais esta Igreja ao mundo, e será com esta aproximação que se conseguirá levar a Igreja a uma orientação mais próxima da Igreja primitiva. Nestes dois milénios de existência, toda a estruturação que a Igreja sofreu prova o poder e a importância que a Santa Sé deteve no cenário internacional.

Na actualidade a posição que lhe é conferida ao nível do direito internacional, é o resultado desse poder de outrora. Todavia, tem conseguido saber impor a sua palavra na arena internacional e apesar de gozar de um carácter moral e conservador neste domínio, é reconhecida pelo seu prestígio e, sobretudo, pela excelência do conhecimento. Este ponto é importante aos olhos dos outros Estados e também das organizações com quem mantém relações diplomáticas. De certa forma, é olhando para este elemento do cenário internacional como um “ancião”, que carrega em si uma vasta

experiência ao nível diplomático, político, cultural, humanista e histórico que se compreenderá o peso que a Santa Sé detém ao nível internacional.

Pode assim dizer-se que o peso estratégico de que se revestiu outrora continua vivo na sua posição internacional, mas hoje, é através da acreditação moral que pretende seguir os seus propósitos, continuando a ampliar a sua rede de influência sempre sob a divisa divina.

## BIBLIOGRAFIA<sup>\*</sup>

### 1. Monografias:

- AA.VV. (Joël-Benoît D’ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales* (Préface de Jean-Bernard RAIMOND), Paris, Éditions du Cerf, 1989.
- BARBAS HOMEM, António, *História das Relações Internacionais – O Direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Edições Almedina, 2010.
- BARBERINI, Giovanni, *L’Ostpolitik della Santa Sede – Un dialogo lungo e faticoso*, Bologna, Il Mulino, 2007.
- BESSIÈRE, Gérard, *Jesus o deus surpreendente*, (tr. Lúcia da Mota Amaral), Lisboa, Quimera Editores, 2003.
- BLESSMANN, Joaquim, *O Holocausto, Pio XII e os aliados*, [em linha], Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003, [consultado a 12-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://books.google.pt/books?id=eeMluy8oG\\_8C&printsec=frontcover&dq=joaquim+blessmann&hl=pt-PT&sa=X&ei=O46jUcWhNenW7Qb24oHABw&ved=0CDMQ6AEwAA#v=onepage&q=joaquim%20blessmann&f=false](http://books.google.pt/books?id=eeMluy8oG_8C&printsec=frontcover&dq=joaquim+blessmann&hl=pt-PT&sa=X&ei=O46jUcWhNenW7Qb24oHABw&ved=0CDMQ6AEwAA#v=onepage&q=joaquim%20blessmann&f=false)>.
- BLET, Pierre, *Pio XII e a Segunda Guerra Mundial – Que dizem os arquivos do Vaticano?* (tr. António Lopes), Cascais, Principia, 2001.
- BRAZÃO, Eduardo, *A internacionalização da Santa Sé — Relatório referente ao ano de 1944*, in Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
- CASAROLI, Agostino, *O martírio da paciência – O Vaticano e os países comunistas entre 1963-89: os anos que mudaram o mundo* (Carlo Felici CASULA e Giovanni Maria VIAN, Dirs.; tr. A. Maia Rocha), Apelação, Paulus Editora, 2000.
- CESARI, Constance Colonna, *Urbi et Orbi – A geopolítica do Vaticano* (tr. Alice Nicolau), Lisboa, Editorial Caminho, 1993.
- CONCI, Francesco, *La Chiesa e i vari Stati – Rapporti, Concordati e Trattati, per una storia del diritto concordatario*, Napoli, Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1954.
- CORNWELL, John, *O Papa de Hitler – A história secreta de Pio XII* (tr. Manuela Torres *et al.*), Lisboa, Terramar Editores, 2000.

---

<sup>\*</sup> As indicações bibliográficas encontram-se de acordo com a Norma Portuguesa 405.



- DALIN, David, *The myth of Hitler's Pope*, [em linha], Washington D.C, Regnery Publishing Inc., 2005, [consultado a 20-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://books.google.co.uk/books?id=qAmKnonoAB0C&pg=PP7&lpg=PP1&dq=the+myth+of+hitler%27s+pope#v=onepage&q=the%20myth%20of%20hitler%27s%20pope&f=false>>.
- DESCHNER, Karlheinz, *La Politica dei Papi nel XX secolo*, Tomo II – *Da Pio XII 1939 a Giovanni Paolo II 1991*, Milano, Edizioni Ariele, 2011.
- DINH, Nguyen, DAILLIER, Patrick, PELLET, Alain, *Direito Internacional Público* (tr. Vítor Marques Coelho), 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FELDKAMP, Michael F., *La Diplomazia Pontificia*, Milano, Editoriale Jaca Book, 1998.
- GARIBOLDI, Giorgio Angelozzi, *Il Vaticano nella Seconda Guerra Mundial*, Milano, Ugo Mursia Editore, 1992.
- HOLMES, J. Derek, BICKERS, Bernard W., *História da Igreja Católica* (tr. Victor Silva), Lisboa, Edições 70, 2006.
- IRANI, George Emile, *A Santa Sé no Médio Oriente – O papel da Santa Sé no conflito árabo-israelita (1962-1990)* (tr. Henrique Barrilaro Ruas), Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1991.
- LEBEC, Éric, *Histoire secrète de la diplomatie vaticane*, Paris, Editions Albin Michel, 1997.
- LECOMTE, Bernard, *João Paulo II* (tr. Miguel Miranda e Maria Amélia Pedrosa), Porto, Ambar, 2004.
- LECOMTE, Bernard, *Os Segredos do Vaticano* (tr. Isabel St. Aubyn), Lisboa, Edições Asa, 2010.
- MACEDO, Jorge, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*, Instituto da Defesa Nacional/Edição da revista «Nação e Defesa», Centro Gráfico do Exército, 1987.
- MAGALHÃES, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005.
- MARTINEZ, Pedro, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.
- OLIVERI, Mario, *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*, Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 1982.

- PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica* (tr. Serafim Ferreira), Lisboa, Planeta, 1992.
- REESE, Thomas J., *No interior do Vaticano – Política e organização da Igreja Católica* (tr. Luís Cadete), Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.
- ROUXEL, Jean-Yves, *Le Saint-Siège sur la scène internationale*, Paris, Editions L’Harmattan, 1998.
- SALE, Giovanni, *De Gasperi gli USA e il Vaticano: all’inizio della Guerra Fredda*, [em linha], Milano, Editoriale Jaca Book Spa, 2005, [consultado a 27-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://books.google.it/books?id=GfVRUf9U0V4C&pg=PA91&lpg=PA91&dq=il+vaticano+e+la+guerra+fredda+e+cia&source=bl&ots=YRcpqbI2aC&sig=5HrRBwpKanfKv2xTm0IEPfo7-XE&hl=it&sa=X&ei=h37IUbmtPMXB7AaJiYDIDw&ved=0CFgQ6AEwCA#v=onepage&q=il%20vaticano%20e%20la%20guerra%20fredda%20e%20cia&f=false>>.
- SALVADOR, Carlos, *La relación entre la Iglesia y la comunidad política*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2003.
- SANTUS, Ivan, *Il contributo della Santa Sede al diritto internazionale – Dal diritto di ingerenza alla responsabilità di proteggere la dignità umana*, Padova, Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2012.

## 2. Artigos:

- [Sem indicação de Autor], *Ostpolitik*, in *Lexicoteca Moderna Enciclopédia Universal*, Vol. 14, Amadora, Lexicultural – Actividades Editoriais, Lda., 1987, p. 140.
- BORRMANS, Maurice, (1989), *Le Saint-Siège et les États Islamiques*, in AA.VV. (Joël-Benoît D’ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp.271-299.
- CARLETTI, Anna, *O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial – A diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias*, (2012), [em linha]. Fundação Alexandre de Gusmão de Brasília, [consultado a 16-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo\\_vaticano\\_e\\_a\\_nova\\_ordem\\_mundial.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/internacionalismo_vaticano_e_a_nova_ordem_mundial.pdf)>.
- CARLETTI, Anna, *República Popular da China e Santa Sé*, *Revista Conjuntura Austral*, [em linha]. Vol. 2, n.º 6, pp. 69-91, (2011), [consultado a 19-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20558/12056>>.

- CHELI, Mgr. Giovanni, (1989), *La place et le rôle du Saint-Siège dans les institutions internationales*, in AA.VV. (Joël-Benoît D'ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp. 87-100.
- CROS, Céline, *Le Vatican et la guerre froide*, *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, [em linha]. Vol. 37, n.º 1, pp.48-49, (1995), [consultado a 28-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/autres/le-vatican-et-la-guerre-froide-article-n-1-vol-37-pg-48-49-979134>>.
- D'ONORIO, Joël-Benoît, (1989), *Le Saint-Siège et le Droit International*, in AA.VV. (Joël-Benoît D'ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp. 09-70.
- FABRIS, Carlo, *Presenza della diplomazia pontificia*, *Rivista di Studi Politici Internazionali*, [em linha]. Vol. 73, n.º289, pp. 67-97, (2006), [consultado a 02-01-2013]. Disponível na Internet <URL <http://ojs.uniroma1.it/index.php/rspi/article/view/136>>.
- FAGGIOLI, Massimo, *La politica estera della Santa Sede*, *Rivista Il Mulino*, [em linha]. Vol.6, pp. 1137-1146, (2006), [consultado a 18-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.rivisteweb.it/doi/10.1402/23029>>.
- FERRARI, Mattia, *Pio XII contro Hitler e Mussolini*, [em linha], UCCR, (2012), [consultado a 16-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.uccronline.it/2012/04/14/pio-xii-contro-hitler-e-mussolini/>>.
- FERRARI, Silvio, (1989), *Le Saint-Siège, l'État d'Israël et les lieux Saints de Jérusalem*, in AA.VV. (Joël-Benoît D'ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp. 301-321.
- HEYNDRIX, Jérôme, (1989), *L'Église en Chine et le Saint-Siège*, in AA.VV. (Joël-Benoît D'ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp. 367-383.
- INGRAO, Ignazio, *Se Papa Francesco ricuce con l'Islam*, [em linha], Panorama, (2013), [consultado a 12-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://cultura.panorama.it/arte-idee/papa-francesco-islam>>.
- MAGISTER, Sandro, [Sem data], *Pace e guerra – La geopolitica del Vaticano*, [em linha], Spiritus Mundi, [consultado a 26-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.italyday.net/spiritusmundi/vatican/1094-pace-e-guerra-la-geopolitica-del-vaticano>>.
- MALACARIA, Davide, *Do Líbano, uma mensagem de convivência*, *Revista 30 Dias*, [em linha]. N.º 4/5, (2011), [consultado a 12-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.30giorni.it/articoli\\_id\\_77607\\_l6.htm](http://www.30giorni.it/articoli_id_77607_l6.htm)>.

- MASSON, Michel, *Les rapports entre le Saint-Siège et la Chine : un dialogue non abouti*, *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, [em linha]. Vol. 32, n.º 32-1, pp. 55-84, (2001), [consultado a 19-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/receo\\_0338-0599\\_2001\\_num\\_32\\_1\\_3071](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/receo_0338-0599_2001_num_32_1_3071)>.
- MEDEIROS CONSTÂNCIA, J., *Geopolítica*, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Tomo 9, Lisboa, Editorial Verbo, 1969, col. 406-407.
- MERLE, Marcel, (1989), *Le Saint-Siège dans les relations Est-Ouest*, in AA.VV. (Joël-Benoît D'ONORIO, Dir.), *Le Saint-Siège dans les relations internationales*, pp.101-115.
- ORO, Iñaki, *Nacen los Estados Pontificios*, [em linha], Grupo Educativo Coas, (2007), [consultado a 02-01-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.gecoas.com/religion/historia/medieval/EM-B.htm>>.
- PAPINI, Roberto, IMODA, Franco, *La sfida diplomatica della Santa Sede*, *Rivista Aggiornamenti Sociali*, [em linha]. Dezembro, pp. 779-786, (2007), [consultado a 21-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.aggiornamentisociali.it/easyne2/LYT.aspx?Code=AGSO&IDLYT=769&ST=SQL&SQL=ID\\_Documento=4794](http://www.aggiornamentisociali.it/easyne2/LYT.aspx?Code=AGSO&IDLYT=769&ST=SQL&SQL=ID_Documento=4794)>.
- PENTIN, Edward, [Sem data], *Vatican Diplomacy*, [em linha], Diplomat Magazine, [consultado a 16-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.diplomatmagazine.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=253](http://www.diplomatmagazine.com/index.php?option=com_content&view=article&id=253)>.
- PORTILHO, Ana Cláudia, *O actor Santa Sé na política internacional moderna*, *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, [em linha]. Vol.1, n.º 2, pp. 47-68, (2012), [consultado a 13-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/view/73/65>>.
- REIS, Bruno, (2007), *A política externa do Vaticano de Bento XVI*, [em linha], Janus, [consultado a 08-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://janusonline.pt/2007/2007\\_4\\_3\\_9.html](http://janusonline.pt/2007/2007_4_3_9.html)>.
- TAURAN, Jean-Louis, *Ética e ordine mondiale: l'apporto specifico della Santa Sede*, *Rivista di studi politici internazionali*, [em linha]. Vol. 70, fascículo 3, pp. 367-372, (2003), [consultado a 21-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://ojs.uniroma1.it/index.php/rspi/article/download/263/263>>.
- TAURAN, Jean-Louis, (2008), *Le triple défi du dialogue islamo-chrétien*, [em linha], Conférence des Évêques de France, [consultado a 07-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.eglise.catholique.fr/eglise-et-societe/relations-avec-l-islam/le-triple-defi-du-dialogue-islamo-chretien-par-le-cardinal-jean-louis-tauran.html>>.

- TAURAN, Jean-Louis, (1999), *The Holy See and the Middle East*, [em linha], The Catholic University of America, [consultado a 14-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://publicaffairs.cua.edu/RDSpeeches/99Tauran.cfm>>.
- VALENTE, Gianni, *Vaticano-Manchukuo, mea culpa não servem*, *Revista 30 dias*, [em linha]. N.º 10, (2005), [consultado a 17-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.30giorni.it/articoli\\_id\\_9678\\_16.htm](http://www.30giorni.it/articoli_id_9678_16.htm)>.
- ZAPOR, Patricia, (2009), *Nazi-loot suit against Vatican dismissed*, [em linha], National Catholic Reporter, [consultado a 24-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://ncronline.org/news/vatican/nazi-loot-suit-against-vatican-dismissed>>.
- ZIZOLA, Giancarlo, (1998), *Les nouvelles armes du Vatican*, [em linha], Le Monde Diplomatique, [consultado a 28-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/01/ZIZOLA/9794>>.

### 3. Notícias em periódicos (online):

- [Sem indicação de Autor], (2012), *Cardinal Tong: dialogue between Holy See and China would be “great hope for the future”*, (Zenit, 30-10-2012), [consultado a 20-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.zenit.org/en/articles/cardinal-tong-dialogue-between-holy-see-and-china-would-be-great-hope-for-the-future>>.
- [Sem indicação de Autor], (2012), *Papa Bento XVI condena no Líbano o extremismo e apela à tolerância*, (Catolicismo Romano), [consultado a 29-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.catolicismoromano.com.br/content/view/1946/33/>>.
- AFP, (2006), *Bento XVI e o Islão, do discurso teológico à polémica*, (Globo, 25-09-2006), [consultado a 09-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1284865-5602,00.html>>.
- ALLEN. Jr., John, (2013), *The Pope’s four biggest challenges*, (CNN, 16-03-2013), [consultado a 26-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://religion.blogs.cnn.com/2013/03/16/the-popes-four-biggest-challenges/>>.
- AP e PÚBLICO, (2006), *Comissão Parlamentar italiana afirma que ex-URSS planeou assassinato de João Paulo II*, (Jornal Público, 02-03-2006), [consultado a 31-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.publico.pt/mundo/noticia/comissao-parlamentar-italiana-afirma-que-exurss-planeou-assassinato-de-joao-paulo-ii-1249482>>.
- BRAMBATTI, Maurizio, (2006), *Muçulmanos criticam discurso do Papa*, (Jornal Público, 15-09-2006), [consultado a 08-06-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/muculmanos-criticam-discurso-do-papa-1270273>>.

- BERNSTEIN, Carl, (2007), *Cover story: The Holy Alliance*, (TIME Magazine on Monday, Feb. 24, 1992), [consultado a 31-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.carlbernstein.com/magazine\\_holy\\_alliance.php](http://www.carlbernstein.com/magazine_holy_alliance.php)>.
- RABINOVITCH, Ari, (2012), *Israel's Yad Vashem Holocaust memorial amends text on Pope Pius XII*, (Reuters, 02-07-2012), [consultado a 20-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://blogs.reuters.com/faithworld/2012/07/02/israels-yad-vashem-holocaust-memorial-amends-text-on-pope-pius-xii/>>.
- ROJAS HUERTA, Carlos, (2013), *La geopolítica del vaticano* (El Dínamo, 21-03-2013), [consultado a 25-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://www.eldinamo.cl/blog/la-geopolitica-del-vaticano/>>.

#### 4. Teses:

- DI CICCIO, Elisa - *Le Vatican sous Jean-Paul II: quel puissance?*, [em linha], Strasbourg: Université Robert Schuman, Institut d'Études Politiques de Strasbourg, 2007. Mémoire de Recherche, [consultado a 13-03-2012]. Disponível na Internet <URL <http://scd-theses.u-strasbg.fr/259/>>.
- MCEACHERN, Jaclyn - *Diplomatic Activity in Service of Papal teaching: The promotion of religious freedom in relations with selected Islamic states during the pontificate of John Paul II*, [em linha], Washington D.C: Catholic University of America, Faculty of the School of Canon Law, 2010. Tese de Doutoramento, [consultado a 07-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern\\_cua\\_0043A\\_10142\\_display.pdf?sequence=1](http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10165/McEachern_cua_0043A_10142_display.pdf?sequence=1)>.
- PEREIRA, Jairo - *Acordo entre Brasil e a Santa Sé*, [em linha], Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Relatório/Resumo, [consultado a 16-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2012/relatorios\\_pdf/ccs/DIR/JUR-Jairo%20Henrique%20de%20O.S.%20Pereira.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2012/relatorios_pdf/ccs/DIR/JUR-Jairo%20Henrique%20de%20O.S.%20Pereira.pdf)>.
- TAHAN, Fernando - *O catolicismo integralista e o nazi-fascismo*, [em linha], Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Sector de Ciências Sociais, 2006. Trabalho de conclusão, [consultado a 10-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2\\_sem\\_2006/fernando\\_tannous\\_tahan.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2_sem_2006/fernando_tannous_tahan.pdf)>.



## 5. Fontes:

- *Actos e documentos da Santa Sé relativos ao período da II Guerra Mundial* [consultado a 25-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/archive/actes/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/actes/index_po.htm)>.
- *Alperin vs. Vatican Bank*, [consultado a 22-05-2013]. Disponível na Internet <URL <http://caselaw.findlaw.com/us-9th-circuit/1060713.html>>.
- BENTO XVI, *Angelus* de 17 de Setembro de 2006, [consultado a 09-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/angelus/2006/documents/hf\\_ben-xvi\\_ang\\_20060917\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/angelus/2006/documents/hf_ben-xvi_ang_20060917_po.html)>.
- BENTO XVI, *Declaratio*, [consultado a 26-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2013/february/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20130211\\_declaratio\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio_po.html)>.
- BENTO XVI, Discurso na Aula Magna da Universidade de Regensburg “Fé, razão e universidade: Recordações e reflexões”, [consultado a 08-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2006/september/document/s/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20060912\\_university-regensburg\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/document/s/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html)>.
- BENTO XVI, Discurso do Papa ao Corpo acreditado junto da Santa Sé a 12 de Maio de 2005, [consultado a 25-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20050512\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html)>.
- *Bíblia Sagrada (edição Pastoral)*, Pia Sociedade de S. Paulo, Edições Paulus, Apelação, 1999.
- *Codex Iuris Canonici* (1917), [consultado a 03-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.mercaba.org/Codigo/1917\\_0147-0264.htm](http://www.mercaba.org/Codigo/1917_0147-0264.htm)>.
- *Código de Direito Canónico* (1983), Edição Anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta, tradução portuguesa a cargo de José A. Marques, Edições Theologica, Braga, 1984.
- *Código de Direito Canónico* (1983) – *Versão portuguesa*, Conferência Episcopal Portuguesa – Lisboa / Editorial Apostolado da Oração – Braga, 3.<sup>a</sup> ed., Braga, 1995.
- *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, [consultado a 05-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html)>.

- Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, [consultado a 09-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>.
- Declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, [consultado a 05-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_nostra-aetate\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html)>.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem, [consultado a 10-03-2013]. Disponível na Internet <URL <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>>.
- Decreto *Unitatis Redintegratio*, [consultado a 29-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19641121\\_unitatis-redintegratio\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html)>.
- Informação da Secretaria de Estado do Vaticano, [consultado a 10-03-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/documents/rc\\_seg-st\\_20010123\\_holy-see-relations\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_po.html)>.
- JOÃO XXII, Encíclica *Pacem in Terris*, [consultado a 29-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_xxiii/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html)>.
- JOÃO PAULO I, Discurso do Papa ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, [consultado a 30-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_i/speeches/documents/hf\\_jp-i\\_spe\\_31081978\\_diplomatic-corps\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_i/speeches/documents/hf_jp-i_spe_31081978_diplomatic-corps_po.html)>.
- JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Redemptionis Anno*, [consultado a 15-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_letters/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_20041984\\_redemptionis-anno\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_20041984_redemptionis-anno_it.html)>.
- Lei fundamental da Cidade do Vaticano, [consultado a 10-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/news\\_services/press/documentazione/documents/sp\\_ss\\_scv/informazione\\_generale/legge-fondamentale\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html)>.
- PAULO VI, *Discurso do Papa na Sede da O.N.U.*, [consultado a 29-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_po.html)>.



- PAULO VI, Encíclica *Populorum Progressio*, [consultado a 30-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html)>.
- PIO XI, Encíclica *Mit brennender Sorge*, [consultado a 14-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_14031937\\_mit-brennender-sorge\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge_sp.html)>.
- PIO XI, Encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, [consultado a 11-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310629\\_non-abbiamo-bisogno\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno_it.html)>.
- PIO XII, Carta Apostólica *Cupimus Imprimis*, [consultado a 17-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520118\\_cupimus-imprimis\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520118_cupimus-imprimis_it.html)>.
- PIO XII, Encíclica *Ad Apostolorum Principis*, [consultado a 18-06-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061958\\_ad-apostolorum-principis\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061958_ad-apostolorum-principis_po.html)>.
- PIO XII, Encíclica *Summi Pontificatus*, [consultado a 18-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_20101939\\_summi-pontificatus\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus_po.html)>.
- PIO XII, Radiomensagem do Santo Padre Pio XII, *Con sempre nuova freschezza*, [consultado a 22-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/1942/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19421224\\_radiomessage-christmas\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19421224_radiomessage-christmas_po.html)>.
- PIO XII, Radiomensagem do Santo Padre Pio XII, *Ecco Alfine Terminata*, [consultado a 25-05-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19450509\\_radiomessage-war\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war_po.html)>.
- *Trattato fra La Santa Sede e L'Italia*, [consultado a 02-01-2013]. Disponível na Internet <URL [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19290211\\_patti-lateranensi\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19290211_patti-lateranensi_it.html)>.

